

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 10/02/2022	Coluna: Economia



BAHIA ECONOMIZA R\$ 9 BILHÕES COM MÁQUINA PÚBLICA



admin 10 Fevereiro, 2022

O governo baiano alcançou entre 2015 e 2021 a economia real de R\$ 9 bilhões, considerando-se as despesas realizadas com a manutenção do setor público estadual, a exemplo de água, energia, material de consumo, combustíveis, viagens, tecnologia da informação, periódicos, contratos de prestação de serviços, entre outros. O dinheiro economizado por meio da política de Qualidade do Gasto Público, implantada na primeira gestão do governador Rui Costa, ajudou a preservar o equilíbrio das contas, a manter os serviços públicos em pleno funcionamento e a ampliar os investimentos.

O cálculo da economia alcançada, de acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), leva em conta a inflação do período com base no IPCA. Isto porque durante décadas a inflação havia ditado o ritmo de crescimento das despesas com os itens de custeio. Desde a implantação do programa de Qualidade do Gasto Público, em 2015, a cada exercício é calculada a diferença entre o valor efetivamente gasto com o custeio da máquina pública estadual e a atualização monetária do valor gasto no ano imediatamente anterior ao início da série histórica.

Em 2021, por exemplo, o custeio do Estado poderia ter alcançado a cifra de R\$ 9,8 bilhões, considerando-se a inflação do período, mas o gasto efetivo ficou em R\$ 8,6 bilhões. A economia real foi de R\$ 1,2 bilhão. Realizado pela Sefaz-Ba, o monitoramento das despesas de custeio da máquina pública mostrou-se eficaz em especial nos últimos dois anos, quando as contas estaduais foram duplamente afetadas pela pandemia e pela volta da inflação: apenas entre 2020 e 2021, a Bahia deixou de gastar R\$ 3,1 bilhões com custeio.

Prioridade para investimentos

“A qualidade do gasto vai além do controle das despesas e da manutenção do equilíbrio fiscal”, afirma o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório. “O objetivo é economizar com as chamadas atividades-meio para assegurar as finalísticas, ou seja, aquelas que estão diretamente relacionadas com a prestação de serviços pelo Estado e com a realização de investimentos destinados às áreas priorizadas pela atual gestão, como saúde, educação, segurança e infraestrutura”, afirma.

Lula é ameaça ao favoritismo de ACM Neto

Não há precedente na Bahia de vitória em eleição para governador contra governos estadual e federal

Por Marina Falcão — Do Recife

14/02/2022 05h01 · Atualizado há 5 horas



Wagner: “Toda eleição estadual se pauta pelo cabeça de chapa da Presidência. Quanta gente dormiu de faixa e acordou sem?” — Foto: Leo Pinheiro/Valor

No comando da Bahia há 16 anos, o PT aposta no atrelamento da eleição local ao quadro nacional para reverter o favoritismo do ex-prefeito de Salvador Antonio Carlos Magalhães Neto (União Brasil) na disputa pelo governo estadual.

Candidato do PT e ex-governador, o senador Jacques Wagner (PT) afirma que o fator Lula será decisivo. Para o petista, é frágil a dianteira de ACM Neto apontada por diversas pesquisas de intenção de voto realizadas até agora. “Toda eleição estadual se

pauta pelo cabeça de chapa da Presidência. Quanta gente dormiu de faixa e acordou sem estar eleito em 2018?”, afirma Wagner.



ACM Neto: ex-prefeito de Salvador lidera pesquisas de opinião e resiste a se atrelar a uma candidatura presidencial — Foto: Silvia Costanti/Valor

O PT comanda o Estado da Bahia desde a eleição de 2006 - oito anos com Wagner e mais oito com o governador Rui Costa (PT). Levantamentos de institutos locais apontam hoje para uma vitória de ACM Neto em primeiro turno. Wagner minimiza a diferença mostrada pelos levantamentos, afirmando que o cenário muda completamente quando é apresentado ao eleitor como candidato oficial da Lula. “A eleição se define 45, 60 dias antes da votação”, afirma.

O presidente Jair Bolsonaro deve ser representado na Bahia pela candidatura do ministro da Cidadania João Roma (Republicanos), que corre por fora na disputa. Isso não deve impedir as tentativas do PT em associar ACM Neto à figura impopular do presidente no Estado. O objetivo é frustrar um eventual voto ACM Neto/Lula, algo que está ocorrendo atualmente.

Cientista político e professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Paulo Fábio Dantas Neto pondera que não vai ser tão simples para o PT vincular a imagem de ACM Neto à do presidente. O ex-prefeito tem a “ficha limpa” por não ter tentado surfar a onda Bolsonaro em 2018. Na época, o candidato apoiado

por ele a governador, Zé Ronaldo (DEM), tentou fazer isso e foi confrontado publicamente pelo ex-prefeito.

ACM Neto apoiou Geraldo Alckmin, então no PSDB, que não passou de 2,35% dos votos no Estado. Fernando Haddad ficou em primeiro lugar, com 60%, e Bolsonaro em segundo, com 23%. Na eleição para governador, Rui Costa teve 75,7% dos votos no primeiro turno. "Neto é um político estratégico, não apenas tático e imediatista. Ele pensa sempre mais à frente", diz Dantas.

O ex-prefeito construiu um grande capital político em Salvador, que governou por dois mandatos. Nas eleições passadas, ele emplacou o sucessor Bruno Reis (DEM), que venceu a disputa em primeiro turno com facilidade. "Neto construiu a maior parte da sua trajetória política fora do poder. Ainda que sua primeira eleição para deputado ele tenha se beneficiado pela influência do avô [o governador Antonio Carlos Magalhães (1927-2007)], ele conseguiu se desvincular da imagem de político oligárquico se associando à juventude", afirma Dantas.

Apesar disso, é consenso entre aliados e adversários que o cenário nacional é bastante adverso para Neto. Desde a redemocratização, nenhum candidato a governador na Bahia conseguiu se eleger contra o governo estadual e o governo federal ao mesmo tempo. A dificuldade aumenta porque o seu adversário conta ainda com recall de duas gestões bem avaliadas no Estado.

Para Wagner, a terceira via é difícil simplesmente porque nunca existiu no Brasil. "É uma invenção dessa eleição, todas as outras foram polarizadas. Aliás, uma invenção desonesta intelectualmente, pois quer colocar Lula e Bolsonaro como dois extremos comparáveis", diz Wagner. "Lula colocou o país no cenário internacional. Bolsonaro tirou", afirma Wagner. O petista tem tentado atrair o MDB para sua coligação, alegando que o partido não teve o espaço quando esteve no grupo político adversário. Ainda deve contar em sua chapa com o senador Otto Alencar (PSD-BA), candidato à reeleição.

Enquanto isso, Neto tem trabalhado para que não haja apoio oficial do União Brasil - partido surgido a partir da fusão de DEM e

PSL - a nenhum candidato a presidente.

Parte do União Brasil quer atrair Sergio Moro (Podemos) para a legenda. Para qualquer candidato no Nordeste, Moro seria visto “anti-Lula demais”, diz um aliado de ACM Neto. Pré-candidato ao governo de Pernambuco, o prefeito de Petrolina (PE), Miguel Coelho (DEM), enfrenta desafio semelhante no Estado para tentar interromper a hegemonia de 16 anos de PSB no governo estadual.

Assim como Neto, Coelho só contará com a opção de explorar o desgaste dos grupos políticos que estão no poder. Ambos querem seus palanques abertos. Procurado pelo **Valor**, ACM Neto não deu entrevista.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Nobel de medicina descobre proteína da memória para idosos. Faça isso hoje

DR. RAFAEL FREITAS

LINK PATROCINADO

Autônomo descobre como pagar até 40% menos no plano de saúde

ESCOLHA PLANO DE SAÚDE

LINK PATROCINADO

Depilador a laser remove pelos instantaneamente. Sua pele perfeita e sem irritações.

LASER DEPIL™

LINK PATROCINADO

Risco zero para testar: perca peso ou seu dinheiro de volta!

MOROTRIL

Testar

LINK PATROCINADO

Lacoste lança tênis ortopédico. O preço? Surpreendente

ACHEI OFERTA

LINK PATROCINADO

Pessoas de Salvador estão impressionadas com esse substituto do fio dental!

POWERJET

Mais do Valor **Econômico**

**XP Asset lança fundo da
American Century**

ENTREVISTA

Jaques Wagner / SENADOR

Integrante da ala moderada do PT, ex-governador da Bahia diz que Alckmin é 'complementar' a Lula e pondera que partido precisa evitar euforia impulsionada por favoritismo nas pesquisas de intenção de voto

JULIA LINDNER E BRUNO GÓES política@globom.com.br

'PT TEM QUE BOTAR A SANDALINHA DA HUMILDADE'

Pré-candidato ao governo da Bahia e integrante da ala moderada do PT, o senador Jaques Wagner diz que o nome do ex-governador Geraldo Alckmin como vice na chapa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ainda não está pacificado dentro do partido, mas defende que o antigo adversário cumpre um requisito essencial ao posto: "ser complementar ao presidente".

Em meio ao favoritismo indicado pelas pesquisas, o parlamentar afirma que os integrantes do PT devem "botar a sandalhinha da humildade" e evitar um clima antecipado de vitória. Para ele, que considera Sérgio Moro um adversário mais fácil a ser batido do que o presidente Jair Bolsonaro, em caso de segundo turno, o Centrão, inevitavelmente, será atraído para a base em um eventual governo do PT.

O senhor concorda com a análise de que o centro ficou deslocado nesta eleição?

Acho que se faz uma análise da polarização, ou anseio da terceira via, muito pela característica do atual presidente. Todas as eleições, à exceção de 1989, que tinha 15 candidatos, foram polarizadas. A diferença entre 2018 e as demais é que, antes, a polarização era entre dois conjuntos que tinham um projeto para o Brasil (PT e PSDB). Gosto de dizer que as duas boas novidades após o regime militar foram PT e PSDB. Essa ânsia de terceira via ocorre pelo deslocamento de um dos projetos políticos e a chegada ao poder de alguém que não tem projeto nenhum, só fanatismo e truculência. É uma anomalia que está nos custando caro.

Como vê o papel do PT nas

eleições deste ano?

O Lula sempre foi um conciliador. Ele nunca atijou a turma dele a jogar pedra. Mesmo saindo de uma prisão indevida, ele já conversou com Eunício (Oliveira), (José) Sarney, Renan (Calheiros), alguns dos quais fizeram o impeachment da Dilma (Rousseff). Então, ele tem noção de que, no quadro em que nós estamos, institucional e econômico, não dá para sentar alguém (na Presidência) para conflagrar mais ainda o país.

A imagem do governo Dilma é apontada como um problema para o PT. Como lidar?

Quem vai decidir o local de cada um não sou eu. A Dilma, na minha opinião, está protegida pelo manto da injustiça do impeachment. Não há culpa a colocar, por mais que ela fosse impopular na época



Campanha. Ministro no governo Dilma, senador petista diz que ela estará "protegida pela injustiça do impeachment"

e não tivesse uma relação boa com o Congresso.

E outros personagens, como Guido Mantega?

Ninguém disse que ele será ministro da Fazenda. Não sou eu que vou escolher. O presidente deu sinal de que quer se cercar de pessoas mais jovens, da nova geração. Para a população que vai votar, não é essa a discussão. A discussão será: "Eu vou ter emprego? Vou voltar a ter renda? Vou poder comprar meu carrinho 1.0?" Essa discussão é nossa. O debate vai ser saúde, Covid, a postura do presidente. A busca é de uma luz no final do túnel.

A temática da campanha será essa?

Nessa linha. E aí nós vemos, por exemplo: qual é o projeto político do Moro? Vai falar de corrupção. As pesquisas mostram que o tema está lá embaixo. A terceira via, quarta via, quinta via, (poderia ter chance) desde que apresentasse projeto consistente para o Brasil. Com alguém que tenha serviço prestado e possa dizer: isso daí eu já fiz e posso fazer de novo. Não é para vender pastel de vento. O único em que vejo consistência é o Ciro. Já foi governador e ministro. Mas ele adotou uma linha que acho que não vai chegar a lugar nenhum. É essa metralhadora giratória. Se bem que ela não gira: quando chega no Lula, ela para e fica atirando uma porção de vezes. Mas não vou deixar de dizer que é um quadro nacional que pensa o Brasil.

Críticas ao Moro serão exploradas pelo PT?

Prefiro mostrar o que temos para fazer. Mas se me perguntarem: "Qual é o melhor adversário?". O melhor adversário para enfrentar o Lula no segundo turno é o Moro. Porque o Moro é a mentira que cada vez fica maior. E ele não tem um grupo de adeptos como o outro (Bolsonaro) tem. Ele não tem esse exército de seguidores e não tem nada de político. Como eu acho que a última opção do povo por alguém que não era da política não deu muito bom resultado, eu não sei se vão optar de novo. É a velha música do cada macaco no seu galho. Ele não entende muito disso daqui. O outro (Bolsonaro) tam-



"Alckmin cumpre o que o vice deve ser: complementar ao presidente"

"O melhor adversário para o Lula no segundo turno é o Moro. Ele não tem um grupo de adeptos como o Bolsonaro tem"

"Acho que é possível (Centrão apoiar um eventual governo Lula). Lógico que tudo vai depender da construção"

"A discussão (na campanha) será: 'Vou ter emprego? Vou voltar a ter renda? Vou poder comprar meu carro 1.0?' Essa discussão é nossa"

bém chegou dizendo que ia botar a banca e virou isso aí, orçamento secreto... Essa é a nova política que se instituiu pelo neófito da política.

É possível Alckmin estar na chapa e ser indicado ao Ministério da Agricultura?

Acho que não se deve misturar montagem de governo com montagem de chapa. Se olhar para o histórico do Lula, o vice-presidente dele sempre teve ocupação (José Alencar foi ministro da Defesa). Mas é muito do perfil do vice. Ele (Alckmin) tem tamanho para ser (ministro). Sinceramente, acho que isso não está em discussão, porque é futurologia pura. Alckmin cumpre o que acho que o vice deve ser: complementar ao presidente. O presidente tem um perfil, um lugar de fala, um público preferencial. Ele tem outro público, outro lugar de fala e outro público preferencial. Ele cumpre, como poderia cumprir a (empresária) Luiza Trajano, como poderia cumprir o (presidente da Fiesp) Josué Alencar, (o ex-ministro) Roberto Rodrigues ou mil outros nomes.

O nome do Alckmin já foi aceito?

Não. Você já viu o PT aqui? O PT é buliçoso. O nome do Alckmin brotou de um estado importante. É a maior economia do país, a maior população, o maior eleitorado... Lógico que passou pela eventual disputa do governo do estado (em São Paulo), tudo contou. Mas, se você perguntar se está consagrado, não está. Você se com certeza vai encontrar gente do PT dizendo: "Ele (Lula) não precisa disso, tem popularidade".

Ainda não começou a campanha...

Eleição não é peru de Natal, não morre de véspera. Eleição tem que trabalhar até a abertura das urnas. Muita gente em 2018 foi dormir com a faixa e acordou derrotada. Não brinco com isso, até me preocupo. Vamos botar a sandalhinha da humildade. Botar os argumentos na cabeça. Muita gente no PT fala que tem que bater no presidente (Bolsonaro). Por mim, eu nem toco o nome dele. O que ele tem ruim já está consolidado. Eu não sou dos que acham que um acerto ou outro da economia ou programa social vão impulsioná-lo.

O Centrão, que apoia Bolsonaro, pode formar a base de Lula?

É possível, quando você tem um projeto que tem uma liderança com o peso do Lula. Ela, por si só, preenche uma lacuna enorme. Em muitos estados, Nordeste, Norte etc, as pessoas querem andar ao lado do Lula, sem ele ter dado nenhuma emenda para elas. Pelo peso da ideia. Ele é uma ideia-força. O Lula tem a política como arma de trabalho. Então, eu acho que é possível. Lógico que tudo vai depender da construção.

Há receio de uma reação do bolsonarismo se o PT voltar ao poder?

Isso que chegou em 2018 não vai embora. Nós vamos sempre ter uma oposição barulhenta. Não necessariamente parlamentar, mas na sociedade. E o estilo complicado de agressividade. Vamos ter que aprender a conviver, infelizmente. Saindo da gaveta e não sei se volta. Como nos EUA também há os trumpistas.

Tá esperando o que pra cuidar da sua saúde?

Consultas a partir de R\$ 79

(21) 3251-8103

albasau.de.com.br

consulte a unidade mais próxima de você.

Estados buscam alternativas econômicas ao combustível

Mudanças na matriz elétrica têm impactos para comunidades no entorno das usinas e das minas de carvão

Por Gabriela Ruddy — Do Rio

14/02/2022 05h01 · Atualizado há 5 horas

No ano passado, o Ministério de Minas e Energia (MME) lançou o “programa para uso sustentável do carvão mineral nacional”, que tem como um dos focos a continuidade da atividade de mineração de carvão na região Sul. O objetivo é auxiliar na manutenção da atividade econômica da indústria carbonífera. A estimativa é que o programa possa trazer investimentos da ordem de R\$ 20 bilhões em dez anos, e criar 5 mil empregos diretos na substituição de usinas termelétricas, além de outros 600 na operação das minas.

As mudanças na matriz elétrica têm impactos imediatos principalmente para comunidades que habitam no entorno das usinas e das minas de carvão. De acordo com o secretário de desenvolvimento econômico sustentável de Santa Catarina, Luciano Buligon, a interrupção abrupta da geração na usina Jorge Lacerda “seria como se uma guerra acontecesse” na região, com impactos em 600 mil pessoas e 15 municípios. “Ao todo, R\$ 5 bilhões seriam retirados da economia do Estado abruptamente [com o fim do contrato da térmica] e perderíamos 15 mil empregos. Seria uma verdadeira tragédia. Não podemos abrir mão disso de maneira nenhuma”, diz.

Defensores da fonte argumentam que o setor pode sobreviver se adotar tecnologias para mitigar ou impedir as emissões. Segundo eles, o carvão é importante para garantir a segurança do suprimento de energia, pois haverá necessidade de uso de térmicas despacháveis para compensar o crescimento nos próximos anos das fontes renováveis que, em sua maioria, dependem de boas condições climáticas para gerar energia. Além disso, dizem, o carvão produzido

nacionalmente gera eletricidade mais barata do que o gás natural e o diesel, cujos preços são cotados no mercado internacional.

O professor de engenharia de energia e mecânica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Paulo Schneider, diz que deveria haver maior colaboração entre agências nacionais reguladoras e os organismos de meio ambiente, além dos governos estaduais e federal, na elaboração de planos de transição energética. “Deve-se buscar redirecionar essas regiões para outras atividades. Para o carvão, o bonde da história passou, mas a região Sul não está preparada para o baque. A geração a carvão é uma atividade industrial, cria empregos diretos e indiretos, tem funcionários especializados, fornecedores, prestadores de serviços, tudo isso vai desaparecer”, diz.

Santa Catarina e Rio Grande do Sul têm se movimentado em busca de novos investimentos com a transição. Em 2021, ambos Estados enviaram delegações à Conferência do Clima (COP 26).

Em janeiro, o governador de Santa Catarina, Carlos Moisés (sem partido), sancionou a lei que institui uma política estadual de transição energética. O objetivo é atrair investimentos principalmente para a área de gás natural, menos poluente do que o carvão. Uma das apostas está na construção do Terminal Gás Sul na Baía de Babitonga (SC), que terá uma unidade de armazenamento e regaseificação flutuante de gás, projeto conduzido pela New Fortress Energy.

O secretário catarinense cita ainda alternativas para a descarbonização da geração a carvão. O governo estadual apoia o Centro de Inovação de Criciúma, ligado à Universidade do Extremo Sul Catarinense, em pesquisas sobre projetos de armazenamento e captura de carbono. Fora do setor de energia, Buligon vê potencial para fomento ao turismo como fonte de renda nas regiões de exploração do carvão, que têm uma história ligada à imigração europeia.

Já o Rio Grande do Sul assumiu o compromisso de acabar com as emissões de carbono até 2050. Este mês, o governador gaúcho,

Eduardo Leite (PSDB), teve conversas com o embaixador da Noruega no Brasil, Odd Magne Rudd, em busca da atração de investimentos de hidrogênio verde. Em nota, a secretaria do meio ambiente e infraestrutura gaúcha disse que a transição energética será gradual. “O Estado deverá capacitar e criar meios, no decorrer da transição, para que a população possa se voltar a outras atividades”, disse.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Médico diz: Você tem muita gordura na barriga? (Coma isso antes de dormir)

ALFANUTRE

LINK PATROCINADO

Conheça o cotonete do futuro que está substituindo os convencionais

EAR CLEAN PRO

LINK PATROCINADO

Lacoste lança tênis ortopédico. O preço? Surpreendente

ACHEI OFERTA

LINK PATROCINADO

Pen drive barato de 2 terabytes impressiona em testes, confira nossa análise

PEN DRIVE

LINK PATROCINADO

Viajando em grande estilo: jatinhos das maiores celebridades

INVESTING.COM

LINK PATROCINADO

Testamos: Novo dispositivo restaura potência para economizar combustível

JET MAGAZINE

Ferramenta do BC que mostra valores 'esquecidos' em bancos volta a funcionar amanhã

VALOR INVESTE

Cientista descobre "lagos atmosféricos", um novo fenômeno meteorológico

UM SÓ PLANETA

Volta do Fusca? "Clone" elétrico chinês é registrado no Brasil

UM SÓ PLANETA

Ver comentários

Mais do Valor **Econômico**



Segunda, 14 de Fevereiro de 2022 - 10:00

Relator no Senado quer alíquota única de ICMS sobre diesel, mas opcional

por Idiana Tomazelli e Renato Machado | Folhapress



Relator de dois projetos que buscam baixar os preços dos combustíveis, o senador Jean Paul Prates (PT-RN) quer propor a instituição uma alíquota uniforme de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) sobre o diesel, mas sua adoção seria opcional aos governadores.

As mudanças foram indicadas pelo relator em documento enviado a lideranças na noite deste domingo (13) e obtido pela reportagem. Os detalhes serão apresentados em reunião nesta segunda-feira (14).

O texto aprovado pela Câmara dos Deputados adotava a mudança de forma impositiva e com alcance amplo para todos os combustíveis, inclusive a gasolina. A medida era apoiada pelo Ministério da Economia, mas criticada pelos governadores.

Hoje, a cobrança de ICMS sobre combustíveis é feita com a aplicação de um percentual sobre o preço (mecanismo chamado de "ad valorem"). Em momentos de alta nos valores cobrados, os estados observam um aumento na arrecadação.

O projeto modifica esse sistema para uma cobrança fixa por litro de combustível (sistema chamado de "ad rem"), como já ocorre na cobrança dos tributos federais sobre combustíveis.

A aprovação do texto vinha sendo articulada pelo próprio governo Jair Bolsonaro (PL), numa tentativa de conter o aumento dos preços dos combustíveis. Os governadores, por sua vez, argumentam que a mudança no ICMS não é fato determinante para os preços.

Em seu parecer, Prates torna a alteração opcional, ou seja, os estados poderão determinar se as alíquotas serão cobradas sobre o preço ou por litro adquirido. Além disso, as modificações valerão apenas para o diesel - e, por consequência, para o biodiesel.

O senador explicou à reportagem que decidiu atrelar as medidas inicialmente ao diesel em seu relatório por se tratar da questão mais impactante no momento e por sua alíquota ser menos variável entre os estados. No entanto, ele afirma que, em caso de sucesso, pode ampliar para outros combustíveis e para o gás de cozinha.

"A cada estado competirá, e a eles em coletivo também via Confaz [Conselho Nacional de Política Fazendária], definir exatamente as alíquotas e os termos de aplicação. Isso não pode ser feito por uma lei complementar do Congresso em cima da dimensão estadual", explicou o senador.

Para ele, também seria inconstitucional incluir na lei qual deve ser a base de cálculo para a definição da alíquota fixa sobre o litro. Por isso, esse ponto também poderá ser definido pelos estados.

"Estamos trabalhando num mecanismo efetivo, mas ele é uma caixa de ferramentas colocada na mesa do governador para que possa atuar", afirmou.

Pelo texto repassado aos líderes, a regulamentação permitiria a aplicação do chamado ICMS monofásico, isto é, uniforme em todo o território nacional e cobrado apenas uma vez. As alíquotas poderiam, porém, ser diferenciadas por produto. Os estados também teriam autorização para reduzi-las, com previsão de restabelecimento no mesmo exercício.

Segundo Prates, quaisquer mudanças não seriam implementadas de maneira imediata e dependeriam de regulamentação do Confaz, para evitar atropelos ou insegurança jurídica. O senador petista disse ainda que o ideal seria todos os estados adotarem uma tributação uniforme, mas reconhece as dificuldades para que isso aconteça.

"É uma proposta construída e dialogada junto aos estados. Dito isso, a opção pelo diesel como combustível inicial da transição tributária se deve justamente por suas alíquotas serem menos variadas entre os estados, gerando menor distorção com a alíquota uniforme", explicou.

O senador também prevê em seu texto a possibilidade de criação de uma câmara de compensação pelos estados e Distrito Federal, de modo a mitigar eventuais perdas causadas pelas novas alíquotas em seus orçamentos.

Jean Paul Prates não incluiu, num primeiro momento, a possibilidade de corte de tributos federais sobre o diesel. Mas o senador deixou a porta aberta para aceitar emendas apresentadas por parlamentares ou bancadas aliadas do governo. Esse ponto vem sendo alvo de negociação com o Ministério da Economia.

No fim de semana, em entrevista a uma rádio do Rio de Janeiro, Bolsonaro mencionou outra proposta que trata de combustíveis, a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) apresentada na Câmara dos Deputados que prevê a possibilidade de zerar as alíquotas de tributos federais sobre o diesel. O chefe do Executivo disse que adotaria essa medida no momento em que a proposta fosse aprovada.

Prates decidiu não incluir em seu texto a ampliação de subsídios, que se tornaram motivos de grande polêmica recentemente. No entanto, está aberto a avaliar emendas nesse sentido apresentadas por senadores e vê com bons olhos.

Uma outra PEC sobre combustíveis, essa de autoria do senador Carlos Fávaro (PSD-MT), prevê a redução de tributos sobre combustíveis e o pagamento de auxílio-diesel a caminhoneiros, auxílio-gás a maior número de famílias e subsídios a tarifas de ônibus urbano. Seu custo elevado levou a equipe econômica a apelidá-la de "PEC Kamikaze".

Jean Paul Prates afirma que vai avaliar eventual emendas propondo subsídios. Disse que repasses para bancar gratuidades ao transporte coletivo, como de idosos, não enfrentariam resistência. A ampliação do auxílio-gás também conta com a sua simpatia, mas, por outro lado, subsídios para caminhoneiros autônomos seriam considerados pouco efetivos, segundo ouviu de representantes do setor.

Em relação às mudanças no ICMS sobre combustíveis, o senador petista decidiu enviar um capítulo inteiro ao senador Roberto Rocha (PSDB-MA), relator da PEC 110, da reforma

tributária, que tramita no Senado. Para o petista, as alterações, se incorporadas ao parecer, poderiam propor modificações no imposto estadual de maneira mais incisiva, inclusive para uma tarifa uniforme e a adoção da alíquota fixa sobre o litro..

Outro projeto sobre a relatoria de Jean Paul Prates tem como principal ponto a criação de uma conta de compensação com recursos a serem usados para diminuir o impacto das altas nos preços dos combustíveis.

Essa proposta já foi aprovada na CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) do Senado e deve ir a plenário junto com o outro projeto de lei.

Prates estima que a conta vá contar com recursos na ordem de R\$ 25 bilhões até o final deste ano. Esse montante seria responsável por reduzir R\$ 0,50 por litro de combustível na origem do produto e, segundo algumas avaliações, pode chegar a R\$ 2 ou R\$ 3 no preço da bomba dos postos.

O projeto prevê seis fontes de receitas para a conta de compensação, principalmente advindas de lucros extraordinários que o governo auferiu por causa da alta do dólar. São listados dividendos da Petrobras, royalties de participação do governo no setor de petróleo e superávit da reserva cambial.

Esse projeto será apresentado aos líderes de bancada da forma como foi aprovada na CAE. No entanto, pode sofrer alterações a partir do momento que seja encaminhado ao plenário e que um novo período de recebimento de emendas seja aberto.

Na sexta-feira (11), o senador petista manteve uma reunião com o pré-candidato do partido ao Planalto, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Prates disse que o encontro serviu para explicar a Lula a questão dos combustíveis e as soluções que estão sendo apresentadas - o projeto que prevê a conta de compensação é de autoria de outro senador petista, Rogério Carvalho (PT-SE) - e não para necessariamente ouvir orientações sobre a questão.

Veículo: G1	
Data: 13/02/2022	Caderno: Política



Inflação dos combustíveis: relator no Senado muda texto sobre ICMS para buscar apoio de governadores

Jean Paul Prates deve apresentar nova versão a líderes partidários nesta segunda. Projetos mudam o cálculo do imposto e criam 'conta' para amortecer impacto do mercado internacional.

Por Bianca Lima, GloboNews — Brasília

13/02/2022 19h39 Atualizado há 13 horas



Senado discute projetos para estabilizar preços dos combustíveis

Relator no [Senado](#) de dois projetos que tratam da composição do preço dos combustíveis, o senador Jean Paul Prates (PT-RN) deve apresentar a líderes partidários, nesta segunda-feira (14), uma nova versão dos textos. O presidente do [Senado](#), [Rodrigo Pacheco](#) (PSD-MG), participa do encontro.

Prates antecipou à GloboNews, neste domingo (13), algumas das mudanças feitas nas propostas. O senador afirma que precisou alterar os projetos para tentar diminuir a oposição dos governadores e o risco de que as novas regras, se sancionadas, sejam alvo de questionamento judicial.

Em um dos textos, que trata da incidência do ICMS nos combustíveis, a nova versão propõe mudanças menos drásticas no cálculo atual – o que diminui o potencial de redução de preços, mas facilita a aprovação da medida.

"A gente sabe que essa situação é muito desequilibrada, principalmente para os estados. Porque o impacto de redução ou de aniquilação total da alíquota de ICMS para os governadores é gigantescamente maior do que o impacto da redução dos impostos federais", diz Prates.

As alterações definidas pelo relator dos textos só serão confirmadas se houver acordo na reunião com líderes. Jean Paul Prates diz que, se houver divergências, os projetos passarão por novas mudanças, já que a intenção é levar as medidas ao plenário a partir desta terça (15).

Mudança no cálculo do ICMS

O principal projeto em debate no [Senado](#) altera a **fórmula de cálculo do ICMS sobre os combustíveis**. Em vez de uma porcentagem sobre o valor final nas bombas, o texto prevê um valor fixo, em reais, por litro.

A nova versão costurada por Jean Paul Prates é menos ambiciosa, no entanto, que o texto aprovado na Câmara. Para tentar diminuir a oposição dos governadores (que devem perder arrecadação no novo formato), o relator:

- **restringiu a mudança ao diesel e ao biodiesel**, mantendo o cálculo atual para gasolina e etanol;
- **retirou do projeto o teto previsto para cobrança do ICMS** – que, pelo texto anterior, seria a média da cobrança dos dois anos anteriores;
- **reduziu, de um ano para 90 dias, o prazo mínimo de "congelamento"** entre os reajustes do valor do ICMS.

Segundo Jean Paul Prates, a fixação de um teto para o valor fixo do ICMS por litro poderia levar os governos estaduais a questionarem as novas regras na Justiça, argumentando a existência de uma interferência federal na política tributária dos estados.

Se o texto for aprovado no [Senado](#) com essas novas regras, terá de passar por uma nova análise dos deputados. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), vem [defendendo publicamente](#) esse projeto.

O relator também diz que conversou sobre o tema com a equipe econômica e com a bancada do governo no Congresso. Há expectativa de que o governo apresente uma emenda para incluir, neste projeto do ICMS, a possibilidade de reduzir impostos federais sobre o diesel.

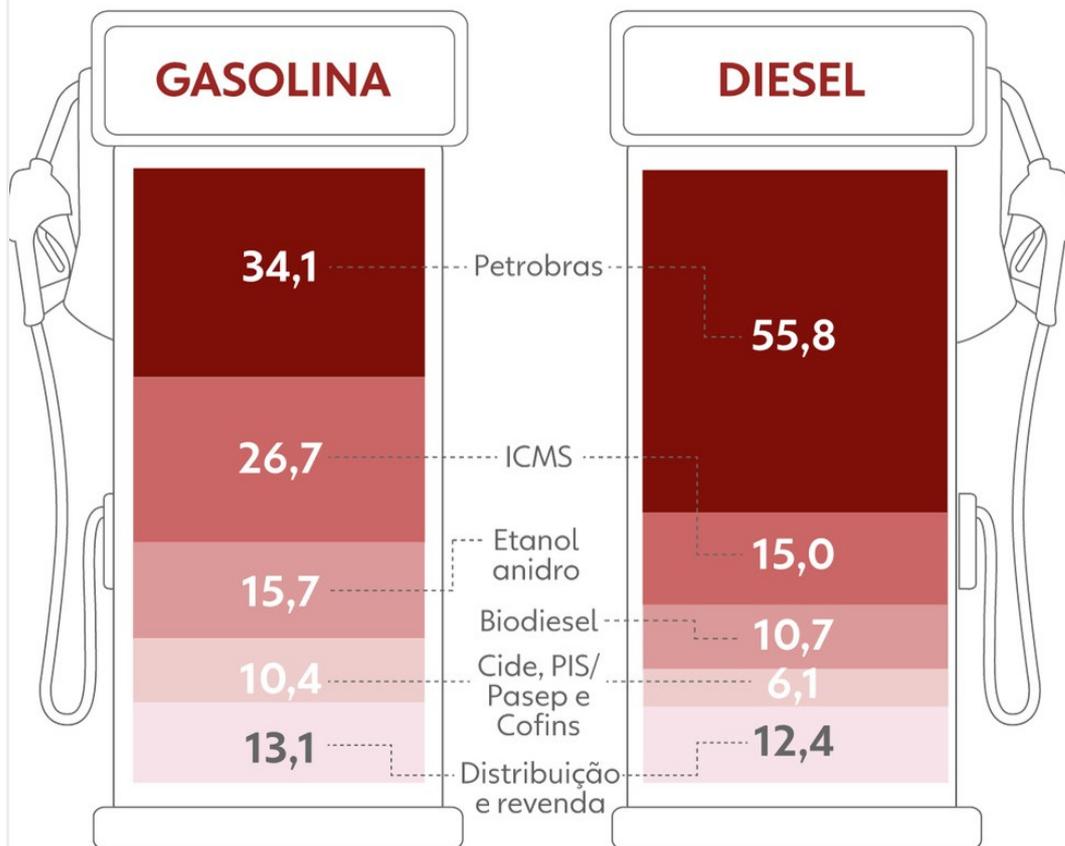
A ideia é defendida pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, já que o impacto fiscal dessa eventual redução seria bem mais administrável para os cofres públicos do que as Propostas de Emenda à Constituição (PEC) que foram apresentadas na Câmara e no [Senado](#).

A União perderia cerca de R\$ 18 bilhões de arrecadação, no período de um ano, caso os tributos federais que incidem sobre o diesel fossem zerados, contra R\$ 54 bilhões da PEC da Câmara, que atinge todos os combustíveis, e R\$ 100 bilhões da PEC do [Senado](#), que contempla também energia elétrica e prevê um novo benefício a caminhoneiros.

Composição dos preços

Veja quanto cada item representa do preço

Valor em %



g1 Fonte: Petrobras
Infográfico elaborado em: 09/02/2022

Composição dos preços — Foto: Arte/g1

Conta de estabilização

O outro projeto sob relatoria de Jean Paul Prates foi apresentado pela bancada do PT no [Senado](#) e, até o momento, foi aprovado apenas pela Comissão de Assuntos Econômicos da Casa. Ou seja, ainda precisa passar pelos plenários do [Senado](#) e da Câmara.

O texto cria uma "conta de estabilização" para os preços dos combustíveis. A ideia é que essa conta seja abastecida com verbas federais e funcione como um "amortecedor" – o dinheiro seria passado à Petrobras e às outras firmas importadoras de combustíveis para diminuir o repasse da alta internacional do petróleo para o consumidor final.

O texto prevê seis fontes federais para abastecer essa conta, incluindo dividendos pagos pela Petrobras à União, royalties do petróleo sem destinação carimbada e até a criação de um novo imposto sobre a exportação do óleo nacional.

A ideia de criar um novo tributo é criticada pela indústria do setor, mas Prates diz que a alíquota, se for mesmo criada, deve ser baixa.

O principal problema desse projeto, segundo a equipe econômica, é o custo-benefício. De acordo com os cálculos de Jean Paul Prates, seria preciso injetar R\$ 25 bilhões na conta de estabilização, em um semestre, para reduzir o preço da gasolina ou do diesel nas refinarias em apenas R\$ 0,50 por litro.

A ideia, segundo o relator, é que o fundo seja usado apenas em momentos de forte alta ou volatilidade do preço do petróleo.

Se o projeto virar lei, caberá à União decidir o volume do fundo, o tamanho da redução esperada nas bombas, quais fontes de financiamento serão acionadas e, ainda, quando acionar as fontes para recompor a conta após a ativação do mecanismo.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 12/02/2022	Coluna: Economia



LIRA DEFENDE CONGELAR ICMS EM PREÇO DE COMBUSTÍVEL



12 Fevereiro, 2022

O presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), afirmou hoje (10) que o Parlamento deve votar uma proposta para reduzir os tributos dos combustíveis no país. O congressista tem defendido o projeto já aprovado na Câmara, que estabelece um valor fixo para a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre os combustíveis. Atualmente, a matéria aguardando votação no Senado. “Se tivéssemos findado a discussão do ICMS, a pressão já teria diminuído”, disse. “Este é um imposto que está pesando no bolso dos brasileiros. Cabe uma reflexão. Ficou claro que o imposto precisa ser revisto e analisado”, acrescentou.

Segundo Lira, em 2021, os estados e o Distrito Federal tiveram receita de R\$ 109,5 bilhões com ICMS, valor 36% maior do que os R\$ 80,4 bilhões arrecadados no ano anterior. O projeto aprovado pela Câmara torna o ICMS invariável frente a variações do petróleo ou de mudanças de câmbio. “O Senado pode, inclusive, mexer na alíquota do ICMS, que nós não tratamos, mas também cabe a discussão dos impostos federais”, afirmou. Segundo o relator do projeto na Câmara, deputado Dr Jaziel (PL-CE), as mudanças estabelecidas no texto devem levar a uma redução do preço final praticado ao consumidor de, em média, 8% para a gasolina comum, 7% para o etanol hidratado e 3,7% para o diesel B.

Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil

política

Moro vai desistir?

Direita não bolsonarista preserva ex-juiz, ainda sem grande adesão

Celso Rocha de Barros

Servidor federal, é doutor em sociologia pela Universidade de Oxford (Inglaterra)

Na semana passada o site O Antagonista publicou um texto do jornalista Cláudio Dantas especulando sobre a possibilidade de Sergio Moro desistir de sua candidatura presidencial para se candidatar a deputado federal.

O Antagonista sempre funcionou como porta-voz de Moro, o que criou a sensação de que o próprio ex-juiz quis que a ideia circulasse.

Se era para desistir tão cedo, por que Moro se lançou candidato?

Se esperava uma grande onda nacional que o levasse à liderança das pesquisas, leu muito errado a situação política. A onda da Lava Jato foi em 2018. Moro apoiou Bolsonaro. Deu nisso aí. Como diria a voz da consciência do apresentador Monark, "achou que ia acontecer o quê?"

O mais provável é que Moro esperasse um número maior de apoios políticos. A chamada "terceira via" é a centro-direita brigando para tomar de Bolsonaro a liderança do cam-

po conservador.

Moro esperava que, a essa altura, empresários, líderes religiosos e, sobretudo, líderes dos partidos de centro-direita estivessem entusiasmados com sua candidatura. Isso não aconteceu.

A direita não bolsonarista vem preservando Moro como opção, mas ninguém grande aderiu à sua candidatura até agora.

E a decisão de apostar errada nas fichas políticas da Lava Jato está cobrando seu preço. O que havia de movimen-

to político em volta da operação até 2018 foi engolido pelo bolsonarismo. Isso quer dizer que Moro precisa ser candidato por um dos partidos que já existiam antes da Lava Jato, mesmo se com nome diferente.

O Podemos, por exemplo, era o PTN, e já começou bem roubando o nome de um partido de esquerda espanhol.

Também é possível que Moro tenha percebido uma articulação forte em torno de outra candidatura de "terceira via",

o que lhe tiraria toda e qualquer chance de não dar vexame na eleição. Mas que articulação seria essa?

Os tucanos estão fazendo o bonito de sempre. Ninguém sabe quem será o anti-Lula, mas o anti-Doria já sabemos que será o próprio PSDB. Há uma conspiração de tucanos para derrubar a candidatura do governador de São Paulo acontecendo em plena luz do dia.

Se o plano for lançar Eduardo Leite, é difícil pensar em um início pior de campanha: "Vote em mim, eu fiz uma metreta pra derrubar o cara que ia ser candidato antes". A propósito, ministro Queiroga, isso é um diálogo hipotético, não escreva para a Folha de novo reclamando.

Outra alternativa para os tucanos rebeldes seria levar o partido para outra candidatura, como a da senadora Simone Tebet, do MDB.

Ainda não sabemos o quê

para valer é a candidatura de Tebet. A senadora é um nome forte, teve grande atuação na CPI da pandemia e é boa debatedora e articuladora capaz.

Por outro lado, quantos candidatos o MDB lançou nas últimas décadas só para abandoná-los e apoiar o líder das pesquisas? É mais fácil responder assim: com qual candidato do MDB isso não aconteceu?

Enfim, o que Moro está descobrindo é que, depois que as energias políticas da Lava Jato foram canalizadas para o bolsonarismo, a "velha política" sobreviveu, mas os partidos de direita melhorzinhos se deram mal.

Se Moro quer um partido grande, que tenha preservado sua estrutura nos últimos anos e, mesmo tendo tido esquemas, nunca tenha sido o esquema, não vai ter jeito: terá que disputar as prévias do PT com Lula.

| DOM. Elio Gaspari, Janio de Freitas | SEG. Celso R. de Barros | TER. Joel Pinheiro da Fonseca | QUA. Elio Gaspari | QUI. Conrado H. Mendes | SEX. Reinaldo Azevedo, Angela Alonso, Silvio Almeida | SÁB. Demétrio Magnoli



O governador do Ceará, Camilo Santana (PT), que concedeu reajuste de 10,74% para o funcionalismo Jarbas Oliveira-3.mar.20/Folhapress

Reajuste a servidores em ano eleitoral ocorre em 13 estados

Governadores beneficiam categorias como professores, policiais e bombeiros

RIO DE JANEIRO, BELO HORIZONTE, PORTO ALEGRE, SALVADOR, CONSELHEIRO LAFAIETE (MG), SÃO PAULO E BRASÍLIA. Ao menos 13 governadores em ano em que buscam a reeleição, disputar outros cargos ou emplacar seus sucessores concederam reajuste salarial a uma categoria ou mais de servidor estadual.

O aumento foi dado tanto por gestões aliadas ao presidente Jair Bolsonaro (PL) quanto a mais alinhados ao PT, do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Outros três estados —Roraima, Acre e Piauí— disseram que pretendem reajustar as remunerações ainda neste ano. No caminho contrário, o mineiro Romeu Zema (Novo), candidato à reeleição, já negou aumentar salários do funcionalismo estadual.

Na semana passada, Doria, pré-candidato ao Planalto, anunciou aumento de 20% no salário dos profissionais da Saúde e da Segurança Pública.

As demais categorias de servidores terão aumento de 10% nos vencimentos. O reajuste irá valer a partir do próximo dia 1º de março e será estendido aos aposentados.

al para os servidores públicos ativos, inativos e pensionistas do estado. O aumento é de 13% já sobre a folha de janeiro, que é paga em fevereiro.

O percentual, diz o governo estadual, corresponde à metade da inflação medida pelo IPCA no acumulado entre 6 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2021.

O aumento foi anunciado em meio à tentativa do Rio de ingressar no Regime de Recuperação Fiscal. O programa é destinado pelo governo federal a estados em situação de fragilidade financeira. O governo entende que a medida não fere o plano de recuperação.

Na Bahia, o governador Rui Costa (PT) concedeu reajuste geral de 4% para o funcionalismo estadual, que foi aprovado pela Assembleia Legislativa em dezembro de 2021, mas com efeito em janeiro deste ano.

Em março, segundo a Secretaria da Administração, mais de 156 mil servidores, aposentados e pensionistas receberam acréscimos de até R\$ 300 no vencimento básico que impactam em outras gratificações, o que pode gerar ganhos reais de até 24% para algumas categorias.

O acréscimo deverá beneficiar 121.955 servidores nas áreas de educação, saúde e

segurança pública, como policiais civis e militares, agentes penitenciários, além de aposentados e pensionistas com benefícios vinculados a estas carreiras.

No Ceará, o governador Camilo Santana (PT) concedeu reajuste linear de 10,74% para todo o funcionalismo, dividido em duas parcelas. A primeira já passou a valer a partir de janeiro passado, enquanto a segunda será creditada em maio.

Além disso, na última na quarta-feira (9), foi anunciado um reajuste de 33% no piso dos professores ativos, aposentados, pensionistas e temporários. Ainda foram incorporadas gratificações para servidores em quase todas as secretarias estaduais.

Ainda em 2021, o governador do Maranhão, Flávio Dino (PSB), sancionou a lei que prevê reajuste de cerca de 9% para todos os servidores, escalonado em duas vezes. A primeira parcela foi paga neste mês, enquanto a próxima será em março.

A partir de março, a remuneração dos professores de 40 horas semanais passará de R\$ 6.358,96 para R\$ 6.867,68. Para professores de 20 horas, os proventos passarão de R\$ 3.179,48 para R\$ 3.433,84. No governo gaúcho de Edu-

ardo Leite (PSDB), que perdeu as prévias no PSDB para Doria para a candidatura à Presidência, o piso do magistério teve reajuste de 32% na tabela inteira do subsídio desde janeiro deste ano.

Além disso, houve mudança na carreira da Brigada Militar (a PM gaúcha), Corpo de Bombeiros e Instituto Geral de Perícias, que passaram a receber por subsídio em 2022.

Com o estado em situação de crise fiscal, durante 57 meses, servidores gaúchos tiveram salários atrasados, só voltando a ter pagamento em dia em 2020, o 13º só voltou a ser pago dentro da data no ano passado. O governo gaúcho diz que, neste momento, não há definição sobre reajuste geral para 2022.

No final de janeiro, a Secretaria do Tesouro Nacional aprovou a adesão do estado ao RRF (Regime de Recuperação Fiscal), que permite o pagamento escalonado da dívida com a União, com compromisso de equilíbrio nas contas.

Como reajustes ficam vedados entre as fases de adesão e homologação do plano, ainda de acordo com o governo do estado, só se poderia discutir eventual reajuste geral do funcionalismo baseado no artigo 37 da Constituição Federal.

No Amazonas, o governador Wilson Lima (PSC) sancionou lei que reajusta as datas-bases de servidores de 13 órgãos estaduais. Os aumentos variam de 7% a 32%, a contar de 1º de janeiro deste ano.

O Governo de Pernambuco informou que as medidas de valorização dos servidores para 2022 estão sendo negociadas com os sindicatos.

Na sexta-feira (11), o governador Paulo Câmara (PSB) anunciou um reajuste de 35% no piso salarial dos professores da rede pública estadual, acima da base nacional de 33% autorizada por Bolsonaro.

Com o aumento, a base para profissionais com carga horária de 200 horas mensais passará de R\$ 2.886,15 para R\$ 3.900. O reajuste beneficia 36.124 professores efetivos e temporários e 33.499 aposentados e pensionistas.

Na Paraíba, o governador João Azevedo (Cidadania), pré-candidato à reeleição, concedeu um reajuste de 10% para todos os servidores estaduais, incluindo os aposentados. O reajuste passou a valer a partir de 1º de janeiro deste ano.

Além disso, as forças de segurança terão incorporadas em seus salários o valor da bolsa de desempenho, relacionada ao trabalho e produtividade dos servidores da ativa.

Sendo que 20% foram incorporados de imediato e o restante será implantado em 48 meses.

Com esses aumentos, o impacto anual na folha de pagamento do estado será de R\$ 840 milhões, sendo R\$ 253

milhões apenas com as forças de segurança.

Em Mato Grosso do Sul, o governador Reinaldo Azambuja (PSDB) concedeu reajuste de 10% para todos os servidores. A lei foi sancionada em dezembro de 2021, passando a valer a partir de 1º de janeiro de 2022. Para a PM e os Bombeiros os reajustes chegaram a até 27%. Para a Polícia Civil foram de até 23%. Já para cargos administrativos da educação o aumento chegou a até 33%.

Em Santa Catarina, os reajustes dos salários de servidores foram aprovados pela Assembleia Legislativa e sancionados pelo governador em dezembro de 2021, passando a valer a partir de janeiro de 2022.

Segundo o governo, não há um percentual único de aumento. As recomposições foram feitas de acordo com a defasagem salarial de cada categoria.

Para as forças de segurança pública, o governador Carlos Moisés (sem partido), pré-candidato à reeleição, sancionou lei que aumenta os salários de servidores ativos e inativos.

As bases das carreiras terão aumento de 33% e os níveis mais altos de 32%. O reajuste foi feito em duas etapas, em janeiro e julho de 2022. De acordo com o governo, a categoria não receberia reajuste há sete anos.

Para os professores, foi estabelecida uma remuneração mínima de R\$ 5.000 para quem cumpre carga horária de 40 horas semanais e possui ensino superior.

Em Mato Grosso, os servidores ativos e inativos recebem desde janeiro o pagamento de 7% da Revisão Geral Anual (RGA) sobre remunerações.

O benefício, sancionado pelo governador Mauro Mendes (União Brasil), será pago aos servidores efetivos, comissionados, civis, militares, ativos, inativos e pensionistas do Poder Executivo.

O governo do Distrito Federal também vai conceder reajuste para o funcionalismo no ano em que Ibaneis Rocha (MDB) vai buscar a reeleição. O aumento de salário vai variar de 3% a 22%.

O reajuste começará a ser pago a partir de maio para todos os servidores, com um impacto de cerca de R\$ 100 milhões mensais e R\$ 1,1 bilhão em todo o ano de 2022. Serão contemplados 116,5 mil servidores da ativa e 50 mil inativos.

O governo do DF explicou que os reajustes que serão concedidos neste ano se referem a uma legislação aprovada em 2013, ainda no governo de Agnelo Queiroz (PT), sobre reestruturação de carreiras.

No entanto, apenas as duas primeiras parcelas anuais foram pagas — em 2013 e 2014. A terceira, que ainda estava pendente, será a paga pelo governo local neste ano.

“Querida ter feito [o reajuste salarial] mais e mais cedo, mas o foco foi a busca pela vacina

João Doria (PSDB) governador de São Paulo, ao anunciar aumento de 20% a policiais e profissionais de saúde pública do estado

OPINIÃO

Os conteúdos assinados e publicados nas páginas A2 e A3 não expressam necessariamente a opinião de A TARDE. Participe desta página: e-mail: opinioao@grupoatarde.com.br Cartas: Redação de A TARDE/Opinião - R. Professor Milton Cayres de Brito, 204, Caminho das Árvores, Salvador-BA, CEP 41822-900

opinioao@grupoatarde.com.br

COLUNA

O Carrasco



Os bastidores da política. Uma homenagem de A TARDE ao primeiro veículo criado pelo fundador Ernesto Simões Filho.

ocarrasco@grupoatarde.com.br

Leia a coluna também no portal A TARDE (www.atarde.com.br)

Assunto da semana

Os relatos de insatisfação, estresse, perda de tempo e angústia no trânsito não param de chegar ao Grupo A TARDE. Inevitavelmente, os jornalistas só precisam chegar na janela para registrar o caos que se tornou a Avenida Tancredo Neves. A agonia dos motoristas é exposta nas buzinas que ecoam pela principal obra orçada em mais R\$ 131 milhões parece não compensar o desgosto de passar pela região. De responsabilidade da empresa KPE, considerada o DNA da Metha Engenharia, ex-OAS, o feito se perdeu igual a cego no meio de um tiroteio. Tentando sobreviver a trancos e barrancos, a KPE está longe de alcançar a meta pretendida nesta obra.

Golpe de Mestra I

A Dag Construtora, que já foi mira da Lava

Jato por suspeita de ter alterado valores de imóvel por conta da relação que tinha com o ex-presidente da Odebrecht, parece que não vai sossegar até conseguir aplicar outra empreitada. O alvo da vez é o falecido publicitário Duda Mendonça. Numa briga, cujo juiz já entra como suspeito, a família de Duda tenta não permitir que parte da herança caia nas mãos do Dermeval, dono da Dag. Pedindo R\$ 30 milhões, a Dag já realizou investidas para garantir essa bolada.

Golpe de Mestra II

Mas, o que já se sabe, é que a vilã dessa história é a mulher de Dermeval. Mariana Gusmão comanda toda a operação para abocanhar a herança de Duda. Com o assunto pipocando em Brasília, chega a este Carrasco informação que a dama, que não é de ferro, pode ser a autora que irá registrar o capítulo “Fim da Saga Dag Construtora”.

Pouco caso

Este Carrasco tem recebido denúncias de que a Saúde em Alagoas vai de mal a pior. Com um prefeito que se intitula médico, a situação da Covid poderia ser diferente. Mas, o boletim epidemiológico registrado ontem apontou mais 152 novos casos de Covid-19. São 1.357 pessoas que estão em monitoramento e 953 casos ativos da doença. Mais de 300 pessoas já morreram por conta da pandemia na cidade. O bom exemplo do Doutor Joaquim é tamanho que nem carteira de vacinação é exigida para entrar nos órgãos municipais.

O caldo engrossou

O Ministério Público Estadual investiga fraudes em pagamento de diárias na Prefeitura de Maiquinique. O órgão instaurou procedimento investigativo para apurar denúncia de fraudes nas diárias pagas ao prefeito Jesulino Porto (DEM), e ao Secretário de Meio Ambiente, Josemar Teixeira. De acordo com a denúncia, os investigados vinham recebendo valores astronômicos, que somam mais de R\$ 40 mil por ano. Será por isso que o Jesulino tem esbravejado tanto nas redes sociais?

Até quando?

Se de um lado os motoristas penam para abastecer o veículo por conta dos altos preços dos combustíveis, tem empresário baiano pagando de esperto e bem mais barato para obter o produto. Flagrado pela Guarda Civil, o detentor da boa influência recebeu combustível furtado de uma carreta em Luís Eduardo Magalhães. O criminoso foi preso por receptação qualificada. Enquanto o foco fica nas bombas e nos postos, as distribuidoras faturam, o receptor se aproveita e o consumidor final paga o pato. Se a moda acumula pegar, será um salve-se quem puder.

Mamata

A farra de gastos com o dinheiro público parece continuar em São Sebastião do Passé, Região Metropolitana de Salvador.

Uma outra grave denúncia de um vereador do município acusa a prefeita Nilza da Mata (PP) de desviar cerca de R\$ 3 milhões do Fundeb. E olha que no fim do ano passado, uma outra denúncia já mostrava a falta de investimentos no município após uma arrecadação de R\$ 120 milhões, além de pessoas ligadas à gestão que estariam se aproveitando do poder público e “esbanjando regalias”.

Gestão Genival

Os números não mentem. São 170 pessoas mortas pelo coronavírus em Santo Antônio de Jesus e mais de 240 caso ativos, de acordo com o boletim da última sexta (11). Com o prefeito patinando nas ações, o Carrasco segue recebendo denúncias pela falta de serviços na Saúde. Estas vão do descarte irregular de materiais hospitalares, à ausência de médicos e enfermeiros. Enquanto a Covid toma conta, Genival assume a ausência do dever de casa.

Subiu no telhado

Subiu de vez no telhado a formação de uma federação entre o PT e o PSB para as eleições deste ano. O principal entrave segue sendo São Paulo. Em entrevista à CNN, na quinta-feira, 11, o pré-candidato ao governo do Estado, Márcio França (PSB), deixou mais uma vez claro que não vai abrir mão de concorrer ao cargo para apoiar o pré-candidato do PT, Fernando Haddad. Com isso, as chances do ex-governador Geraldo Alckmin ingressar no PSD para ser vice na chapa de Lula só aumentam. Aqui na Bahia, com ou sem federação, o apoio do PSB à candidatura de Jaques Wagner é dado como certo. Mesmo com a gritaria do deputado Marcelo Nilo, ainda no PSB.

“Livre, leve e solto”

Um que já deixou o PSB foi o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, que se disse “livre, leve e solto” neste ano de eleições. Embora diga que não faz parte de seus planos concorrer a nenhum cargo público, Barbosa segue sendo cortejado para apoiar ou mesmo integrar a chapa de alguns presidenciais, dentre eles o mais citado é o ex-juiz Sergio Moro, pré-candidato do Podemos. Em janeiro, Moro recebeu Barbosa em sua casa, mas o ex-ministro do STF saiu de lá assegurando que não há hipótese de ser vice nem dele nem de qualquer outro candidato. Aguardemos os próximos passos.

Crise no Abaeté

O projeto do vereador da bancada evangélica, Isnard Araújo (PL), protocolado em dezembro do ano passado na Câmara Municipal de Salvador, que propõe que a região das dunas do Abaeté passe a ser denominada de “Monte Santo Deus Proverá”, ganhou fôlego nesta semana. Adeptos de religiões de matriz africana realizaram ato contrário à mudança de nome do local, durante assinatura da ordem de serviço para as obras de requalificação das dunas, que foram chamadas pela prefeitura de ‘Monte Santo’, o que causou

toda a celeuma. O prefeito Bruno Reis negou as informações, disse que a proposta mudança de nome das dunas era uma ‘fake news’ e que o projeto de Araújo não vingaria. Estamos acompanhando os próximos episódios dessa novela.

(Des)serviço

A população soteropolitana não aguenta mais os péssimos serviços prestados por alguns Cartórios de Registro de Imóveis. É arbitrariedade por cima de arbitrariedade e barbearagem por cima de barbearagem. Até um desembargador, pasmem, chegou a ser vítima dessa incompetência e teve sérios problemas causados pela irresponsabilidade de um tabelião, justamente com a escritura e matrícula de seu apartamento, adquirido com muito suor e economias de anos a fio. Mas, o campeão de reclamações e que, inclusive, já está no radar da Corregedoria, é o tabelionato do Segundo Ofício. Por lá, o comentário é que a serventia fatura milhões de reais por mês, mas as demandas só andam quando os despachantes e advogados são escolhidos a dedo.

O que o medo não faz

Coisa engraçada foi o que ocorreu, recentemente, na prefeitura de Salvador. Um servidor de carreira da mais alta cúpula da Administração Municipal, preocupado com o vai e vem nas questões afeitas ao IPTU, resolveu meter a mão no bolso e pagou o tributo de 2021 e 2022, com desconto. Foi o medo do tamanho do aumento que pode vir ano que vem. Tranquilizado por seus superiores, resolveu pedir devolução de metade do valor pago. Coitado desse contribuinte. Vai cair agora nas malvezas daquele funcionário que fez pós-graduação na Cidade do CAIRO. Pelo visto, é capaz de vencer o IPTU de 2023 e o pobre coitado não receber sua devolução.

Enquadrada

Privatizar é preciso? A enquadrada nessa semana é sobre elas: as empresas que a pretexto de uma melhor prestação de serviço público estão esculachando com o dinheiro do cidadão. A ACELEN, que recentemente assumiu a Refinaria Landulpho Alves e o Terminal de Madre de Deus, vem soltando a borracha no quesito aumento. Os combustíveis na Bahia já são os mais caros do Brasil. Outra que vem abusando do bom senso é a VINCI AIRPORTS SALVADOR. Só para se ter ideia do tamanho do abuso, a danada cobra 1.200 dólares por pouso ou decolagem de qualquer avião privado, de pequeno ou grande porte, enquanto que no resto da América o mesmo serviço é feito por 200 dólares, só que o pagamento é feito anualmente e dá direito a quantos pousos forem necessários durante esse período. E tem mais. A VINCI aumentou os valores dos contratos das lojas e hangares concessionários, sendo que alguns cederam a essa quase extorsão e estão pagando mais do que o triplo do valor pago até o ano passado, e outras, como o caso da Duty Free, pretendem brigar na Justiça ou arrumar as malas e ir embora.

ESPAÇO DO LEITOR

opinioao@grupoatarde.com.br

☉ Dia Internacional do Amor

O amor é a linguagem universal pela qual todos nós nos entendemos. O amor é o sentimento mais nobre, que atualmente está sendo confundido com o ódio, e a ira. Quantos casais que dizem se amarem e partem para a agressão! Isto é amor? Não! Vamos falar do amor, real e verdadeiro, afinal, hoje, dia 14 de fevereiro, é considerado o dia mais romântico do ano, dia do “AMOR” em muitos países festeja-se como dia dos namorados, exceto no Brasil, cuja data é comemorada em junho. Vê-se que aos poucos, o brasileiro, como é imitador e repetitivo de tudo que acontece, já está aderindo às duas datas. Mundialmente, trata-se de uma referência à morte de São Valentim, em 270 d.C. que segundo a crença popular, ele celebrava casamentos às escondidas, clandestinos, contrariando o imperador romano Claudius II, que via nas famílias obstáculos à formação do exército. São Valentim sofreu punição. Durante a prisão, o sacerdote apaixonou-se pela filha cega de um de seus carcereiros, a quem teria destinado cartas de amor assinando “teu Valentim”, sendo portanto, decapitado. Ele tinha o dom de cura e de conselho. Curava também os epiléticos. E assim, surgiram algumas lendas sobre Valentim, fazendo de sua vida religiosa uma história romântica. Cheia de amor. Até hoje, o termo é muito utilizado pelos religiosos de fé: Valei-me Senhor Valentim! Desejo muito amor aos namorados. Espalhar o amor é espalhar felicidade! Salve o amor e São Valentim! 14 de fevereiro. SELMA PESSOA, PESSOA. SEL9585@GMAIL.COM

☉ Desmoralização

A total ausência de reação do poder institucional – corroborada com a corrupção escancarada por parte considerável da classe política – é fator preponderante para a ocorrência de verdadeiros descalabros do nazifascista, sendo o mais recente a injustificada visita ao presidente Putin, o qual condiciona a presença do energúmeno negacionista à realização de 5 testes contra a Covid como imprescindível para o encontro inusitado. Será que o office boy acostumado a bater continência para a bandeira yankee teria sido designado por Biden a serviço da pátria mãe? Se a visita for concretizada, coisa que não acredito, duvido muito que tivesse a petulância de bater continência para a bandeira russa. Boi sabe como e onde arrombar cerca, com uma ressalva: o chifre teria de ser especial

Vi a bandeira do Brasil, gigante num estabelecimento comercial, e pensei no significado de patriotismo que nos EUA em todo local tem a bandeira americana

e reforçado. Ainda que a determinação partisse do colega Trump, presidente derrotado, não faria sentido, pois é público e notório que o capitão do mató é um desqualificado no campo diplomático, tendo passado inúmeros vexames em viagens com a comitiva presidencial, como aquele em terras espanholas, quando o avião foi flagrado e preso no aeroporto com 39 kg de cocaína. Caso típico de narcotráfico que teria outro desdobramento em países que levam a sério casos assim, a exemplo da própria Rússia, Indonésia, Cuba e China. Gozações à parte, o melhor que poderia acontecer seria o impeachment do genocida, mas como foi negociado a peso de ouro com políticos propineiros, só nos resta aguardar que algum acesso de loucura o afaste por insanidade mental. Há quem acredite que, se a visita de fato for concretizada, sairá de lá reverenciado como mais um filho de Putin. JORGE BRAGA BARRETTO, JBBARRETTO@GMAIL.COM

☉ Contracheque do servidor

Causou-me estranheza a não divulgação da tabela de pagamento de 2022 dos servidores do Estado da Bahia, ao contrário do que vem acontecendo nos anos anteriores. Como se não bastasse, o Estado deixou de enviar para meu e-mail o contracheque de janeiro. No exercício do direito de ser informado, entrei em contato com a Suprev e fiquei sabendo que o contracheque dos servidores não será mais enviado. Para acessá-lo é necessário cadastrar o e-mail pelo telefone

08000715353 e depois acessar o rhBahia. Por diversas vezes segui os passos indicados sem sucesso, porque o telefone não completava a ligação.. Diante do exposto liguei para Saeb, e relatei o fato a ouvidora Casiana Rodrigues que demonstrando ser uma competente articuladora de soluções (uma das funções do ouvidor), acolheu minha justa manifestação e encaminhou a Suprev para as devidas providências. REINALDO MAURO DE OLIVEIRA, REIMAOLI825@GMAIL.COM.

☉ Patriotismo

Retornando da Praia do Forte, vi a bandeira do Brasil, gigante num estabelecimento comercial, e pensei no significado de patriotismo que nos Estados Unidos em todo local tem a bandeira americana, eles têm um sentimento pela pátria como aqui temos pela família. Acho que lá tem a ideia de liberdade que é um farol para o mundo. O patriotismo no Brasil quase não existe, pois toda consciência visa à morte de outra, a nossa não é de liberdade pois a maioria busca a sobrevivência. Então o hábito e o jeito de sonhar aqui é diferente de lá pois o sonho de liberdade exige tentar compreender o que é liberdade, é o despertar de um anseio, mas para o brasileiro que vive pensando somente na liberdade de ter comida todo dia, não existe patriotismo pela nação, nem amor à liberdade plena. Os símbolos da pátria só servem para criar uma frustração por ser brasileiro. JOÃO MISAEI TAVARES LANTYER, MISAEI51@TERRA.COM.BR

ENTREVISTA Luiz Carreira, secretário da Casa Civil de Salvador

“A REGRA DE OURO DA GESTÃO É MANTER SEMPRE TODOS OS PARÂMETROS FISCAIS”

OSVALDO LYRA

Secretário da Casa Civil de Salvador desde o primeiro governo ACM Neto, Luiz Carreira atua também como um “gerentão” no governo Bruno Reis. Em entrevista exclusiva ao A TARDE, ele diz que o foco agora “é fazer o planejamento dos quatro anos da gestão”. Até porque, a “meta é gastar menos com a prefeitura e mais com o cidadão”. À frente do planejamento estratégico do município até 2024, Carreira diz ainda que “a de ouro da administração é manter sempre todos os parâmetros fiscais”. “Uma prefeitura mais independente, em que hoje ela gera mais recursos próprios do que recebe de transferências estaduais e federais, essa equação era totalmente inversa antes de 2013. Hoje é mais ou menos 55% a 45%. Ou seja, 55% de geração de recursos próprios e 45% de transferências obrigatórias e transferências voluntárias”, explicou.

O senhor foi secretário de ACM Neto e agora atua como secretário também de Bruno Reis. Qual a principal diferença e semelhança entre eles?

Cada um tem seu próprio estilo de trabalho. Porém, muito se assemelham no comprometimento em realizar o melhor pela nossa cidade. A continuidade do projeto e o compromisso com uma gestão fiscal responsável é uma marca comum às duas gestões. O prefeito ACM Neto sempre afirmou que, ao entregar o cargo de prefeito, deixaria o prefeito Bruno Reis muito à vontade para conduzir ao seu modo a gestão, diante os novos desafios. E é isso que vem de fato acontecendo.

Como o senhor avalia o primeiro ano do governo Bruno Reis? Quais os dois maiores gargalos da gestão e que demandaram um esforço maior do senhor, do prefeito e da equipe, como um todo?

Eu costumo brincar que o prefeito não teve nem o tempo necessário de desfrutar da eleição que ele venceu. Uma eleição em que ele teve ampla possibilidade de apresentar suas propostas e, de repente, já se defrontou imediatamente com um grande desafio pela frente, que foi exatamente a retomada da segunda onda da pandemia, que foi muito mais terrível até do que a primeira, haja vista que na primeira a gente pôde atuar gradualmente... Apesar de ter outro fator importante, que foi o desconhecimento ainda da pandemia, mas ela foi se consolidando aos poucos. Então havia o tempo necessário para a gente ir tomando as medidas e ir construindo as ações necessárias para o enfrentamento, ela foi progressiva. A segunda onda veio avassaladora. Imediatamente, no mês de janeiro e fevereiro, a gente já acordou dentro da pandemia, com um crescimento rápido dos indicadores e foi necessário tomar uma série de medidas. Então não foi um ano fácil. Foi um ano extremamente difícil, um ano que tivemos uma grande preocupação com a pandemia, mas não esquecemos também de continuar planejando, de continuar fazendo aquilo que o nosso grupo já vinha fazendo. Ou seja, o primeiro

ano é um ano de planejar, é um ano de preparar os projetos, um ano de captar os recursos necessários, de reorganizar, porque às vezes é necessário fazer uma reorganização, e o prefeito fez, criou duas secretarias novas importantes, que são a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que é dirigida hoje pela secretária Mila Paes, que vem fazendo um grande trabalho, e a Secretaria de Ciência e Tecnologia, que também tem um grande potencial de desenvolvimento.

O senhor, inclusive, comandou esse processo do planejamento estratégico que planeja a gestão até 2024. O que prevê esse documento e qual a espinha dorsal dele, já que Salvador é uma cidade complexa e cheia de demandas e problemas?

A gente circula mais ou menos três estágios grandes do planejamento estratégico no município, que não existia anteriormente. Você se lembra quando a gente assumiu, não tinha um planejamento global de longo e médio prazo e setorial, isso não existia na cidade. Hoje você tem um arcabouço, a gente tem um arcabouço, é uma cidade de planos, que dá uma sustentação a todas as nossas ações. Eu cito aqui, por exemplo, o novo PDDU que foi feito, a nova revisão, o Plano Salvador 500, que foi feito pela Fundação Mário Leal Ferreira, que conduziu esse trabalho... Os planos setoriais todos. De ciência e tecnologia, de mobilidade, de resiliência, de mudanças climáticas, de inovação e tecnologia, a exemplo desses planos. Eles constituem hoje na verdade um instrumento de trabalho importante. E o plano estratégico sempre funcionou muito bem. Primeiro para desenvolver uma cultura de planejamento na prefeitura e fazer com que também todos participem de tudo, ou seja, que todos tenham conhecimento do que todos fazem. A grande vantagem do planejamento estratégico é que não só o prefeito tem conhecimento, como também todos os dirigentes, sejam os secretários, sejam os dirigentes, participem de reuniões trimestrais de avaliação dessas metas, dos marcos de entrega, dos produtos que são objetos do plano. Então isso permite, na verdade, uma grande interação na prefeitura. Quer dizer, um espírito um pouco de pertencimento de cada um a todos os projetos que são desenvolvidos, e também de solidariedade, porque nas reuniões sempre acaba acontecendo que um determinado órgão tem a necessidade do apoio de outro e isso funciona muito bem nessas discussões. Eu diria que três momentos foram muito importantes. O primeiro momento foi lá atrás, em 2013, quando foi iniciado, de 2013 até 2016, em que você foi primeiro colocar ordem na casa, a prefeitura no primeiro ano fez uma reestruturação. Você sabe que foi feita e que está permitindo, de certa forma, a prefeitura estar hoje nesse patamar de desenvolvimento. A prefeitura não tinha sequer recursos para investir. O prefeito ACM Neto recebeu em 2013 um caixa negativo de R\$ 77 milhões. Hoje, é uma prefeitura



Bruno Concha / Secom / PMS / Divulgação

A meta é gastar menos com a prefeitura e mais com o cidadão

que não tem grandes dificuldades de fechar suas contas, fechamos 2021 com as contas em dia, com superávit orçamentário e financeiro, com os indicadores de avaliação pelos organismos federais estritamente dentro dos parâmetros. Ou seja, a gente pode continuar tomando financiamentos. E com dinheiro em caixa para dar sequência aos programas e projetos que foram planejados durante o ano de 2021, que foi o primeiro ano de governo do prefeito Bruno Reis. Esse ano de 2022 vai ser um ano de muita realização. O segundo ponto importante do planejamento, no segundo governo de ACM Neto, foi na verdade a ampliação da oferta de serviços com maior qualidade, definindo prioridades para a cidade, para as áreas mais carentes, recebemos muitos recursos, quase 80% dos recursos foram dirigidos para as áreas mais carentes. E também manter aquela meta que é gastar menos com a prefeitura e mais com o cidadão, e manter sobretudo a responsabilidade fiscal, que virou regra de ouro da administração, tanto nas duas administrações de ACM Neto, quanto nessa administração do prefeito Bruno

Reis. E ele deu exemplo disso, porque quando a gente enfrentou dificuldades aqui na pandemia, ele conduziu pessoalmente o trabalho de contenção de despesas, de enquadrar as receitas sempre maiores do que as despesas, de forma que a gente tenha sempre uma poupança corrente para fazer os gastos de governo. Sejam gastos de despesas ou de investimentos.

O senhor atua como um “gerentão” unindo essas pontas de toda gestão. Existe algum trabalho de métrica, de acompanhamento das metas, até mesmo de correção de rumo para que esse planejamento estratégico seja atendido como se espera desde a elaboração dele?

Evidentemente. A Casa Civil é responsável pela coordenação geral. É um trabalho de todos. Quando a gente constrói um plano estratégico, o produto da vontade, das prioridades, das determinações do prefeito e de todos os dirigentes e órgãos da administração pública. É uma construção conjunta. O resultado que foi apresentado à sociedade no ano passado, hoje é acompanhado semanalmente, eu tenho uma equipe que se dedica exclusivamente a isso, cujo diretor é o Celso, que coordena essa equipe, que se mantém em permanente contato com os pontos focais das secretarias, órgãos setoriais e entidades da prefeitura. Esse planejamento, esses acompanhamentos são feitos, avaliados, e inclusive entregues ao prefeito

previamente, antes da próxima reunião. Cada reunião é avaliada depois pelo próprio prefeito, que fica praticamente o dia inteiro, nós vamos ter uma segunda etapa da primeira reunião, porque não deu tempo de terminar, na próxima quinta-feira, em que ele avalia cada meta, cada marco de entrega. Avalia todo o trabalho que foi feito naqueles projetos selecionados. Os secretários recebem isso previamente para fazer o seu preparo. Então tem uma articulação importante dentro do governo que faz com que o governo trabalhe de uma forma mais coesa, mais coerente, e também mais ágil. Porque a partir das cobranças ali, evidentemente todo mundo corre para tentar resolver a sua parte.

Na Casa Civil, o senhor também é responsável pela captação de recursos. O que há de dinheiro previsto em caixa, sobretudo de repasses e recursos internacionais?

Uma grande mudança que foi feita na prefeitura, primeiro foi incorporar realmente o conceito de responsabilidade fiscal. Sem isso, não se consegue avançar. Uma prefeitura que está inadimplente, que não consegue cumprir os requisitos legais... Você acaba ficando sem alternativa de captar recursos, sem alternativa de receber transferências voluntárias do Governo Federal. E esse foi o grande trabalho que os prefeitos de hoje, tanto ACM Neto como o prefeito Bruno Reis, têm isso muito incorporado nas suas diretrizes. Esse é o ponto chave. A regra de ouro da gestão é manter sempre todos os parâmetros fiscais. Não é por outra razão que fomos eleitos no ano passado como a melhor capital em gestão fiscal. Isso nos permitiu mudar o patamar de investimento da prefeitura. Nós saímos de uma prefeitura que não investia praticamente nada com recursos próprios, muito pouco, para uma prefeitura mais independente, em que hoje ela gera mais recursos próprios do que recebe de transferências estaduais e federais, essa equação era totalmente inversa antes de 2013. Hoje é mais ou menos 55% a 45%. Ou seja, 55% de geração de recursos próprios e 45% de transferências obrigatórias e transferências voluntárias. O que mostra, primeiro, o caminho de independência. E a gente responde logo uma questão que pode vir mais tarde. A prefeitura tem condição de caminhar com seus próprios passos? O estado tem condição de caminhar com seus próprios passos? Claro que tem. Basta que façam aquilo que é sua obrigação, o dever de casa, a gestão fiscal responsável, possibilite um ambiente de negócios adequado e possa, de fato, responder os anseios da sociedade. Portanto, essa discussão que normalmente aparece em toda campanha eleitoral de que determinado governador tem que ser ligado ao prefeito... Isso não se sustenta. O prefeito ACM Neto demonstrou isso, quando ele, de fato, demonstrou que era possível, mesmo com um governo de estado de oposição, como nós tivemos

todo tempo, e em poucos momentos com a União a gente podia conversar, mas a maior parte do tempo foi um governo de oposição à cidade, e a gente conseguiu tocar nossa vida. E dialogar também com esses entes. Porque também é falso você dizer que... você é adversário político, não é inimigo político. Então é possível dialogar, nós dialogamos com o Governo do Estado abertamente durante a pandemia, também com as obras de infraestrutura da cidade continuamos dialogando, o metrô está com sua expansão, a prefeitura nunca fez objeções, o governo também não cria objeções. A grandeza e espírito público, que é o mais importante de tudo isso. É você olhar que você não está aqui para cumprir uma missão de curto prazo. Você está olhando sempre para o futuro, e o futuro é a melhoria da vida das pessoas que é o objetivo maior de qualquer agente público.

No ano passado, o prefeito Bruno Reis falou sobre a preocupação de não ter recursos para custear a máquina administrativa, e agora voltou a falar novamente sobre o assunto. A falta de recursos foi suspenso ou esse é um fantasma e uma demanda que requer uma atenção constante da gestão?

O que tinha sido situado naquela fase lá atrás é que havia muita dificuldade. Porque o Governo Federal, por exemplo, no ano de 2020 transferiu para o combate à pandemia R\$ 585 milhões. Uma ajuda substancial. No ano passado, em 2021, foram R\$ 114 milhões. Portanto, uma ajuda muito aquém das necessidades efetivas de se enfrentar a segunda onda que foi muito mais perversa, muito mais penosa para tratar, que foi uma verdadeira preocupação para todo mundo, porque de fato você teve que fazer grandes investimentos.

O senhor é ex-deputado. Por mais que não esteja diretamente ligado à política partidária hoje, é um ator da política. Como o senhor avalia o cenário eleitoral na Bahia? Neto é favorito? A eleição será disputada? E até onde a eleição nacional vai ter peso de decisão sobre a eleição local esse ano?

A questão nacional... Normalmente o interesse do eleitor na eleição é local. A eleição municipal se deu toda aqui, a eleição nacional praticamente não interferiu. O que o eleitor quer saber é o que o governador dele vai fazer pelo seu estado. Muito menos o que o presidente fará ou não fará. As pessoas querem o compromisso dos seus governantes, então acho que essa é uma questão que a discussão vai se dar no campo local. Não adianta as pessoas acharem que linkando a presidência, isso vai mudar substancialmente a cabeça das pessoas. Não vai. O interesse das pessoas é mais próximo. É de maior proximidade. Evidentemente, ou a região que ela mora ou local onde mora. Foi assim na eleição municipal e tem sido assim nas eleições estaduais. Não é uma lógica que se sustente. O que vai se discutir são as questões evidentemente do desenvolvimento do estado.

AGRONEGÓCIOS

agronegocios@grupoatarde.com.br

Agro A TARDE

JOSÉ LUIZ TEJON



UMA VISÃO ABRANGENTE
SOBRE O AGRONEGÓCIO

atarde.com.br/colunista/atardeagro
tejon@grupoatarde.com.br

Metano zero é um pré-sal rural

Biogás e biometano motivam o ministro do meio ambiente, Joaquim Leite, que afirmou para a TV Brasil: “nós temos um pré-sal rural, com volume de geração de biometano nas propriedades rurais e nos aterros sanitários, e ampliamos nossas metas climáticas passando de 43% para 50% até 2030 na emissão de gases de efeito estufa, e de neutralidade de carbono até 2050”. Nasce a perspectiva de uma nova fazenda brasileira em 2022.

A MWM está lançando com tecnologia nacional um gerador pequeno movido a

biogás, possibilitando que a agricultura familiar produza seu gás natural renovável, como pude ver na cidade de Presidente Olegário – MG, com os irmãos José Maria, João Maria e Ezequiel Maria, na propriedade Pirapitinga, onde um biodigestor da Auma Energia fornece biogás e através disso os irmãos obtêm biofertilizantes, e agora estão incluindo um gerador a biogás. Eles afirmam que dobraram os lucros com o leite, são 78 vacas, a partir da tecnologia dessa gestão de economia circular. Ali perto, em São Gotardo – MG, gran-

de produtor de hortaliças Se-kita, da mesma forma já está biometanizando a sua propriedade. Ou seja, este “pré-sal rural” serve a pequenos,

médios e grandes, é só uma questão de “aprender a pensar”, e usar, já.

Eduardo Luzzi, presidente da MWM, em reunião com o

ministro do meio ambiente Joaquim Leite semanas atrás, falando dessa perspectiva para o agro nacional, fez com que o ministro pedisse uma

análise inicial de como o governo poderia incentivar e estimular essa excelente iniciativa, onde todo setor pós porteira das fazendas, frigoríficos, agroindústrias e laticínios se interessarão em viabilizar. O ministro Joaquim Leite quer criar um arcabouço legal e organizar o mercado de carbono com o plano “metano zero”.

Nasce uma nova fazenda, um novo fazendeiro. Produtores de energia limpa e renovável transformando dejetos, restos, esterco, lixo em saúde ambiental e lucratividade empresarial.

Nasce a perspectiva de uma nova fazenda brasileira em 2022

Ou seja, este “pré-sal rural” serve a pequenos, médios e grandes

O ministro Joaquim Leite quer criar um arcabouço legal e organizar o mercado

TECNOLOGIA Criado pela Embrapa, em parceria com a Abapa, sistema Monitora Oeste envia comunicados pelo celular

Nova ferramenta emite alertas sobre avanço de doenças do algodão e da soja

Fabiano Perina / Embrapa

RUAN AMORIM*

Para quem trabalha com a produção agrícola, os desafios não são poucos. Além das adversidades climáticas, os agricultores têm que enfrentar doenças que exterminam ou prejudicam a lavoura. Nesse cenário, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Associação Baiana dos Produtores de Algodão (Abapa) desenvolveram o Monitora Oeste.

A nova ferramenta é um sistema digital que envia ao celular alertas sobre o avanço de enfermidades como a ferrugem asiática e a mancha de ramulária, que atacam lavouras de algodão e soja do oeste baiano. Agressivas, essas doenças impactam a produtividade das propriedades agrícolas provocando perdas estimadas em 30% na cotonicultura, e de até 80% na sojicultura.

Então, em prol de combatê-las, a tecnologia foi criada e está disponível para navegação gratuita em smartphones (Android e iOS) e em plataforma web. O usuário, quando se cadastrar, vai receber informações sobre os focos e as condições climáticas favoráveis para a proliferação das enfermidades. Isso é o que explica o pesquisador da Embrapa Territorial Julio Bogiani, líder da equipe que desenvolveu o produto.

Segundo Julio, a plataforma emite alertas organizados em três níveis: ocorrências de doenças; condições climáticas favoráveis para o desenvolvimento, e a presença de esporos no ar.

“O primeiro nível mostra onde foram identificadas plantas infectadas e possui atualização instantânea, isso a partir do registro da doença no sistema por parte da rede de colaboradores do Monitora Oeste. O segundo utiliza dados das estações meteorológicas do Instituto Nacional de Meteorologia instaladas na região, além de modelos matemáticos específicos para cada doença. O último nível vale-se da presença de esporos coletados em armadilhas instaladas nas lavouras do oeste baiano”, explica o pesquisador.



“Armadilhas” usadas pela equipe da Embrapa para coletar informações sobre doenças no plantio de algodão (foto) e de soja

“O agrônomo também conta que levou dois anos para o Monitora Oeste ser desenvolvido. E, durante esse tempo, foram levantados dados históricos de clima e comportamento das doenças para ajuste de modelos matemáticos. O levantamento foi realizado com objetivo de estimar as condições e construir mapas de favorabilidade climática para ocorrência e desenvolvimento das enfermidades.”

“Foi construída uma rede de colaboradores composta por profissionais da área que circulam pelas lavouras da região. São eles que vão alimentar o sistema lançando as informações de ocorrência das duas doenças durante toda a safra. E, para o monitoramento da presença de esporos, foram instaladas nas propriedades da região armadilhas que pos-

sibilitam a fiscalização”, diz Julio.

Prejuízos nas lavouras

Foi entre 2000 e 2001 que a ferrugem asiática, que é causada pelo fungo *Phakopsora pachyrhizi*, foi encontrada em uma safra brasileira e desde então começou a causar prejuízos nas lavouras do país. Na Bahia, o oeste sofre com esse mal, assim como com a mancha de ramulária, causada pelo fungo *Ramul-*

“Foi construída uma rede de colaboradores composta por profissionais”

JULIO BOGIANI, da Embrapa

laria areola. De acordo com o presidente da Abapa, Luiz Carlos Bergamaschi, ambas doenças se disseminam pelo vento, o que significa que não basta apenas um produtor fazer o controle da plantação, e sim todos.

Nesse sentido, o Monitora Oeste é uma ferramenta essencial. “Quando você tem um sistema de monitoramento que diz se a produção está favorável para as doenças, que mapeia elas no ambiente e faz o diagnóstico da possibilidade de ocorrência, é possível, de maneira antecipada, usar os métodos de controle. Então, o aplicativo é importante para o produtor, uma vez que possibilita que ele se prepare e tome medidas mais eficazes contra as doenças”, afirma Luiz Carlos.

O presidente da Abapa também destaca que além dos dados de alerta, o Mo-

onitora Oeste traz várias informações que ajudam o produtor a aumentar a produtividade da lavoura e diminuir o custo. “Ele nos dá uma noção geral da região e as informações registradas ficam em um banco de dados. Assim, o agricultor vai poder conferir o que vem acontecendo ao longo dos anos na nossa região. Vão checar como foi a incidência de chuvas, se a insolação foi maior em relação a outro período, se a doença disseminou mais em um determinado local. Essas informações ajudam a otimizar o processo produtivo”, diz Luiz Carlos.

Ao todo, a tecnologia tem sete funcionalidades para ajudar os agricultores a se prevenir contra as doenças e potencializar a produção. As funções são: ocorrências e alertas; gráfico de ocorrências; mapa de ocorrências;

armadilhas; mapa de armadilhas; favorabilidade e agrometeorológica. Dentro de cada funcionalidade, segundo Julio, o usuário poderá refinar a sua busca aplicando filtros, como município, núcleo regional e safra.

Mas o software não se limita a isso. Na versão web, traz dados dos índices agrometeorológicos, que podem ser consultados pelo produtor para levantar mais informações sobre a área em que atua, ou seja, onde está inserida a sua lavoura. Com isso, o pesquisador afirma que esse conjunto de aplicabilidades “permitirá ações estratégicas de forma “coletiva” para os manejos protetivos dos cultivos de soja e algodão da região oeste”.

*SOB SUPERVISÃO DA EDITORA
CASSANDRA BARTELO

ECONOMIA

economia@grupoatarde.com.br

JOGOS Projeto gera crescimento de 600% em exportação de games

atarde.com.br/economia

RESGATE Por meio de uma plataforma exclusiva, a partir de hoje os correntistas podem obter informações sobre dinheiro esquecido em bancos

BC libera consulta ao sistema de valores a receber

DA REDAÇÃO

O Banco Central volta a liberar hoje a consulta aos recursos 'esquecidos' nos bancos pelos correntistas. A consulta foi liberada pela primeira vez em 24 de janeiro, porém foi retirada do ar depois que o grande volume de acessos derrubou o site do BC.

As consultas ao Sistema Valores a Receber (SRV) do BC serão retomadas por meio de uma plataforma exclusiva. O objetivo é evitar que a grande quantidade de acessos coloque em risco o site do próprio BC, como ocorrido no mês passado. Com o site exclusivo, valoresareceber.bcb.gov.br não será possível "consultar ou solicitar valores" na página principal do BC, nem dentro do sistema Registrato.

"No momento da consulta em valoresareceber.bcb.gov.br, o cidadão saberá se tem valor a receber [de instituições financeiras] e, caso positivo, receberá a data para conhecer esses valores e solicitar sua transferência, a partir do dia 7 de março de 2022", informou o BC.

Caso, por algum motivo, o interessado perca a data, poderá fazer uma nova con-



José Cruz / Agência Brasil

Banco Central alerta para não clicar em links suspeitos e sobre o risco de golpes

O serviço não será disponibilizado em nenhuma outra página da internet

sulta, a qualquer momento, para ter acesso a novo agendamento. No site, há um passo a passo com todas as informações necessárias para o resgate dos valores.

"O cidadão nunca perde o direito sobre os valores em seu nome. As instituições financeiras guardarão esses recursos pelo tempo que for

necessário, esperando até que o cidadão solicite a devolução", diz nota do BC.

Segundo o BC, para acessar o Sistema Valores a Receber é necessário ter cadastro no site GOV.BR, nível prata ou ouro. O cadastro pode ser feito gratuitamente pelo aplicativo GOV.BR ou por meio da internet.

EDUCAÇÃO

Morre fundador do Objetivo, João Carlos di Genio

DA REDAÇÃO

Fundador de um dos maiores grupos de educação privada no país, o Unip/Objetivo, João Carlos di Genio, morreu de causas naturais ontem, aos 82 anos, em sua casa no bairro paulistano dos Jardins. Di Genio faria 83 anos no próximo dia 27 e deixou esposa e três filhos adolescentes. Ele será velado no centro da capital paulista.

Em 1961, Di Genio passou em 1º lugar em medicina – em duas universidades, entre elas a concorrida Universidade de São Paulo (USP). Ainda estudante, passou a dar aulas de física em um curso preparatório para os vestibulares de medicina.

Foi no Cescem que ele se descobriu professor, e mesmo após formar-se como médico, Di Genio escolheu continuar nas salas de aula.

Em 1965, Di Genio e alguns professores e estudantes de medicina da USP – como Dráuzio Varella, Roger Patti e Tadasí Itto – decidiram abrir o curso Objetivo. O Colégio Objetivo foi fundado em 1971 e, no ano seguinte, foram criadas as faculdades Objetivo. Em 1988, elas foram transformadas na Universidade Paulista (Unip), que hoje conta com mais de 200.000 alunos.

BENEFÍCIO

Pagamentos de fevereiro do Auxílio Brasil começam hoje

DA REDAÇÃO

A Caixa Econômica Federal começa a pagar hoje uma nova rodada do Auxílio Brasil. Os primeiros a receber serão os beneficiários com final de Número de Inscrição Social (NIS) 1. O pagamento dessa rodada termina no dia 25 de fevereiro. Para saber em que dia o benefício ficará disponível para saque ou crédito em conta bancária, a família deve observar o último dígito do Número de Identificação Social (NIS), impresso no cartão de cada titular. Para cada final do NIS há uma data correspondente por mês.

Em dezembro, o governo federal começou a pagar a todos os beneficiários um valor mínimo de R\$ 400.

No mês passado, o governo informou que, com a inclusão de 3 milhões de novas famílias, "zerou a fila de elegíveis de 2021".

Ao entrar no programa, famílias recebem, pelos Correios, duas cartas enviadas pela Caixa: a primeira com orientações gerais sobre o Auxílio Brasil e a segunda com o cartão para movimentação bancária do benefício. Até que as novas famílias recebam o cartão do programa, o benefício poderá ser movimentado pelo Caixa TEM – app usado para o Auxílio Emergencial.

DENUNCIE,

CONTRIBUA,

PARTICIPE!

VOCÊ FAZENDO PARTE DO DIA A DIA DO SEU BAIRRO E DA SUA CIDADE

ENVIE FOTOS OU VÍDEOS

CIDADÃO REPÓRTER



71 8109-3965

SEJA UM CIDADÃO REPÓRTER

ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@gruposatarde.com.br

ITAPEMIRIM Funcionários de empresa de transporte paralisam durante trajeto

atarde.com.br/bahia

EXPOSIÇÃO Presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, admite que pode haver novos problemas no futuro

Vazamentos no PIX ocorrerão com alguma frequência

WELLTON MÁXIMO
Agência Brasil, Brasília

Os vazamentos de dados do Pix, sistema instantâneo de pagamentos do Banco Central (BC), ocorrerão com alguma frequência, afirmou ontem o presidente do órgão, Roberto Campos Neto. Segundo ele, os casos registrados até agora são leves, e a autoridade monetária está atuando para que as ocorrências sejam as mínimas possíveis.

“Como nós entendemos que esse mundo de dados vai cada vez crescer mais exponencialmente, os vazamentos vão acontecer com alguma frequência. Não querendo banalizar os vazamentos, porque vamos atacar todos os vazamentos para que eles sejam o mínimo possível”, disse o presidente do BC em evento promovido pelo Esfera Brasil, grupo que promove reuniões entre empresários, empreendedores e líderes do setor público.

Campos Neto esclareceu que as informações expostas até agora não incluem

dados como senhas e movimentações financeiras. Os vazamentos abrangem, na maior parte, dados que podem ser obtidos publicamente, acrescentou.

“A gente tem vazamento, às vezes, que é nome e CPF. Nome e CPF têm no talão de cheque da pessoa. Você tem, às vezes, o vazamento de telefone, que a chave é o telefone celular, mas grande parte das pessoas tem o telefone celular aberto, você entra em um sistema de consulta, bota o nome e acha o telefone”, detalhou Campos Neto.

Ele disse que o BC tem adotado postura mais transparente que a de outros paí-

ses, ao comunicar todos os vazamentos em seu site <https://www.bcb.gov.br/aces-soinformacao/lgpd?modalAberto=registro_de_incidentes_com_dados_pessoais>. Na semana passada, o BC informou que não divulgará mais os casos de exposição de dados de chaves Pix por meio de avisos, apenas listando os incidentes em sua página na internet.

Desde a criação do Pix, em novembro de 2020, o BC registrou três casos de vazamento de informações. O mais recente foi na semana passada, quando 2.112 chaves Pix de clientes da instituição de pagamentos Logbank foram vazadas.

Em agosto do ano passado, ocorreu o vazamento de dados 414,5 mil chaves Pix por número telefônico do Banco do Estado de Sergipe (Banese). No fim de janeiro, 160,1 mil clientes da Acesso Soluções de Pagamento tiveram informações vazadas. Em nenhum caso, foram expostas senhas e saldos bancários.

Campos Neto informou

Desde a criação do Pix, o BC registrou três casos de vazamento de informações

FEIRÃO

União coloca à venda 113 imóveis no Rio Grande do Sul

ALEX RODRIGUES
Agência Brasil, Brasília

O Ministério da Economia vai colocar à venda 113 imóveis geridos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), no Rio Grande do Sul.

A iniciativa faz parte da 5ª edição do Feirão de Imóveis SPU, série de eventos que a pasta tem realizado para divulgar a Proposta de Aquisição de Imóveis (PAI) – mecanismo resultante da aprovação da Lei nº 14.011, de junho de 2020, e que permite a qualquer pessoa ou empresa apresentar sua pro-

posta de compra de imóveis residenciais ou comerciais pertencentes à União.

Nas quatro primeiras edições do Feirão, foram colocados à venda imóveis no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Distrito Federal. Nesta quinta edição, há imóveis destinados a vários fins, de diferentes tamanhos, nas cidades de Alecrim, Bagé, Barra do Quaraí, Butiá, Cacequi, Canoas, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Cruz Alta, Erechim, Giruá, Imbé, Ijuí, Ilópolis, Itaqui, Osório, Pelotas, Porto Alegre, Rio Grande, Santa Maria, Santana do Livramento, Santo Ângelo, São Borja, São Gabriel, São Leopoldo, São Luiz Gonzaga,

São Pedro do Sul, Torres, Uruguaiana, Três Passos, Tramandaí, Vacaria, Veranópolis e Viamão.

Entre os 113 imóveis disponíveis no Rio Grande do Sul, há desde terrenos de 170 metros quadrados (m²), até glebas de 450 mil m², incluindo o prédio do Hospital Álvaro Alvim, na capital gaúcha, fechado desde o início da pandemia. A relação dos bens que serão licitados em breve foi apresentada ontem, em Porto Alegre, pelos secretários de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, Diogo Mac Cord, e de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, Fabiana Rodopoulos



Marcello Casal Jr / Agência Brasil / 04.11.2020

Informações expostas até agora não incluem dados como senhas e movimentação

que o Banco Central está desenvolvendo novas funcionalidades para o Pix, como a função de débito automático e a remuneração do dinheiro que fica parado na conta. Ele anunciou uma “agenda internacional” para o sistema de pagamentos instantâneos, mas não deu

detalhes. O presidente do BC apresentou números relativos às modalidades Pix Saque e Pix Troco, que entraram em vigor no fim de novembro. De acordo com Campos Neto, o Pix Saque, que permite retiradas em estabelecimentos comerciais e caixa

eletrônico, movimentou R\$ 9,7 milhões em janeiro, com volume de 66,6 mil transações no mês.

O Pix Troco, que permite saques durante o pagamento de compras, movimentou R\$ 100 mil no mês passado, com 1,3 mil utilizações em janeiro.

ÍNDICE

BC aponta crescimento de 4,5% na atividade econômica em 2021

LUCIANO NASCIMENTO
Agência Brasil, Brasília

O Índice de Atividade Econômica (IBC-Br) apresentou alta de 0,33% em dezembro de 2021, de acordo com dados divulgados ontem pelo Banco Central (BC). O BC informou que, na comparação com dezembro de 2020, o índice apresentou alta de 1,30%, considerando os da-

dos dessazonalizados (ajustados para o período). A taxa chegou a 139,73 pontos. No acumulado do ano, o IBC-Br ficou em 4,5%.

O índice, considerado uma prévia do Produto Interno Bruto (PIB), é uma forma de avaliar a evolução da atividade econômica brasileira e ajuda o BC a tomar decisões sobre a taxa básica de juros, a Selic, definida

atualmente em 10,75% ao ano. O IBC-Br incorpora informações sobre o nível de atividade dos três setores da economia: a indústria, o comércio e os serviços e a agropecuária, além do volume de impostos. Segundo o BC, o IBC-Br terminou o quarto trimestre do ano com variação positiva de 0,01% na comparação com o período entre julho e setembro.

<p>PESTANA LEILÕES</p> <p>previsul</p> <p>Edital completo, descrições e fotos dos imóveis no site.</p>	<p>OPORTUNIDADES EM LEILÃO</p> <p>RESIDENCIAIS • COMERCIAIS • TERRENOS SC • PR • SP • PA • MG • PE • CE • BA</p>		<p>23/02/2022</p> <p>QUA - 9h30 ELETRÔNICO</p>
	<p>Porto Seguro/BA.</p> <p>Terreno c/ área de 3.901,91m²</p> <p>Av. Adno Musser, s/n</p> <p>Obs.: Terreno à margem da BR-967</p> <p>Lance inicial: R\$ 700.000,00</p>	<p>Esmeraldas/MG</p> <p>Terreno c/ área de 1.962m²</p> <p>Rua Antônio Inácio Martins Ferreira</p> <p>Cond. Belvedere. Unidade Autônoma 80</p> <p>Lance inicial: R\$ 130.000,00</p>	<p>CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • À vista. Comissão de 5% à Leiloeira.

Lilimar Pestana Gomes Leiloeira Oficial | JUCISRS 168/00 | 51 3535.1000 • 51 99537.5119 | leiloes.com.br

13.FEV • 16H

ÁREA DE EVENTOS DA IGREJA SANTO ANTÔNIO ALÉM DO CARMO

Escandurras 360°

ESCANDURRAS • SAMBA E SUOR
DJ NAYLSON CARVALHO

SympIá

INFORMAÇÕES E VENDAS
71 98121-6425

ASSINANTES DO CLUBE A TARDE TÊM 20% DE DESCONTO

ENTRETENIMENTO

Clube A TARDE

JENNIFER LOPEZ OWEN WILSON MALUMA

Case Comigo

HOJE NOS CINEMAS

VERIFIQUE A CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA

APONTE A CÂMERA DO SEU CELULAR E COMPRE JÁ SEU INGRESSO

Consulta de valores a receber de bancos volta hoje

FINANÇAS As consultas ao Sistema Valores a Receber (SRV) do Banco Central (BC) serão retomadas, hoje, por meio de uma plataforma exclusiva. O objetivo é evitar que a grande quantidade de acessos coloque em risco o site do próprio BC, como ocorreu no mês passado, quando a demanda inesperada de acessos ao SRV derrubou a página. O único site para consulta ao SVR e para solicitação de valores é resareceber.bcb.gov.br.

“No momento da consulta

em valoresareceber.bcb.gov.br, o cidadão saberá se tem valor a receber [de instituições financeiras] e, caso positivo, receberá a data para conhecer esses valores e solicitar sua transferência, a partir do dia 7 de março de 2022”, informou o BC.

Caso, por algum motivo, o interessado perca a data, poderá fazer uma nova consulta, a qualquer momento, para ter acesso a novo agendamento. No site, há um passo a passo com todas informações necessárias para o resgate dos

Os valores esquecidos nos bancos serão devolvidos a partir de 7 de março

valores. “O cidadão nunca perde o direito sobre os valores em seu nome. As instituições financeiras guardarão esses recursos pelo tempo que for necessário, esperando até que o cidadão solicite a devolução”, diz nota do BC.

Ainda segundo o Banco Central, para acessar o Sistema Valores a Receber é necessário que o interessado tenha cadastro no site GOV.BR, nível prata ou ouro. O cadastro pode ser feito gratuitamente pelo aplicativo GOV.BR ou por meio da internet.

O BC alerta sobre o risco de alguns golpes que podem ser aplicados. O serviço não será disponibilizado em nenhuma outra página da internet. Além disso, não serão feitos contatos telefônicos nem envio de links para as pessoas, para tratar sobre valores a receber ou para confirmar dados pessoais.

“Ninguém está autorizado a entrar em contato com o cidadão em nome do Banco Central ou do Sistema Valores a Receber”, informa o Banco Central.

Planta da Bridgestone celebra 15 anos de operação

CAMAÇARI A unidade da Bridgestone, em Camaçari, está comemorando 15 anos de atividades. Inaugurada em fevereiro de 2007, para atender a demanda de mercados no Brasil, América Latina e Estados Unidos, a filial já produziu mais de 38 milhões de pneus para veículos de passeio, utilitários esportivos e picapes, destinados ao mercado de equipamento original, reposição e exportação. Em junho de 2021 foi anunciado um aporte de R\$ 700 milhões com foco na ampliação e investimento em tecnologias de ponta, o que reafirma a capacidade da companhia de oferecer ao mercado brasileiro pneus de alta performance para a nova geração de veículos do país, incluindo automóveis elétricos/híbridos e sustentáveis.

Entre 2013 e 2016, a planta passou por uma expansão e

A unidade de Camaçari produz pneus de alto desempenho para veículos de passageiros e picape



DIVULGAÇÃO

modernização com investimento de R\$ 332 milhões para aumentar em cerca de 25% sua capacidade produtiva.

Com o último aporte, a expectativa é que aumente em 20% a produção de pneus. Atualmente a companhia emprega mais de 900 colaboradores diretos e 400 indiretos na região. Com o avanço do projeto de expansão, mais de

420 novos postos de empregos devem ser gerados, entre permanentes e temporários.

“Temos uma aliança sólida com a região. Ao todo, mais de R\$1 bilhão foram investidos na planta até hoje. Camaçari faz parte do novo ciclo do Grupo Bridgestone, que reforça o nosso compromisso de produzir pneus de alta performance. Além dis-

so, todo esse investimento na região vai de encontro a nossa estratégia North Star, com um foco cada vez maior na oferta de pneus e soluções de mobilidade, gerando valor social para o nosso consumidor e destacando a sustentabilidade como ponto central dos negócios”, diz Miler Bochi, diretor industrial da planta.

Turismo perde R\$ 473,7 bi durante a pandemia

BALANÇO A retomada do turismo em 2021 não bastou para recuperar as perdas da pandemia. Segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), o setor deixou de faturar R\$ 214 bilhões em 2021. Do início da pandemia, em 2020, até dezembro passado, a perda é de R\$ 473,7 bilhões.

Após um tombo de 36,7% em 2020, o volume de serviços nas atividades turísticas terminou 2021 com crescimento de 21,1% ante 2020, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em dezembro, o volume das atividades turísticas cresceu 3,5% ante novembro, mas o nível de atividade ainda está 11,4% abaixo de fevereiro de 2020.

Para a CNC, a recuperação completa das perdas ainda não virá em 2022. A entidade projeta crescimento de apenas 1,7% no volume de serviços prestados nas atividades turísticas este ano. Além da crise sanitária, que levou ao cancelamento de eventos, o desempenho deverá ser afetado pela conjuntura econômica.

“O quadro adverso ainda não se reverteu. Ao contrário dos demais serviços, as atividades turísticas ainda operam ‘no vermelho’”, aponta um trecho do relatório. O acompanhamento da CNC toma como base o ritmo de receitas do setor em janeiro e fevereiro de 2020.

No auge das perdas, em julho de 2020, a frustração de receitas mensais foi de R\$ 34,9 bilhões

CONTRIBUIÇÃO DO MEI SOBE PARA R\$ 60,60

EMPRESAS As contribuições mensais dos microempreendedores individuais (MEIs) foram reajustadas com o aumento do salário mínimo de R\$ 1.100 para R\$ 1.212. A partir deste mês, o valor referente ao INSS do Documento de Arrecadação Simplicada do MEI (DAS-MEI) será de R\$ 60,60, o que corresponde a 5% do salário mínimo. Esse novo valor vale para os boletos que vencerão em 20 de fevereiro.

O imposto mensal pago pelos MEI é atrelado ao salário mínimo, que teve aumento de 10,18% – por isso, o reajuste ocorre todos os anos. Os MEI que exercem atividades ligadas ao comércio e indústria pagam R\$ 1 a mais referente ao ICMS. Já os ligados a serviços pagam R\$ 5 a mais, referentes ao ISS (Imposto sobre Serviços).

FUSÕES

98

foi o total de fusões e aquisições na região Nordeste em 2021, um aumento de 27,3% na comparação com 2020, quando foram registradas 77 transações. O número das operações na região corresponde a 5,07% das 1.931 transações envolvendo unidades federativas do Brasil realizadas em 2021. A Bahia garantiu a liderança da região. Os dados constam na pesquisa da KPMG realizada trimestralmente sobre fusões e aquisições. Segundo o conteúdo, de janeiro a dezembro de 2021, foram realizadas 22 transações na Bahia. Em seguida aparece Pernambuco com 20

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAÚDE / BA
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2022
A Prefeitura Municipal de Saúde, torna público para conhecimento dos interessados a fim de credenciar e analisar propostas, que fará realizar a Licitação na modalidade PREGÃO NÚMERO 004/2022, na forma ELETRÔNICA, tipo menor preço por item, para o Contratação, através do Sistema de Registro de preços para eventuais e futuras aquisições de Aparelhos de Ar Condicionado destinados a atender necessidades da Secretaria do município de Saúde – Ba., conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital de licitação e seus anexos. A realização-se no dia 24 de Fevereiro de 2022 às 09:00 horas, onde poderão ser retirados os editais, das 08:00 às 12:00 hs. ou através de solicitação no e-mail: licitacao@pmsaude.ba.gov.br. 11/02/2022. Francisco de Assis Lurdes de Souza - Pregoeiro Oficial

ASSOCIAÇÃO ALPHAVILLE SALVADOR 2
(CNPJ Nº 08.169.659/0001-88)

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - AGE VIRTUAL
Pelo presente, convocamos os Associados a participarem da Assembleia Geral Extraordinária, na forma do artigo 15 do Estatuto Social da Associação Alphaville Salvador 2, a realizar-se no dia 22 de fevereiro de 2022, em primeira convocação às 18h30min (dezoito e trinta horas) e em segunda convocação às 19h00min (dezenove horas), a ser realizada em formato MISTO, sendo: virtual através da plataforma ZOOM e presencial na sede da Associação Alphaville Salvador (Clubhouse), localizada na Rua das Azaléias, 518 – Alphaville 2, Salvador-Ba, ficando a critério do Associado, e votação através do link www.alphaville2.eleicaoonline.com, para os dois formatos, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:
1) Aprovação de taxa extra para reforma da portaria e ponte.
Para acessar a Assembleia o associado deverá utilizar login e senha que serão enviados no dia 16/02/2022 via SMS e E-MAIL, juntamente com o link para acesso a plataforma.
As regras de votação e participação da Assembleia serão divulgadas até 16/02/2022.
Em observância ao disposto no §1º do artigo 18 do Estatuto Social da Associação, somente poderão votar e ser votados os associados regularmente registrados nos livros sociais, até 24h (vinte e quatro horas) antes da data da realização da Assembleia, que estejam em dia com suas obrigações junto a Associação Alphaville Salvador 2.
Deve-se ainda ser observada previsão do §1º do artigo 14, no sentido de que as deliberações das Assembleias Gerais tomadas pela maioria absoluta dos votos válidos obrigam, inclusive, os associados delas ausentes.
Destaca-se ainda, que o modelo virtual adotado para realização dessa Assembleia, está fundamentado através do Parágrafo Segundo do Artigo 15 do Estatuto Social.
Parágrafo Segundo: Se a ASSOCIAÇÃO dispuser de meios, ou puder obtê-los razoavelmente, a participação do ASSOCIADOS em Assembleias Gerais poderá dar-se a distância, por voto telefônico, videoconferência, correio, via Internet ou outro meio de comunicação que possa assegurar a autenticidade do voto do ASSOCIADO.
Não será permitido procurrar em virtude de que todos terão acesso ao processo virtual. Cada Associado poderá se inscrever durante a Assembleia e terá uma fala de até 3 (três) minutos. O período de inscrição para os interessados será até o término da apresentação do item da pauta e a votação ficará disponível da abertura da Assembleia até o término dos questionamentos dos itens da pauta.
Salvador, 11 de fevereiro 2022.
Carlos Antônio Silva da Paz
Presidente do Conselho Diretor



Indicador do BC aponta crescimento de 4,5%

'PRÉVIA DO PIB' O Banco Central informou, nesta sexta (11), que seu Índice de Atividade (IBC-Br) subiu 4,5% em 2021, após uma queda de 4,05% em 2020, ano do início da pandemia de covid-19. Para este ano, no entanto, o próprio BC e economistas do mercado financeiro preveem uma desaceleração em cenário de alta de juros, incertezas sobre as eleições e novas variantes da covid-19.

Conhecido como uma espécie de "prévia do BC para o Produto Interno Bruto (PIB)", o IBC-Br serve como parâmetro para avaliar o ritmo da economia brasileira ao longo dos meses e ajuda a autoridade monetária a decidir sobre movimentações na taxa de juros básicos da economia, a Taxa Selic. De res-

Dados do IBC-Br mostram que atividade econômica do país viveu altos e baixos em 2021, influenciada pela pandemia, vacinação, câmbio e inflação

pensabilidade do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o PIB do ano passado será divulgado apenas em 4 de março. A projeção atual do BC para a atividade doméstica em 2021 é de crescimento de 4,4%.

Os resultados do IBC-Br nem sempre mostraram proximidade com os dados oficiais do IBGE. O cálculo dos dois é um pouco diferente - o indicador do BC incorpora estimativas para a agropecuária, a indústria e o setor de serviços, além dos impostos, mas não considera o lado da demanda (incorporado no cálculo do PIB do IBGE).

O indicador mostra que em um ano de recuperação, após o baque provocado inicialmente pela pandemia, a atividade econômica em 2021 teve altos e baixos. Nos primeiros meses, a segunda onda de covid-19 prejudicou

principalmente o setor de serviços, mas o agronegócio permitiu bons resultados, beneficiado pela alta das commodities (produtos básicos, como grãos) e pela alta do dólar.

Depois, o avanço da vacinação possibilitou a retomada dos serviços, mas, na segunda metade do ano, a atividade perdeu força com a escalada da inflação e os problemas de insumos na indústria.

Em dezembro, o IBC-Br teve alta de 0,33%. Em novembro, o aumento havia sido de 0,51% (dado revisado nesta sexta). De novembro para dezembro, o índice de atividade calculado pelo BC passou de 139,27 pontos para 139,73 pontos na série dessazonalizada.

Este é, segundo o Banco Central, o maior nível desde fevereiro do ano passado (141,05 pontos).

Para Campos Neto, inflação terá 'pico' entre abril e maio

NOVA PROJEÇÃO O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, adiu mais uma vez a expectativa para o pico da inflação brasileira. Em evento da Esfera Brasil, em São Paulo, Campos Neto afirmou que o BC esperava que o ponto mais alto seria entre dezembro de 2021 e janeiro de 2022, mas

citou a quebra de safra neste início de ano e o avanço dos preços de petróleo no mercado internacional como razões para postergação do pico da inflação. "Imaginamos agora que pico será entre abril e maio, e depois haverá queda mais rápida da inflação", garantiu.

Campos Neto fez, ainda,

menção ao alerta que o órgão fez na ata do Comitê de Política Monetária (Copom) de fevereiro a medidas como a PEC dos combustíveis, discutida entre governo e Congresso. "Deixamos claro que medidas sobre preços de curto prazo não têm efeito estrutural sobre a inflação", disse.

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5.2414	R\$ 5.2424
Dólar Turismo	R\$ 5.2570	R\$ 5.2580
Euro turismo	R\$ 6.0030	R\$ 6.1530

BOLSA

Índice	Pontos	Varição
Bovespa	113.572,35	+0,18%

POUPANÇA

12/02/2022	0,6158%
------------	---------

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.212,00

INFLAÇÃO

	Jan/21	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,54%	0,54%	10,38%
INPC/IBGE	0,67%	0,67%	10,60%
IGP-M/FGV	1,82%	1,82%	16,91%

USADOS EM QUEDA

27,5%

É o recuo nas vendas de carros seminovos ou usados no Brasil em janeiro deste ano em comparação ao mesmo mês de 2021. No primeiro mês deste ano foram comercializadas 842.118 unidades, o pior janeiro para o setor em 12 anos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU

AVISO DE LICITAÇÃO. O MUNICÍPIO DE ITUAÇU, ESTADO DA BAHIA por intermédio de seu Pregoeiro Senhor Aleomar Gomes Brito, no uso de suas atribuições legais torna público a realização de procedimento licitatório na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO autuado sob o nº 5/2022, Processo Administrativo nº 47/2022, no dia 24 de fevereiro de 2022, às 09h:00, no portal Bolsa de Licitações do Brasil - BLL, com o objetivo de Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços auxiliares, com fornecimento de mão obra de apoio operacional, concernentes à manutenção, ampliação e reforma de Unidades de Ensino, Unidades de Saúde, e demais prédios públicos, reforma de pavimentação de vias e logradouros públicos, roçagem e manutenção de estradas, manutenção de poços artesanais, manutenção e reforma de iluminação pública, visando atender a demanda desta Administração Pública, conforme especificações constantes do Termo de Referência e demais anexos integrantes do Instrumento Convocatório. O texto integral do edital (contendo todas as informações sobre o certame) estará disponível na Comissão de Licitação no endereço precitado, de segunda a sexta-feira das 08:00 às 12h:00 e das 14h:00 às 17h:00, bem como no site: www.ituacu.ba.gov.br, pelo e-mail: ituauclicitacao@gmail.com ou pelo Portal: Bolsa de Licitações do Brasil - BLL www.bll.org.br, Ituaçu/BA, 14 de fevereiro de 2022. Aleomar Gomes Brito - Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAMIRIM

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2022 - BB 922242
OBJETO: Aquisição de uniformes para atender a demanda da Secretaria Municipal de Educação. - ABERTURA:24/02/2022, às 8:30 hs, informações no Setor de Pregão das 08:00 às 12:00 hs - comissãodepregaopmp2021@gmail.com. Fone: (77) 3471-4026 - Ronaldo Alves Lopes - Pregoeiro Oficial.
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2022 - BB 891080
OBJETO: Aquisição de materiais de papelaria, destinados à manutenção das Secretarias Municipais e Órgãos Públicos, deste município, para o exercício de 2022. - ABERTURA:24/02/2022, às 11:00 hs, informações no Setor de Pregão das 08:00 às 12:00 hs - comissãodepregaopmp2021@gmail.com. Fone: (77) 3471-4026 - Ronaldo Alves Lopes - Pregoeiro Oficial.
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2022 - BB 891103
OBJETO: Aquisição de pré-moldados, hidráulicos, esgoto, irrigação e materiais diversos para construção, reformas, manutenções e demais serviços necessários para atender a administração deste Município, para o exercício de 2022. - ABERTURA:25/02/2022, às 08:30 hs, informações no Setor de Pregão das 08:00 às 12:00 hs - comissãodepregaopmp2021@gmail.com. Fone: (77) 3471-4026 - Ronaldo Alves Lopes - Pregoeiro Oficial.
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2022 - BB 891085
OBJETO: Contratação de empresa para reprodução de material gráfico e impresso, destinados às Secretarias Municipais e Órgãos Públicos, deste Município, para o exercício de 2022. - ABERTURA:25/02/2022, às 11:00 hs, informações no Setor de Pregão das 08:00 às 12:00 hs - comissãodepregaopmp2021@gmail.com. Fone: (77) 3471-4026 - Ronaldo Alves Lopes - Pregoeiro Oficial. Paramirim/BA, 11 de fevereiro de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU DA BAHIA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2022
O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, homologa o resultado do julgamento da Licitação: Chamada Pública nº 001/2022. Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL CONFORME §1º DO ART. 14 DA LEI Nº 11.947/2009. RESOLUÇÃO Nº 26, DE 17 DE JUNHO DE 2013. RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 4, DE 2 DE ABRIL DE 2015. Após a análise documental e o julgamento dos projetos de venda, declara vencedora do certame para os itens a associação: ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES DO NÚCLEO NOVA CANAIA - CNPJ: 01.747.238/001-45, com proposta final de R\$ 105.025,00 (cento e cinco mil e vinte e cinco reais). Ituaçu da Bahia - BA, 11 de fevereiro de 2021. Adão Alves de Carvalho Filho - Prefeito Municipal.
EXTRATO DE CONTRATO Nº 083/2022
Chamada Pública nº 001/2022 - Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU DA BAHIA. Contratado: ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES DO NÚCLEO NOVA CANAIA - CNPJ: 01.747.238/001-45. Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL CONFORME §1º DO ART. 14 DA LEI Nº 11.947/2009. RESOLUÇÃO Nº 26, DE 17 DE JUNHO DE 2013 E RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 4, DE 2 DE ABRIL DE 2015. Com valor global de R\$ 105.025,00 (cento e cinco mil e vinte e cinco reais). Ituaçu da Bahia - BA, 11 de fevereiro de 2021. Adão Alves de Carvalho Filho - Prefeito Municipal.
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - CARTA CONVITE Nº 009/2022
O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, HOMOLOGA E ADJUDICA o resultado do julgamento da Licitação: Carta convite nº 009/2022. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL, PARA LIMPEZA E REMOÇÃO DE ENTULHO DE ESCOLAS MUNICIPAIS. Após a análise documental e o julgamento das propostas, declara vencedora do certame a empresa: ALIANÇA VICTOR LTDA, RUA OSCARINO PEREIRA BASTOS, 25-A, CENTRO, CAFARNAUMBA, CNPJ: 12.415.084/0001-03, com proposta final de R\$ 89.959,06 (oitenta e nove mil novecentos e cinquenta e nove reais e seis centavos). Ituaçu da Bahia - BA, 11 de fevereiro de 2022. Adão Alves de Carvalho Filho - Prefeito Municipal.
EXTRATO DE CONTRATO Nº 084/2021
Carta convite nº 009/2022. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU DA BAHIA. Contratado: ALIANÇA VICTOR LTDA, RUA OSCARINO PEREIRA BASTOS, 25-A, CENTRO, CAFARNAUMBA, CNPJ: 12.415.084/0001-03. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL, PARA LIMPEZA E REMOÇÃO DE ENTULHO DE ESCOLAS MUNICIPAIS. Com valor global de R\$ 89.959,06 (oitenta e nove mil novecentos e cinquenta e nove reais e seis centavos). Ituaçu da Bahia - BA, 11 de fevereiro de 2022. Adão Alves de Carvalho Filho - Prefeito Municipal.



Vazamento de dados do Pix vão ser frequentes

CASOS LEVES Os vazamentos de dados do Pix, sistema instantâneo de pagamentos do Banco Central (BC), ocorrerão com alguma frequência, afirmou nessa sexta (11) o presidente do órgão, Roberto Campos Neto. Segundo ele, os casos registrados até agora são leves, e o BC está atuando para que as ocorrências sejam as mínimas possíveis.

“Como nós entendemos que esse mundo de dados vai cada vez crescer mais exponencialmente, os vazamentos vão acontecer com alguma frequência. Não querem-

do banalizar os vazamentos, porque vamos atacar todos os vazamentos para que eles sejam o mínimo possível”, disse o presidente do BC em evento promovido pelo Esfera Brasil, grupo que promove reuniões entre empresários, empreendedores e líderes do setor público.

Campos Neto esclareceu ainda que as informações expostas até agora não incluem dados sensíveis como senhas e movimentações financeiras. Os vazamentos abrangem, na maior parte, dados que podem ser obtidos publicamente, acres-

centou. “A gente tem vazamento, às vezes, que é nome e CPF. Nome e CPF têm no talão de cheque da pessoa. Você tem, às vezes, o vazamento de telefone, que a chave é o telefone celular,

Desde que o sistema de pagamentos instantâneos foi lançado, em novembro de 2020, já são conhecidos três casos de exposição de dados pessoais de usuários

mas grande parte das pessoas tem o telefone celular aberto, você entra em um sistema de consulta, bota o nome e acha o telefone”, detalhou Campos Neto.

Ele disse que o BC tem adotado postura mais transparente que a de outros países, ao comunicar todos os vazamentos. Na semana passada, o BC informou que não divulgará mais os casos de exposição de dados de avisos, apenas listando os incidentes em sua página.

Desde a criação do Pix, em novembro de 2020, o BC re-

gistou três casos de vazamento de informações. O mais recente foi na semana passada, quando 2.112 chaves Pix de clientes da instituição de pagamentos Log-bank foram hackeadas.

Em agosto do ano passado, ocorreu o vazamento de dados 414,5 mil chaves Pix por número telefônico do Banco do Estado de Sergipe (Banese). No fim de janeiro, 160,1 mil clientes da Acesso Soluções de Pagamento tiveram informações vazadas. Em nenhum caso, foram expostas senhas e saldos bancários dos clientes.

BANCOS

64,9B
de reais é o lucro obtido conjuntamente pelos três maiores bancos privados do país no ano passado: Itaú Unibanco, Bradesco e Santander. Trata-se do maior valor nominal da história e representa um crescimento de 34,8% em relação a 2020, quando o lucro somado foi de R\$ 51 bilhões.

TST CONDENA UBER EM CASO DE ASSASSINATO

INDENIZAÇÃO A Uber terá de indenizar a família de um motorista assassinado enquanto trabalhava por meio do aplicativo em Fortaleza (CE), decidiu a 3ª Turma do TST (Tribunal Superior do Trabalho). O valor da indenização ainda será calculado no TRT-7 (Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região), no Ceará, onde a ação foi iniciada. As informações são do jornal Folha de S. Paulo. Segundo a reportagem, o motorista foi assassinado a tiros em setembro de 2018 depois de uma discussão com um motoqueiro. Segundo a esposa e o filho do trabalhador, autores da ação, ele atuava exclusivamente por meio do aplicativo. Para o ministro Alexandre Agra Belmonte, relator do caso no TST, a Uber deve ser caracterizada como uma transportadora, que não possui frota, mas explora a atividade de transporte de pessoas por meio do aplicativo. A companhia alega que o caso não deveria ser discutido na Justiça do trabalho pois não existe vínculo empregatício entre ela e os motoristas inscritos na plataforma.

Cliente da Oi pode pagar mais caro ao ser incorporado por outra operadora

TELEFONIA O Idec (Instituto de Defesa do Consumidor) alertou nessa sexta (11) que a venda da Oi para os concorrentes Claro, TIM ou Vivo pode trazer prejuízos para os clientes, obrigados a pagar

mais caros pelos planos de telefonia móvel. Segundo o Idec, a aprovação do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) para a compra da Oi – na quarta (9) – não trouxe garantias legais

de que os clientes que contrataram os serviços mais baratos da Oi, em comparação com os concorrentes, poderão manter o preço que pagam atualmente quando forem transferidos para as

outras operadoras. Levantamento do instituto aponta que os clientes da Oi poderão pagar até cinco vezes mais em planos e pacotes de dados com a migração para outra operadora.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ – BA
AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2022. A Prefeitura Municipal de Santaluz – BA, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 13.807.870/0001-19, representado neste ato pela Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Santaluz – BA, considerando o disposto no artigo 14 da Lei nº 11.947/2009, na Resolução CDFNDE nº 38/2009, na Lei nº 12.512/2011, na Resolução CDFNDE nº 25/2012, na Resolução CDFNDE nº 26/2012 e na Resolução CDFNDE nº 4/2015, torna público que realizará a Chamada Pública de Compra da Agricultura Familiar nº 001/2022, Processo Administrativo nº 013/2022 – modalidade Compra Institucional com dispensa de licitação – para Contratação de Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais para a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, que serão utilizados no fornecimento da alimentação escolar, para as escolas e creches da rede municipal de ensino deste município, durante o ano letivo de 2022, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, termos da Lei nº 11.947/2009, Resolução nº 19 de 16/07/2009, Resolução nº 38 do FNDE, de 16/07/2009. Os Grupos Formais (Informais deverão apresentar os documentos de habilitação e projeto de venda no dia 22/02/2022, às 14:00h, na sala de reuniões da COPEL na Prefeitura Municipal de Santaluz – Bahia, local Av. Getúlio Vargas, Centro Administrativo, Santaluz – BA. Mais informações, consulte o Edital nº 75-3265-2843 das 08:00h às 12:00h. Os interessados poderão obter o Edital no site da Prefeitura Municipal de Santaluz – BA, ou na sala da Comissão Permanente de Licitação, das 08:00h às 12:00h. Santaluz – BA, 10 de fevereiro de 2022. DANIELLE NEVES MACHADO Presidente da COPEL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACI – BA
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2022. O Município de Araci – BA, torna pública a realização do Procedimento Licitação, na modalidade Pregão Eletrônico nº PE 004/2022, menor preço por lotifrotado, tendo como objetivo a contratação de empresa do ramo perfumaria, para locação de veículos visando atender as demandas do transporte escolar. A Sessão de julgamento e formulação de propostas ocorrerá no dia 23 de fevereiro de 2022, às 10:30h, por intermédio do sistema automatizado bilcompras.com. Esclarecimentos pelo tel: (75) 3266-2146, das 8:00 às 14:00, ou pelo e-mail: licitacao.araci@gmail.com. Araci-Bahia, 10 de fevereiro de 2022. Marcio Carvalho da Silveira, Pregoeiro.

SECRETARIA DA SAÚDE
Estado da Bahia
SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM SAÚDE – SAFTEC.
AVISO DE ABERTURA DISPENSA EMERGENCIAL.
A Coordenação de Compras da SAFTEC torna público que está aberto até dia 16/02/2022 o prazo para entrega de propostas, na 4ª Avenida nº 400, 2º andar, Prédio Anexo, CAB – Salvador-BA, CEP 41.145-005, bem como pelo endereço eletrônico saftec.compras@saude.ba.gov.br, para o item **SENSOR DE LETURA DE GLICEMIA PARA USO COM O SISTEMA FLASH DE MONITORAMENTO DE GLICOSE FREESTYLE LIBRE. O SENSOR DEVE TER TAMANHO DE 5MM DE ALTURA E 35MM DE DIAMETRO PESO IGUAL A 5 G ALIMENTACAO POR BATERIA DE OXIDO DE PRATA E VIDA UTIL ATÉ 14 DIAS-(324 UNIDADES)**, objeto de Dispensa Nº 016/2022, conforme previsão do art. 59, inciso IV da Lei Estadual nº 6.433/2005, para atender a Determinação Judicial. Os interessados poderão obter informações no endereço citado acima, de segunda a sexta-feira, das 8:30 às 18h, ou através do telefone: (71) 3115-58375. Salvador, 11 de Fevereiro de 2022. **Mª Fernanda Yanase Diretora Administrativa DA/SAFTEC/SESAB**

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
CONCORRÊNCIA Nº 015/2022 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.
Tipo: Menor Preço. Abertura: 21/02/2022, às 14:30min. Objeto: Restauração na rodovia BA-166 - trecho: Acesso Norte a Brumado, extensão 3,58 km. Família 07.19. Local: Comissão Permanente de Licitação - CPL - SINFRA, Av. Luz Viana Filho, nº 440 - 4ª Avenida - Centro Administrativo da Bahia - Prédio Anexo - 1º andar - Ala B, Salvador-BA. Os interessados poderão obter informações no endereço supracitado, de segunda a sexta-feira, das 8:30min às 12:00min e das 13h30min às 17h30min, maiores esclarecimentos no telefone (71) 3115-2174, no site: www.infraestrutura.ba.gov.br e e-mail: cpil@infra.ba.gov.br. Salvador-BA, 11/02/2022. Alexandro Nogueira da Silva/Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANSANÇÃO – BA
AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2022 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 065/2022. O Município de Cansanção, Estado da Bahia, por intermédio do Presidente da comissão de licitação torna público para conhecimento dos interessados que realizará CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2022, Processo Administrativo nº 065/2022, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/1993, para aquisição de gêneros alimentícios DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR RURAL, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE). Sessão de recebimento dos documentos de habilitação e projeto de venda será às 09:00 horas do dia 08/02/2022, na sede da Prefeitura Municipal de Cansanção – Bahia, junto a Comissão Permanente de Licitação. Os interessados poderão obter o edital e seus anexos através do link [copelcansancao.pmc@gmail.com](http://seven.net.br/prefeitura/pmc/arquivos-portal-transparencia/?dir=uploads/ARQUIVOS-DE-LICITACOES-EM-GERAL-Duvidas-e-esclarecimentos referentes ao edital e anexos poderão ser sanados através do e-mail <a href=). Cansanção - BA, 11 de fevereiro de 2022. Luiz Carlos dos Santos Souza, Presidente da comissão de licitação.

Braskem S.A.
C.N.P.J nº 42.150.391/0001-70 - NIRE 29300006939
Companhia Aberta

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA NO DIA 27 DE JANEIRO DE 2022

1. **Data, Hora e Local:** Em 27 de janeiro de 2022, às 8h30min, na Av. das Nações Unidas, 14.401 - Torre Arcoíris, 5º andar, Parque da Cidade, São Paulo, em razão de obras em curso no principal escritório da Braskem e do contexto da pandemia. 2. **Convocação, Presenças e Mesa:** Reunião Extraordinária convocada nos termos do Estatuto Social da Companhia, com a participação de todos os Conselheiros, conforme abaixo indicados, tendo os Conselheiros José Mauro M. Carneiro da Cunha, João Cox, Andrea da Motta Chamma, Gesner José de Oliveira Filho, Héctor Nuñez, Julio Soares de Moura Neto, Marcelo Klujzsa, Paulo Roberto Vales de Souza e Roberto Faldini participado da Reunião via teleconferência. O Conselheiro Roberto Lopes Pontes Simões participou também na qualidade de Diretor Presidente. Participaram, ainda, os Vice-Presidentes Pedro Van Langendonck Teixeira de Freitas e as Sras. Lilian Porto Bruno, Clarisse Mello Machado Schlieckmann, Ana Paula Tarossi e Marina Dalben. O Presidente do Conselho de Administração presidiu a reunião e a Sra. Lilian Porto Bruno secretariou os trabalhos. 3. **Ordem do Dia, Deliberações e Matérias para Conhecimento ou de Interesse da Companhia:** 3.1. **Deliberação:** Após análise da matéria submetida à deliberação, cujos materiais foram encaminhados previamente aos Conselheiros e permanecendo arquivados no Portal de Governança da Companhia, foi tomada a seguinte deliberação: (i) **PD.CA/BAK-02/2022 - Limites de delegação para contratação de empréstimos ou financiamentos pela Diretoria da Companhia** - após apresentação da matéria pelo Sr. Pedro Freitas, e feita análise prévia da proposta pelo Comitê de Finanças e Investimentos (“CFI”), o qual opinou favoravelmente à aprovação da PD.CA/BAK-02/2022, foi aprovada a PD.CA/BAK-02/2022, no sentido de (i) autorizar, para o exercício de 2022 e até a primeira Reunião Ordinária do Conselho de Administração que ocorrer no exercício de 2023, o limite para a Diretoria contratar empréstimos, financiamentos ou operações de mercado de capitais (incluindo mas não limitado a contratação de derivativos, contratos de câmbio, adiantamento de contrato de câmbio, garantias bancárias, desconto de recebíveis e cartas de crédito), no país ou no exterior, sem a necessidade de aprovação específica do Conselho de Administração para cada operação, sempre que a legislação ou regulamentação aplicável não exija aprovação do Conselho ou da Assembleia Geral, nos valores por operação de até US\$ 250 milhões para operações denominadas em moeda estrangeira e de até R\$ 1,0 bilhão para operações denominadas em Reais, sempre observando, quando da celebração do respectivo contrato, o limite da dívida bruta da Companhia de US\$ 7,9 bilhões, excluindo os financiamentos da Braskem; (ii) divulgação indicada em sua última demonstração financeira ou informações trimestrais (ITR) conformada ao mercado; e (iii) estabelecer que os empréstimos, financiamentos ou operações de mercado de capitais contratados no exercício de 2022 e até a primeira Reunião Ordinária do Conselho de Administração que ocorrer no exercício de 2023, com valores, por operação, superiores a US\$ 40 milhões para operações denominadas em moeda estrangeira e R\$ 160 milhões para operações denominadas em Reais, sejam periodicamente reportadas ao Conselho de Administração por intermédio do CFI, incluindo as principais características de tais operações. 3.2. **Matérias para Conhecimento:** Nada a registrar, uma vez que não há matérias para conhecimento na Ordem do Dia da presente reunião. 3.3. **Matérias de Interesse da Companhia:** Nada a registrar, uma vez que não há matérias de interesse da Companhia na Ordem do Dia da presente reunião. 4. **Encerramento:** Nada mais a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata que, após lida, discutida e achada conforme, foi assinada por todos os Conselheiros presentes, pelo Presidente e pela Secretária. Assinaturas: José Mauro M. Carneiro da Cunha - Presidente; Lilian Porto Bruno - Secretária; João Cox Neto; Andrea da Motta Chamma; Gesner José de Oliveira Filho; Héctor Nuñez; João Pinheiro Nogueira Batista; Julio Soares de Moura Neto; Marcelo Klujzsa; Paulo Roberto Vales de Souza; Roberto Faldini; e Roberto Lopes Pontes Simões. São Paulo/SP, 27 de janeiro de 2022. A presente ata confere com a original lavrada em livro próprio. Lilian Porto Bruno - Secretária. JUCEB - Certificado e Registro sob nº nº 98159401 em 10/02/2022. Protocolo 226825710 de 08/02/2022. Nome da empresa: Braskem S.A. - NIRE 29300006939. Tiana Regilla M. G. de Araújo - Secretária-Geral.

Atividade econômica cresce 4,5% em 2021, diz BC

AGÊNCIA BRASIL

O Índice de Atividade Econômica (IBC-Br) apresentou alta de 0,33% em dezembro de 2021, de acordo com dados divulgados ontem pelo Banco Central (BC). O BC informou que, na comparação com dezembro de 2020, o índice apresentou alta de 1,30%, considerando os dados dessazonalizados (ajustados para o período). A taxa chegou a 139,73 pontos. No acumulado do ano, o IBC-Br ficou em 4,5%.

O índice, considerado uma prévia do Produto Interno Bruto (PIB), é uma forma de avaliar a evolução da atividade econômica brasileira e ajuda o BC a tomar decisões sobre a taxa básica de juros, a Selic, definida

atualmente em 10,75% ao ano.

O IBC-Br incorpora informações sobre o nível de atividade dos três setores da economia: a indústria, o comércio e os serviços e a agropecuária, além do volume de impostos. Segundo o BC, o IBC-Br terminou o quarto trimestre do ano com variação positiva de 0,01%, na comparação com o período compreendido entre julho e setembro, também considerando os dados dessazonalizados.

O resultado de 4,5% para o ano está abaixo da expectativa do governo, que projetou um crescimento do PIB de 5,1% em 2021. O resultado, porém, está em linha com a revisão dos dados do PIB feita pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Pesquisa Ipespe: Lula tem 43% e Bolsonaro, 25%

IG ÚLTIMO SEGUNDO

A Pesquisa Ipespe divulgada ontem mostra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) liderando as intenções de voto para as eleições presidenciais deste ano. Lula aparece com 43%, seguido de Jair Bolsonaro (PL) com 25%, Ciro Gomes (PDT) e Sergio Moro (Podemos) empatados em terceiro com 8% e João Dória (PSDB), com 3%.

Os demais pré-candidatos como André Janones (Avançar) e Simone Tebet (MDB) marcam 1% cada. Já Rodrigo Pacheco (PSD), Alessandro Vieira (Cidadania) e Luiz Felipe D'Ávila

(Novo) não registram pontuação.

Em comparação com a última pesquisa realizada há 15 dias, Lula oscilou negativamente. No último levantamento o pelista liderava com 44% das intenções de voto, embora continue em primeiro lugar, hoje com 43%.

Já o atual presidente que busca a reeleição, oscilou positivamente nesta pesquisa. Bolsonaro marcava 24% há 15 dias, ontem, subiu para 25% das intenções. Além dele, o governador João Dória também cresceu na porcentagem. O tucano subiu de 2% para 3%. Ciro e Moro continuam estáveis.

Alerta: EUA consideram iminente uma invasão russa da Ucrânia

AGÊNCIA ESTAD

O governo americano afirmou ontem que a Rússia pode invadir a Ucrânia nos próximos dias. Segundo o assessor de segurança nacional do presidente Joe Biden, Jake Sullivan, uma invasão pode ocorrer na semana que vem ou até mesmo no fim de semana. Sullivan disse ainda que não há informações sobre o presidente Vladimir Putin já tomou a decisão, mas a inteligência americana trabalha com um cenário de uma ocupação rápida da capital, Kiev.

Um ataque russo poderia começar a qualquer dia e provavelmente começaria com um ataque aéreo, enquanto um rápido avanço em Kiev também é possível, disse o conselheiro de segurança nacional da Casa Branca em entrevista coletiva.

“A tensão na região aumentou com os satélites privados americanos terem detectado um aumento da presença militar russa na fronteira. O governo americano acredita que uma invasão pode ocorrer em breve, talvez antes do fim das Olimpíadas de Inverno de Pequim, que terminam no dia 20. Com isso, mais quatro países seguiram os Estados Unidos e pediram que seus cidadãos deixem a Rússia.”

Holanda, Japão, Letônia e Noruega pediram que seus cidadãos saíssem de território ucraniano ontem em dia após autoridades americanas alardearem sobre a possibilidade de uma invasão russa ocorrer em breve. No caso holandês, a missão diplomática deve ser retirada de Kiev e movida para longe da fronteira russa, para Lviv, no Oeste da Ucrânia.

Em entrevista ao canal NBC na quinta-feira, o presidente americano, Joe Biden, afirmou que as coisas podem sair do controle rapidamente na Ucrânia. Biden ainda afirmou que não enviaria tropas ao país para resgatar cidadãos americanos no caso de uma

invasão russa.

Autoridades dos EUA acreditam que a crise pode estar chegando a um ponto crítico, com o endurecimento da retórica de Moscou contra os esforços diplomáticos de líderes da União Europeia e da Otan. Ao mesmo tempo em que seis navios de guerra russos chegam ao Mar Negro e mais equipamentos militares russos são enviados a Belarus, o governo russo acabou adicionou força ao conflito na mídia, afirmando que as intervenções dos aliados ocidentais mostraram “desrespeito” às reivindicações russas.

Funcionários do governo americano ouviram em sigilo pela PBS, TV pública do país, revelaram que os EUA acreditam que Putin decidiu invadir a Ucrânia e que já teria comunicado os planos aos oficiais militares russos. A informação vai no mesmo sentido de uma declaração anterior do secretário de Estado americano, Antony Blinken.

“Estamos em uma janela em que uma invasão pode começar a qualquer momento e, para ser claro, isso inclui durante as Olimpíadas”, disse Blinken na quinta. E completou: “Simplificando, continuamos a ver sinais muito preocupantes da escalada russa, incluindo do novas forças chegando à fronteira”.

O chefe do Estado-Maior da Rússia, Valeri Gerasimov, e o presidente do Estado-Maior Conjunto dos EUA, general Mark Milley, conversaram por telefone ontem de acordo com a agência de notícias Interfax, citando um comunicado do Ministério da Defesa russo. Eles discutiram a segurança internacional, acrescentou a agência sem dar mais detalhes.

Moscou nega planejar invadir a Ucrânia, mas diz que pode tomar ações “técnicas-militares” não especificadas, a menos que uma série de exigências sejam atendidas, incluindo promessas da Otan de não admitir a Ucrânia e retirar forças da Europa Oriental.

Campos Neto diz que pior momento da inflação será entre abril e maio

AGÊNCIA ESTAD

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, adiou mais uma vez a expectativa para o pior momento da inflação brasileira. Em evento da Esfera Brasil, Campos Neto afirmou que o BC esperava que o ponto mais alto seria entre dezembro e janeiro, mas citou a quebra de safra neste início de ano e o avanço dos preços de petróleo no mercado internacional como razões para postergação do pico da inflação.



ROBERTO CAMPOS NETO citou a quebra de safra neste início de ano e o avanço dos preços de petróleo no mercado internacional como razões para postergação do pico da inflação

“Imaginamos agora que pico será entre abril e maio, e depois haverá queda mais rápida da inflação.” O próprio BC, no entanto, reconhece em suas projeções que a inflação deve fechar 2022 acima da meta, pelo segundo ano consecutivo.

Economistas do mercado financeiro estimam que o IPCA, o índice de inflação oficial, deve ficar em 5,44%. O objetivo a ser perseguido pelo Banco Central este ano é de 3,50%, com tolerância de 2,0% a 5,0%. Ou seja, pelas projeções, este será o segundo ano consecutivo de rompimento da meta, após o desvio de 4,81 pontos percentuais do IPCA de 2021 (10,06%).

Mesmo diante deste cenário, o BC já avisou que vai

reduzir o ritmo da alta de juros a partir de março, mas que isso não significa o fim do ciclo. Hoje, a Selic está em 10,75% ao ano.

Em sua justificativa ao ministro da Economia, Paulo Guedes, sobre não ter cumprido a meta no ano passado, Campos Neto argumentou que a inflação é um fenômeno global.

Ontem, em evento da Esfera Brasil, em São Paulo, o presidente do BC voltou a falar sobre a preocupação com

medidas como a PEC dos combustíveis, discutida entre governo e Congresso, cujo efeito pode ser um tiro pela culatra, por contribuir para pressionar a alta dos preços. “Deixamos claro que medidas sobre preços de curto prazo não têm efeito estrutural sobre a inflação”, disse.

Segundo Campos Neto, o governo conseguiu conter gastos mesmo com a inflação alta. O presidente do BC também repetiu que parte da

“ansiedade” sobre a trajetória fiscal está relacionada à perspectiva de crescimento estrutural baixo no Brasil. “Precisamos descobrir qual agenda é importante para o investidor ver crescimento estrutural mais alto”, disse.

Campos Neto ainda alertou sobre o alto endividamento das famílias. “O BC tem preocupação com isso. Tem projetos para os superendividados. E também há preocupação com os negativados.”

Dólar tem quinta semana consecutiva de queda

G1

O dólar fechou estável, cotado a \$5,24 ontem, após recuperar as perdas no final do dia, em meio à deterioração dos mercados financeiros internacionais por temores de uma invasão iminente da Rússia sobre território ucraniano.

Na semana, no entanto, a moeda registrou sua quinta baixa consecutiva, com um recuo de 1,49%. Além disso, acumula queda de 1,21% no mês e de 5,98% no ano.

Na agenda do dia, o Banco Central divulgou mais cedo a Índice de Atividade Econômica (IBC-Br), considerado a “prévia do Produto Interno Bruto (PIB)”, de dezembro e do ano de 2021, que indicou uma expansão de 4,5% na economia brasileira no ano passado.

A queda do dólar frente ao real nas últimas semanas ocorre em meio às expectativas de novas altas na taxa básica de juros no Brasil, o que favorece o fluxo de capital estrangeiro para o

país.

O Banco Central indicou na ata da última reunião do Copom que o próximo aumento da taxa básica de juros, em meados do mês de março, será menor. Na interpretação de diversos analistas, porém, o BC indicou um ritmo mais lento de elevação da taxa Selic, mas sem uma pausa iminente.

Quanto mais fluxo estrangeiro novo para o mercado acionário local, maior a oferta de dólar e, portanto, mais pressão de baixa sobre a moeda norte-americana.

Na quarta-feira, dados do Banco Central mostraram que entre 27 de janeiro e 4 de fevereiro (último dado disponível) o Brasil recebeu em termos líquidos US\$ 8,181 bilhões em moeda estrangeira, com ingressos massivos pela conta financeira — por onde passam fluxos para portfólio, entre outros — de US\$ 7,773 bilhões. No acumulado do ano, já são US\$ 5,725 bilhões em dinheiro novo no país, destaca a Reuters.

Mourão anuncia que será candidato ao Senado pelo RS

CORREIO BRAZILIENSE

O presidente Jair Bolsonaro (PL) participou ontem do evento de contratação de pessoas com deficiência pela Caixa Econômica Federal, ocorrido no Palácio do Planalto. Momentos antes de discursar, a primeira-dama, Michelle, que havia acabado de fazer uso da palavra, cumprimentou os presentes no palco e deu um beijo na boca do marido. Em seguida, ao seguir para discursar, Bolsonaro brincou com o vice-presidente Hamilton Mourão (PRTB), também presente, ao dizer que ele também merecia um “beijinho”.

“Acho que o Mourão está querendo um beijinho também. Você também merece, Mourão”, gargalhou, sendo rebatido pelo general, que riu e fez um gesto negativo balanceando o indicador.

A fala do presidente ocorreu pouco após o vice ter afirmado a jornalistas, na chegada ao Planalto, que

disputará o cargo de senador pelo Rio Grande do Sul, estado onde nasceu. Logo, não estará na chapa pela reeleição de Bolsonaro este ano.

O vice-presidente usava uma máscara com a bandeira do Rio Grande do Sul e foi questionado se o símbolo era um indicativo de que concorreria ao Senado pelo estado. “Lógico, né”, respondeu.

“O senador Flávio (Bolsonaro) andou falando por aí [que seu candidato ao Senado]”, afirmou, acrescentando que sua decisão “será comunicada brevemente”. Ele ressaltou, contudo, que ainda não escolheu uma sigla. “Agora é só uma questão de partido”.

A composição na disputa, segundo o general, dependerá ainda de quem concorrerá como candidato a governador. “Tem dois pré-candidatos do nosso campo. Onyx (Lorenzoni) e (Luiz Carlos) Heinze. Vamos aguardar para ver o que vai sair disso aí”, concluiu.

PONTO DE VISTA

TÚLIO RIBEIRO

EUA e China se perdem em disputas por subsídios

A disputa comercial entre as duas maiores potências mundiais está se transformando num embate de subsídios. Um modelo invertido, já que a disputa deveria estar na eficiência das conglomerados nacionais em poder competir fora do seu país. Esta seara recentemente ocupou o centro da série de disputas entre as duas maiores economias do mundo, quando chegaram a uma “impasse” nas negociações comerciais depois que o acordo fase “um” expirou no final do ano passado.

O ex-ministro da economia chinesa, Lou Jiewei apontou uma preocupação neste tema. “A China e os Estados Unidos devem chegar a um acordo sobre como definir “distorção de mercado” e “subsídios industriais”, porque os EUA também parecem ter adotado tais práticas”.

“O que é isso? É que os volumes excessivos de capital concedidos a certos setores e corporações tem sido um componente de embate do modelo econômico da China, com outras

nações reclamando que daria à China uma vantagem injusta no comércio global às suas custas.

A China costuma estar em uma posição desfavorável em seus negócios com os EUA há cerca de uma década, quando então os chineses colocavam fundos consideráveis para seu desenvolvimento industrial. Neste quesito, a situação mudou com as administrações estadunidenses de Donald Trump e agora de Joe Biden tentando usar subsídios industriais para manter a fabricação nos Estados Unidos, especialmente na indústria de semicondutores.

“Os EUA [distorceram o mercado] também, e fazem isso por meio de legislação”, acusou Lou durante um diálogo virtual a portas fechadas em 15 de janeiro com o ex-secretário do Tesouro dos EUA, Henry Paulson. “Os dois lados podem sentar-se juntos para conversar sobre o que se entende por ‘distorção de mercado’ e ‘subsídios industriais’ e estabelecer algumas regras básicas. É hora de fazê-lo”, disse Lou, que agora é diretor do Comitê de Relações Exteriores da Conferência Consultiva Política

do Povo Chinês (CCPPC).

Neste contexto em fevereiro, os Deputados dos EUA aprovaram o “America Competes Act de 2022”, autorizando quase US\$ 300 bilhões para pesquisa e desenvolvimento, incluindo US\$ 52 bilhões para subsidiar a fabricação de semicondutores e pesquisas sobre os principais componentes usados em automóveis e computadores.

Neste Jogo de discursos, a vice-representante de Comércio dos EUA, Sarah Bianchi, denunciou que a ajuda estatal da China a empresas domésticas e suas políticas e práticas econômicas fora do mercado eram uma “séria ameaça aos interesses econômicos americanos”.

A resposta chinesa veio na linha que a acusação “não está de acordo com os fatos”, acrescentando que a China aboliu completamente os subsídios proibitivos e que seus subsídios estão em conformidade com as regras da OMC. “Há uma visão de que o sucesso da economia chinesa depende principalmente da intervenção do governo. Nós não opomos a essa visão”, disse o porta-voz do Ministério do Comércio, Gao Feng.

A China ainda relata que ascensão econômica do país nos últimos 40 anos às suas políticas de reforma e abertura, além de combinar com sucesso o mecanismo de mercado com o envolvimento do governo. A abordagem chinesa vai além, que os EUA sofreriam, observando que as tarifas adicionais sobre produtos chineses estavam prejudicando os consumidores e importadores americanos.

O que se aclara é que diante dessa escalada, seria importante a China e os EUA definir onde e como as duas potências vão competir, ou seja, vão cooperar ou como administrar os conflitos. Parece cada vez mais óbvio que nenhum dos dois vai recuar das práticas, ao mesmo tempo que vão negá-las. Pequim e Washington devem pelo menos criar uma estrutura de diálogo na questão do diálogo da mudança climática, uma situação insegura ao planeta e depois escalar linhas de acordos na macroeconomia, acesso financeiro e fluxos financeiros, vido o perigo de colapso numa crise econômica. Haveria portanto a necessidade de normativas nestes pontos para não permitir o precipício.

Assim, a China e os EUA não deveriam transformar a competição entre si numa disputa majoritária de subsídios e tarifas industriais, a linha deveria ser na busca da eficiência tecnológica e econômica. Mantido este modelo atual, a disputa levará décadas. O que se apresenta atualmente é uma mentalidade de guerra fria, transportada para uma corrida econômica inversa, onde os subsídios superam o processo eficiente e a eficácia da produção.

“Túlio Ribeiro é economista, mestre em história e doutor em política estratégica

Refinaria de Mataripe deixa navios sem combustível na Bahia

DAVI WALADARES ESTAGIÁRIO

Como se não bastasse os sucessivos reajustes nos preços dos combustíveis que vêm ocorrendo desde ano passado e que têm tirado o sossego de motoristas, a Acelen, empresa que administra a Refinaria de Mataripe, em São Francisco do Conde, parou de abastecer navios que passam pelo Porto de Salvador desde que assumiu o controle da antiga planta estatal, em 1º de dezembro. Mesmo a companhia produzindo o óleo combustível próprio para navios, essa produção passou a ser exportada, obrigando as embarcações que navegam pela Baía de Todos os Santos a abas-

tecer em outros portos. "No Porto de Salvador desde que a Acelen assumiu a refinaria no final do ano passado não há óleo combustível disponível. Os navios estão tendo que programar a ida a outro porto para abastecer", disse à Tribuna da Bahia o presidente do Sindicato Nacional dos Oficiais da Marinha Mercante (Sindmar), que representa os trabalhadores de navios comerciais, Carlos Augusto Muller. Segundo o Sindicato das Agências de Navegação do Estado da Bahia (Sindinave), passam pelo Porto de Salvador por mês cerca de 220 embarcações. Dessas, cerca de 40 aproveitavam e abasteciam seus tanques enquanto o combustível necessário para elas era vendido pela Petrosbras e sua

subsidiária Transpetro. Para o coordenador geral da Frente Única dos Petroleiros (FUP) e diretor do Sindicato dos Petroleiros da Bahia (Sindipetro-Ba), Deyvid Bacelar, a falta de abastecimento de navios faz parte de uma decisão da Acelen. A Refinaria de Mataripe produz atualmente mais de 30 derivados de petróleo, entre gasolina, diesel, óleo bunker, parafina etc. A refinaria fornece combustíveis para a Bahia e outros estados do Nordeste, além do norte de Minas Gerais. "Infelizmente isso faz parte de uma decisão da empresa. Todos os navios que chegam à Baía de Todos os Santos não conseguem mais abastecer com óleo combustível na RLAM/TEMADRE porque a Acelen está direcionan-



EMBARCAÇÕES
Refinaria parou de abastecer navios que passam pelo porto de Salvador

do toda a produção para exportação", enfatizou. **ACELEN** Procurado pela Tribuna da Bahia para se manifestar sobre o assunto, a Acelen disse que os ativos logísticos necessários para a comercialização do Bunker Oil ao mercado local, a partir do Temadre, não fizeram parte da compra da refinaria, por isso, não foram transferidos pela Petrosbras. A empresa afirmou ainda que está empenhando todos os esforços

para montar, o quanto antes, a infraestrutura necessária para prestação do serviço, ainda no primeiro trimestre deste ano. "Os clientes atendidos até então pela Petrosbras foram comunicados formalmente por ela que o serviço de abastecimento cessaria no dia 30 de novembro de 2021. Portanto, não há navios sem combustível na Baía de Todos os Santos. Atualmente, parte da produção de Bunker Oil produzido na Refinaria de Mataripe é destina-

da à exportação. Iniciar o serviço de abastecimento Bunker Oil para clientes locais, a partir do Temadre, é uma das prioridades da Acelen neste momento", diz trecho da nota. A Tribuna da Bahia procurou a Petrosbras, Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e Companhia das Docas do Estado da Bahia (Cobeha) para se manifestarem sobre o caso, mas não houve resposta até o fechamento desta matéria.

Estudante morre em fuga de incêndio na Barra

CLEUSA DUARTE REPORTER

A madrugada da sexta-feira, 11, foi de pânico na Barra, com o incêndio ocorrido no Edifício Kennedy. De acordo com as informações do corpo de Bombeiros, Polícia Civil e Defesa Civil (Codelsa) de Salvador um apartamento do segundo andar pegou fogo e no momento do choque um, dos moradores, o médico residente Bruno Coelho, se desequilibrou e caiu do prédio ao tentar escapar das chamas, mas

não teve sorte e morreu. A vítima tinha 32 anos e era natural do estado de Piauí e atuava como residente no Hospital das Obras Sociais Irmã Dulce (OSID), no Largo de Roma. O edifício onde ocorreu o incêndio fica localizado na Rua Presidentes Kennedy. As chamas iniciaram por volta das 2h30, no segundo andar, e rapidamente se alastaram para os pavimentos superiores, até terem sido controladas pelo Corpo de Bombeiros. Segundo testemunhas, Bruno dormia no terceiro an-

dar quando o incêndio atingiu o prédio e não percebeu o surgimento do fogo. Ele foi acordado por vizinhos e, no desespero para escapar, tentou sair do apartamento por uma janela e caiu na área da garagem do edifício. De acordo com moradores, o incêndio começou em um aparelho de ar condicionado. A Codelsa informou que realizou a visitação no subterrâneo, onde ocorreu o incêndio e constatou que não houve danos estruturais, apenas prejuízos materiais.

porém "uma pessoa morreu e três ficaram feridas. Elas foram socorridas e encaminhadas ao atendimento médico". Já a Polícia civil esteve no local e informou que: "Uma ocorrência foi registrada na 14ª DT/Barra, que expediu as guias de remoção cadavérica e de perícia no local. Apenas a perícia realizada pelo DPT poderá indicar as causas do incêndio". De acordo com o DPT o prazo legal para o laudo é de 10 dias, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.

Cantor e compositor Jau faz bloquinho neste domingo

No próximo domingo (13), o cantor e compositor Jauperi realiza a terceira edição do Bloquinho do Jau. O cantor baiano é personagem certo do verão de Salvador e é conhecido nacionalmente pela musicalidade peculiar e potente. O evento será no espaço da Vila Armazém, em Lauro de Freitas e está agendado para começar às 19h. O Bloquinho promete marcar o reencontro do público com sucessos de Jau como "Flores na Favela", "Já é", "Café com pão" e "Viva Mainha". O evento contará com a participação do Cortejo Afro, bloco afro percussivo do Carnaval de Salvador. Durante o

Bloquinho, Jau também apresentará a Petrosbras, Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e Companhia das Docas do Estado da Bahia (Cobeha) para se manifestarem sobre o caso, mas não houve resposta até o fechamento desta matéria. Os ingressos estão à venda no Sympla e Vila Armazém, com valores promocionais de R\$60 até R\$120, além do lounge para 10 pessoas, no valor R\$1.800.

Praça recebe Feira de Variedades hoje e amanhã

Moda feminina, masculina e infantil, artesanato, gastronomia, conservas e costura criativa são alguns dos atrativos da edição "Camavalizou" da 9ª, Feira de Variedades da ACEB que acontece na Praça Ana Lúcia Magalhães neste sábado (12) e domingo (13) das 9h às 20h. O encontro, que incentiva o empreendedorismo, também abrirá espaço para a alegria, a solidariedade e a cultura. "Nesta edição da nossa Feira, tere-

mos baixinhos de carnaval para animar os participantes. Além disso, em parceria com o Projeto 'Corações Solidários', vamos arrecadar roupas, agasalhos, alimentos e material de limpeza que serão doados a famílias carentes. Por fim, a ACEB dará sua contribuição ao Projeto 'Livres Livros', que já acontece no local, através da doação de obras que estimulem o hábito da leitura", resumiu a coordenadora de empreendedo-

rismo e ação social da Associação Clássica de Educação e Esporte da Bahia (ACEB), Anne Cristina Nogueira. Entre as empreendedoras expostas da Feira de Variedades da ACEB estão mulheres desempregadas ou aposentadas que são responsáveis pelo sustento de suas famílias; mulheres que sofreram violência doméstica; pessoas em tratamento oncológico; uma mãe (com

Alzheimer) e uma filha aposentadas que trabalham juntas, entre outros exemplos de mulheres que não desistem de lutar pela vida. "Nossa Feira de Variedades reúne guerreiras, criativas e vencedoras, que servem de inspiração para todos nós", frisou Anne Cristina. A próxima edição do encontro de empreendedoras(as) está marcada para os dias 17 a 20 de fevereiro, no Largo da Maríquita (Rio Vermelho).



Foto: Divulgação

Rui Costa inaugura sistema de abastecimento de água

Neste sábado (12), o governador Rui Costa viaja para o município de Macururú, às 9h, entrega obras e anuncia novos projetos. Ele vai inaugurar um sistema integrado de abastecimento de água para atender 58 localidades dos municípios de Macururú (56) e Chorrochó (dois). A execução da obra tem participação da Companhia de Engenharia Hídrica e de Saneamento da Bahia (Cerb), vinculada à Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento (Shs). No município, Rui também assina ordem de serviço para implantação de uma adutora no sistema de abastecimento integrado de abastecimento

de água. A obra vai beneficiar os moradores da sede e das localidades de Macururú e Riachão do Caldeirão. O trabalho será realizado pela Cerb. Já a Conder, empresa vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Urbano (Sedur), será autorizada a firmar convênio com o município de Macururú para pavimentação em paralelepípedo no bairro das Casas Populares. O governador ainda vai anunciar a abertura de licitação para construção de Areninha Campo Society, obra coordenada pela Superintendência dos Desportos (Sudesp), vinculada à Secretaria de Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre).

Vacinação para crianças contra Covid-19 segue neste sábado

Acontece neste sábado (12) a 5ª edição do Dia da Criança e Dia de Vacina, que terá como público-alvo crianças e adolescentes com idade entre 5 e 17 anos, residentes de Salvador. Mais de 30 postos estarão funcionando, das 8 às 16h, em diversos pontos da cidade. Todos devem estar com o nome disponível no site da Secretaria Municipal da Saúde (SMS), no endereço www.saude.salvador.ba.gov.br. Será disponibilizada a 1ª dose do imunizante CoronaVac para crianças e adoles-

centes com idade entre 6 e 17 anos, com exceção dos pequeninos com comorbidade e/ou deficiência permanente, gestantes e puérperas. Já a 1ª dose do imunizante Pfizer será oferecida para todas as crianças de 5 a 11 anos, incluindo as com comorbidades e/ou deficiência permanente. Na estratégia deste sábado (12) estará suspensa a 1ª, 2ª e 3ª dose para todos os demais públicos habilitados para a vacinação contra a Covid-19 na capital baiana, e a imunização contra a gripe.

Natura inaugura espaço físico da Casa de Perfumaria do Brasil

Natura, a Casa de Perfumaria do Brasil, carrega tradição e excelência em um jeito único de desenvolver fragrâncias. Aqui, a perfumaria é feita por apaixonados, para um povo apaixonado. Na alquimia das fragrâncias, a perfumaria da Natura leva para o mundo a alquimia do Brasil. Com a brasilidade, a inovação e a sustentabilidade que carrega em sua identidade, a Casa de Perfumaria do Brasil, da Natura, é a marca nº 1 em perfumaria no Brasil". É neste movimento forte e vibrante que a Casa de Perfumaria do Brasil ganha

um espaço físico, capaz de representar em níveis sensoriais toda a especialidade da perfumaria da marca. **A EXPERIÊNCIA** O espaço é um convíte para uma imersão multisensorial na perfumaria da marca, um misto de laboratório de alquimia, biblioteca de cheiros e mostra interativa e audiovisual. A experiência nasce inserida no macroprojeto do Centro de Inovação da Natura, o mais avançado pólo de pesquisa e tecnologia cosmética da América do Sul.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA
LICITAÇÃO 002-2022 - PREGÃO ELETRÔNICO 001-2022 - Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo, técnico e operacional, de forma contínua, com fornecimento de mão de obra, para atender as necessidades das Secretarias Municipais que compõem a estrutura administrativa do Município de Feira de Santana. Tipo: Menor preço por lote. Data: 25/02/2022 às 08h30. Informações no Departamento de Gestão de Compras e Contratações - Av. Sampaio, nº 344, Centro, nos dias úteis, das 08h30 às 12h30 e das 14h00 às 17h30. Tel.: 75 3602-9345. Edital no: www.licitacoes-e.com.br Feira de Santana, 11/02/2022. Sirleide de Oliveira Rodrigues - Pregoeira.

ANUNCIE PUBLICIDADE
71 332216377/3321 2161
Tribuna.publicidade@terra.com.br
Tribuna da Bahia 52 ANOS

Cotação Agropecuária

PECUÁRIA				
PRODUTO	PRAÇA	UNIDADE	PREÇO	
BOVIDO	ENAPOLIS	ARROBA	(A VENDA)	310,00
	FEIRA DE SANTANA	ARROBA	(A PRAZO)	310,00
	ITAPETINGA	ARROBA	(A PRAZO)	305,00
	ITANHULU	ARROBA	(A PRAZO)	305,00
	ITACARA	ARROBA	(A PRAZO)	305,00
	MIGUEL CALMON	ARROBA	(A PRAZO)	300,00
FRANGO DE CORTE	FEIRA DE SANTANA	QUILO	SEM COTAÇÃO	
	ITACARA	ARROBA		295,00
CAPRINO	ARROBA	ARROBA		275,00
	CAPOEIRO	ARROBA		300,00
	PRATADAS	ARROBA		330,00
LEITE	FEIRA DE SANTANA	LITRO	1,40	
	GUANAMIM	LITRO	MÍN. R\$ 120; MÁX. R\$ 110	
	IGUAÍ	LITRO	1,40	
	IPAU	LITRO	MÍN. R\$ 120; MÁX. R\$ 200	
	ITANHULU	LITRO	1,40	
	ITAPETINGA	LITRO	1,70	
	ITACARA	LITRO	MÍN. R\$ 145; MÁX. R\$ 120	
	JACUBINA	LITRO	R\$ 1,47	
	MIGUEL CALMON	LITRO	R\$ 1,45	
	OVINO	ARROBA	ARROBA	
CAPOEIRO		ARROBA		300,00
PRATADAS		ARROBA		345,00
SUÍNO	SALGADO	QUILO	6,00	

AGRICULTURA				
PRODUTO	PRAÇA	UNIDADE	PREÇO	
ALGODÃO EM FAVELA (CORTE A CORDÃO)	BARREIRAS	ARROBA		190,00
	BARREIRAS	SOL		182,00
CACAU	ULÉIS / IBAUNA	ARROBA		220,00
	IPAU	ARROBA		210,00
	ITANHULU	ARROBA		210,00
	ITACARA	ARROBA		210,00
	GANDU	ARROBA		220,00
CAFÉ ARABICA DESPULPADO	VITÓRIA DA CONQUISTA	SACA 60 KG		1.540,00
	VITÓRIA DA CONQUISTA	SACA 60 KG		1.490,00
CAFÉ ARABICA DADO	VITÓRIA DA CONQUISTA	SACA 60 KG		1.590,00
	VITÓRIA DA CONQUISTA	SACA 60 KG		1.540,00
CAFÉ ARABICA DESPULPADO	ULÉIS / MANGALVES	SACA 60 KG		1.540,00
	ULÉIS / MANGALVES	SACA 60 KG		1.540,00
CAFÉ ARABICA DADO	ULÉIS / MANGALVES	SACA 60 KG		1.590,00
	ULÉIS / MANGALVES	SACA 60 KG		1.540,00
CAFÉ CONILON - 190 F	ITANHULU	SACA 60 KG		810,00
	ITANHULU	SACA 60 KG		820,00
CAFÉ CONILON - 190 B	ITANHULU	SACA 60 KG		870,00
	ITANHULU	SACA 60 KG		850,00
FEIJÃO - CARIOCA	BARREIRAS	SACA 60 KG		85,00
	BARREIRAS	SACA 60 KG		85,00
MILHO	BARREIRAS	SACA 60 KG		85,00
	BARREIRAS	SACA 60 KG		85,00
SSAL	CONCEIÇÃO DO COITÉ	QUILO		4,50
	CAPOEIRO	QUILO		4,70
SOLDA BALÇO	BARREIRAS	SACA 60 KG		175,00
	BARREIRAS	SACA 60 KG		180,00

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias

DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila

SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito

CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartzman,

Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano,

Patrícia Blanco, Patrícia Campos Mello, Persio Arida, Ronaldo Lemos,

Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)

DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu

DIRETORIA-EXECUTIVA Paulo Narcélio Simões Amaral

(finanças, planejamento e novos negócios), Marcelo Benez (comercial)

e Anderson Demian (mercado leitor e estratégias digitais)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

PIB no retrovisor

Economia mostra dados favoráveis no final de 2021, mas cenário à frente não inspira otimismo

Dados preliminares sugerem que a economia teve leve crescimento no quarto trimestre e terminou 2021 com desempenho um pouco acima das expectativas —expansão de 4,5% segundo o índice de atividade econômica do Banco Central, plena recuperação após a queda de 4,1% observada em 2020.

Obstáculos se acumulam, contudo. Alta dos juros, a perda de renda por causa da inflação e do desemprego ainda elevado e as incertezas locais e globais têm levado a seguidos cortes nas projeções para este ano. Difícilmente o Produto Interno Bruto avançará mais do que 0,5%, é o que se calcula.

A conjuntura mais positiva nos meses recentes pode ser atribuída a fatores temporários. A alta de 1,4% dos serviços em dezembro mostra continuidade da tendência de normalização, com a redução dos impactos da pandemia.

O setor terminou 2021 com avanço de 10,9% em relação ao ano anterior —e empatou com 6,6% acima do pico anterior à pandemia, apurado em fevereiro de 2020.

Tal crescimento, porém, deixa para trás segmentos fortemente empregadores, como os serviços prestados às famílias, que dependem de maior contato com o público. Essa categoria permanece 11,2% abaixo do nível que antecedeu a crise e terá dificuldade diante.

A escalada de preços de itens essenciais —como energia, alimen-

tos e combustíveis— retira poder de compra da população, e o desemprego também reduz a capacidade de barganha dos assalariados. Nos segmentos formais, parcela maior dos dissídios não têm sido suficiente para repor a inflação.

A indústria também mostrou bom desempenho em dezembro, com expansão de 2,9%. Em 2021, a variação ficou em 3,9%, ainda insuficiente para retomar o nível pré-pandemia. A recomposição de estoques deprimidos explica o movimento, como se observa em outros países, mas a letargia deve continuar no médio prazo.

Nada se espera de melhora relevante, de fato. O aperto nos juros —a taxa Selic, de 2% em março do ano passado, deve subir para esperados 12,5%— tende a afetar severamente a atividade produtiva.

Já se observa redução na demanda por artigos sensíveis, e os bancos se preparam para aumento da inadimplência. O comprometimento da renda das famílias com dívidas chegou a 26,8% em setembro, maior patamar da série histórica.

Tais estatísticas, já funestas, tornam-se piores quando se considera que a economia brasileira ainda permanece 5,8% menor do que no início de 2014, pelo índice do BC.

A perda de ímpeto vem de longe —e resulta de fatores há muito conhecidos, grande parte deles ligada a distorções na estrutura tributária e na despesa do Estado.

A resistência de Macron

Após desgastes no governo, presidente francês lidera pesquisas contra a direita radical

A pouco menos de dois meses para as eleições na França, dois prognósticos parecem certos: o presidente Emmanuel Macron estará no segundo turno e seu adversário será um dos três candidatos à direita, campo cuja retórica vem ganhando tons mais radicais.

Fenômeno novo na paisagem política francesa, Macron implodiu o tradicional sistema bipartidário ao ser eleito em 2017, aos 39 anos, pelo centrista República em Marcha. Ambicioso a ponto de por vezes soar arrogante, o presidente francês chegou ao Palácio do Eliseu cercado de enormes expectativas.

Aos poucos, porém, a realidade se impôs, e Macron viu seu capital político esvaíse ao longo de seguidas crises —caso dos protestos dos “coletes amarelos” e das greves contra a reforma previdenciária.

Mais recentemente, o francês vem tentando assumir o papel de protagonista no continente, ocupando o espaço deixado na política europeia pela saída da ex-chanceler alemã Angela Merkel, como se viu em sua tentativa de atuar como mediador do conflito em torno da Ucrânia, que opõe a Rússia às potências do Ocidente.

Apesar do percurso acidentado, Macron conseguiu preservar um núcleo duro de apoio. As pesqui-

sas mais recentes dão-lhe o primeiro lugar, com 25% —índice muito similar ao obtido no primeiro turno do pleito de 2017.

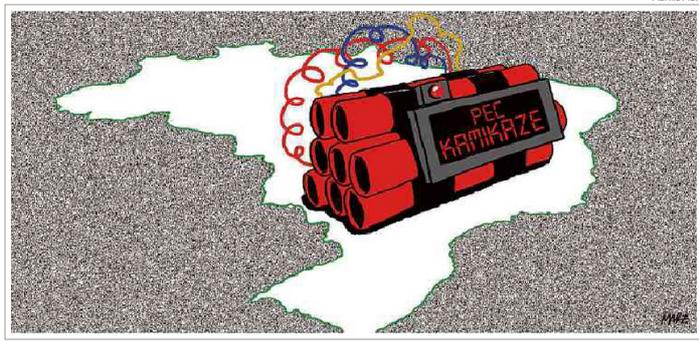
Na sequência, aparecem, próximos, os três candidatos que provavelmente disputarão um lugar no segundo turno: Marine Le Pen e Éric Zemmour, representantes da ultradireita, e Valérie Pécresse, da direita tradicional.

Derrotada por Macron na última eleição, Le Pen tentou nos últimos anos suavizar a imagem de seu partido, marcado pelo discurso xenofóbico e pela defesa de políticas anti-imigração.

No entanto a entrada em cena de Zemmour, recentemente condenado por incitar o ódio contra migrantes e conhecido por ataques ao feminismo, ao islã e ao multiculturalismo, acabou por cindir o campo radical e tirar votos de Le Pen.

Também Pécresse vem endurecendo o discurso com vistas a disputar esse eleitorado. Buscando vender-se como a melhor opção conservadora para derrotar o presidente, ela tem pautado sua campanha por questões de identidade nacional, imigração e segurança.

Com os principais rivais competindo para exibir radicalismo, Macron pode representar só, no pleito, os valores da democracia liberal.



Marília Marz

A última razão

Hélio Schwartzman

“Ultima ratio regum” é a frase que o cardeal Richelieu mandou inscrever nos canhões franceses utilizados na Guerra dos Trinta Anos (1618-48). Significa “o último recurso dos reis”. No século 20, a expressão “última ratio”, agora sem o “regum”, passou a ser usada para evocar o princípio da proporcionalidade do direito, em especial no penal. Esse ramo do direito recorre sempre a algum grau de violência.

Na versão “light”, é intrusivo e abre espaço para o arbítrio de autoridades. Na pesada, joga pessoas na cadeia por longos períodos. Pelo princípio da proporcionalidade, leis penais deveriam ser o último recurso do legislador e dos órgãos repressores, usadas só para prevenir e reparar males piores do que aqueles que a própria violência estatal enseja.

Nos últimos anos, uma aliança entre militantes de causas, legisladores progressistas e membros do Ministério Público tenta transformar o direito penal num instrumento pedagógico. Se, quando criamos um tipo penal, ensinamos para a população

que é errado nele incorrer, então deveríamos criminalizar todas as condutas que reforçam preconceitos e outras formas de discriminação que tanto mal causam à sociedade.

Eu apoio a maioria dessas causas progressistas, mas não creio que o direito penal deva ser usado como instrumento de educação. Para isso existem a escola, o debate na arena pública e até a boa e velha conversa de bar. O direito penal, pela violência que inevitavelmente encerra, deve permanecer como “última ratio”.

Algumas das coisas que li nos últimos dias me assustaram. Houve quem sugerisse que basta uma pessoa defender que algo deixe de ser crime para ela mesma incorrer no delito de apologia desse crime. Fiquei preocupado. Venho já há décadas defendendo a legalização das drogas, do aborto, da eutanásia e uma redução ampla e geral das penas restritivas de liberdade. Se a moda pega, amargarei uns 30 anos de cana.

helio@uol.com.br

O “capitólio” de Bolsonaro

Cristina Serra

Bolsonaro apresentou, nos últimos dias, pequena mostra de como será sua campanha à reeleição. Dá para identificar três eixos muito bem ordenados. Um deles é o discurso e a produção de símbolos para arremetimento de suas bases. Nisso, merece destaque que sua imagem em um clube de tiro e os palavrões, emitidos em estuado tom de desabafo, em comício, no Nordeste.

Também voltaram os ataques golpistas ao sistema eletrônico de votação e deturpações, como a expressão “ditadura das canetas”, em evidente alusão às decisões de ministros do STF Misturadas a muitas baseadas, proliferam ameaças explícitas, como a que foi feita por Eduardo Bolsonaro: “(...) a gente vai dar um golpe que a gente vai acabar com o Lula”. São apitos para mobilizar os cães de guerra.

Um segundo eixo é tentar inundar a sociedade com mais armamento e munição, como se pode notar na proposta de “anistia” para quem tem armas em situação irregular. É o anabolizante que vem apascentando (não apenas) milícias e facções bolsonaristas. Por último, há a engrenagem digital do ódio, operada de dentro do governo.

Essas dimensões convergem para promover a violência em escala individual e coletiva, num ciclo multiplicador e permanente de tensões sociais. Esse é o terreno onde grassaram o nazismo e o fascismo. Não é à toa que a defesa do nazismo surge com aparente naturalidade em um podcast com milhões de seguidores.

Nada é aleatório. É perceptível um método de propagação e reverberação de ondas de fúria, que degradam os valores da civilidade e sedimentam a brutalidade e a estupidez como referências para o convívio social e a resolução de conflitos cotidianos.

Bolsonaro age com desenvoltura no pântano e é assim que ele imagina enfrentar Lula, chegar ao segundo turno e vencer. Se não der certo, restará o delírio de insuflar algo semelhante ao “capitólio” de Trump, nos EUA. A turbulência está só começando. Apertemos os cintos.

Alvaro Costa e Silva

No passaporte com visto da Embaixada da França constava que o rapaz era “pardo, de 23 anos, solteiro, 1,78 m de altura, nariz regular, boca idem, olhos castanhos, barba raspada, rosto oval, cabelo preto, músico”. O documento poderia acrescentar uma informação: tratava-se de um dos maiores flautistas de todos os tempos.

A frente dos Oito Batutas —que modificou e tomou a forma de um instrumentista viou Les Batutas—, Pixinguinha lá apontou na Paris dos anos 20. A temporada do dancing Le Shéhérazade, na rue du Faubourg Montmartre, está fazendo aniversário redondo: 100 anos.

Quando o magnata Armaldo Guinle, em cujo apartamento os batutas Pixinga, Donga e China se apresentavam em sarau para a elite carioca, aceitou uma sugestão do dançarino Duque e anunciou que bancaria as despesas da viagem, os racistas de plantão, já fúlicos da vida com o sucesso da orquestra no país, estrilaram de vez. Pela imprensa, atacaram a “pretalhada” e os “pardavias

que é errado nele incorrer, então deveríamos criminalizar todas as condutas que reforçam preconceitos e outras formas de discriminação que tanto mal causam à sociedade.

Eu apoio a maioria dessas causas progressistas, mas não creio que o direito penal deva ser usado como instrumento de educação. Para isso existem a escola, o debate na arena pública e até a boa e velha conversa de bar. O direito penal, pela violência que inevitavelmente encerra, deve permanecer como “última ratio”.

Algumas das coisas que li nos últimos dias me assustaram. Houve quem sugerisse que basta uma pessoa defender que algo deixe de ser crime para ela mesma incorrer no delito de apologia desse crime. Fiquei preocupado. Venho já há décadas defendendo a legalização das drogas, do aborto, da eutanásia e uma redução ampla e geral das penas restritivas de liberdade. Se a moda pega, amargarei uns 30 anos de cana.

helio@uol.com.br

Conto da Amazônia

Txi Suruí

Coordenadora da Associação de Defesa Etnoambiental - Kanindé e do Movimento da Juventude Indígena de Rondônia

Agora meu povo
Uma história eu vou contar
Da maior e mais rica floresta
tropical do mundo
Mata alta, grandes rios e todo
tipo de bicho

Tem onça, arara, anta e tracaçá
Jacaré, boto e cobra grande
Tem também o curupira,
mapinguari e a iara
Todo tipo de fauna, plantas
e flores

Essa grande floresta tem seus
guardiões
Paiter Suruí, Jupauá, Arara e
Tupari, Oro Nao, Cinta Larga,
Kari'tiana e Sabane
São vários povos e línguas que
não cabem nesse poema

Banho de rio
Correria de criança
Festa tradicional e
Muita dança

O povo ria e se divertia
Cuidava da roça
Bebia xixá
Sem saber o que estava por vir

Veio então o “progresso” pra
Essas bandas de cá
Trouxe motosserra e correntão
Trouxe o garimpo e destruição
Pra passar por cima de todo
povo e toda a mata

Teve rio morrendo
Tudo virando pasto
Teve tanta queimada que até
São Paulo ficou escuro
Pro povo de lá lembrar do de cá

Fizeram até projeto pra tudo
acabar
PL 490, PL da grilagem e até
Marco Temporal
Tem enfraquecimento das leis
ambientais
E incentivo pra derrubar

Agora a Câmara passou até
projeto pra envenenar
Sem ninguém testemunhar
PL do veneno
Pra deixar mãe e filho
transgênicos

Água que era cristalina virou
barro
Peixe de comer tá envenenado
A caça desapareceu
Agora tudo virou gado!

Mas e todo povo que vive lá?
E a onça e a anta?
Mapinguari e Suruí?
Continuam a lutar!

Tem florestamento,
monitoramento e denúncia
E todo o povo indígena
já mandou avisar
Que não arreda o pé de lá

Que a floresta é vida
Nela tem amor
Cultura e muita luta
Que não se abandona

Pode vir grileiro, madeireiro
Fazendeiro, garimpeiro
Deputado e até presidente
Que continuaremos lá

Oh homem branco não acredita
Mas um velhosão me contou
Que Amazônia é vida
E seguiremos lutando
pelas nossas e pela sua!

mercado

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Sala de embarque

O clima dentro da concessionária do RIOGaleão após a decisão de desistir do Aeroporto Internacional Tom Jobim foi de desgosto, porém, sem arrependimento. A análise, segundo quem acompanha o caso, é que a empresa conseguiu entregar resultado e havia ainda a disposição de elevar investimentos no Brasil e participar de rodadas de leilão de novos aeroportos no futuro, mas o que resta agora é o dever de seguir o roteiro do desembarque com responsabilidade.

DECOLAGEM Ficou também a sensação de que as circunstâncias da saída da concessionária deixam legados, como o debate sobre operar Galeão e Santos Dumont em cooperação, evitando competição predatória entre os dois terminais no Rio de Janeiro.

BARREIRA A exigência do passaporte vacinal contra a Covid determinada pela Prefeitura de Diadema por um mês virou alvo de grupos antivacina e protestos de comerciantes.

DESVIO Para o presidente da Associação Comercial e Empresarial de Diadema, José Roberto Malheiro, os clientes acabam fazendo compra nas cidades vizinhas, como São Paulo, Santo André e São Bernardo do Campo, quando não têm o comprovante de vacinação para apresentar.

TRECHO Nesta quinta (10), a prefeitura recuou da exigência para os supermercados após reunião com a Apas (associação que reúne empresas do setor), que se comprometeu a adotar campanhas de incentivo à vacinação no município. Com o relaxamento, o passaporte da vacina só será obrigatório nas praças de alimentação dos estabelecimentos.

SINALIZAÇÃO Segundo a prefeitura, a exigência, iniciada no dia 3 deste mês, já reduziu em 17% o número de pessoas com mais de 12 anos que não tinham iniciado a imunização contra o coronavírus. Até esta quinta (10), Diadema alcançou 94,6% da população adulta com esquema vacinal completo e mais de 151 mil pessoas com a dose de reforço, incluindo de outros municípios.

TERMÔMETRO Quando a ômicron começou a avançar no fim do ano passado, a procura por remédios do chamado kit Covid acompanhou o ritmo. O número de unidades de cloroquina vendidas nas farmácias subiu de 96 mil em novembro para mais de 123 mil em dezembro, segundo a consultoria Iqvia, que monitora o varejo farmacêutico.

PICADA Já a ivermectina, ver mifugo para sarna e piolho, saltou de 1,1 milhão de caixas para 1,5 milhão na mesma base de comparação.

com Andressa Motter e Ana Paula Branco

A HORA DO CAFÉ | Fabiane Langona



CIFRAS & LETRAS

Livro atribui crise nas contas públicas ao flagelo da economia de privilégios

Fernando de Holanda Barbosa diz que benesses levaram a três grandes crises no país e que ajuste fiscal será inevitável para futuro presidente

ENTREVISTA
FERNANDO DE
HOLANDA BARBOSA

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO Empresários beneficiados por renúncias tributárias, trabalhadores registrados como pessoa jurídica para pagar menos imposto de Renda, funcionários públicos com salários acima do setor privado e até anistiados com aposentadorias e pensões especiais.

Todos esses grupos são classificados pelo economista Fernando de Holanda Barbosa como parte da economia de privilégios que está na base da crise fiscal e da estagnação que o país enfrenta desde 2014.

Em seu novo livro, "O Flagelo da Economia de Privilégios: Brasil, 1947-2020: Crescimento, Crise Fiscal e Estagnação", Barbosa afirma que a acumulação de benesses a grupos privados levou a três grandes crises econômicas, a partir de 1960, 1980 e 2014. As duas primeiras foram resolvidas após reformas que reduziram a apropriação de recursos públicos para fins privados.

Em relação à terceira, o autor diz que qualquer um que seja eleito presidente da República terá de fazer um ajuste fiscal por meio de um tratamento de choque em 2022 e que o corte de privilégios é a única opção para não afetar os efeitos sociais e investimentos.

"Privilegio é bom para quem tem. Esses grupos de interesse são bem organizados e vão dizer que o deles é bom para o nível de emprego, para o trabalhador para a sociedade etc.", disse Barbosa em entrevista à Folha.

"Os privilegiados sempre encontram novas maneiras de se apropriar dos recursos públicos, em geral com um discurso social, mas, no fundo, com objetivos privados."

Ele identifica três grupos políticos que podem conviver dentro de um mesmo partido, independentemente do espectro ideológico. Pessoas com um projeto para que o país cresça com justiça social (neoprogressistas), aqueles com um projeto próprio de poder (neopopulistas) e os oportunistas — os que fazem parte da economia de privilégios.

Para governar, os dois primeiros precisam do apoio dos oportunistas, que em troca se apropriam do Orçamento público.

Diante da questão, o economista aponta duas soluções. Primeiro, criar uma agência independente que estabeleça uma meta de superávit das contas públicas que não possa ser alterada no Congresso e cujo descumprimento permita levar à perda de mandato, o que reduz espaço para gastos e renúncias tributárias.

O segundo, criar impostos vinculados ao investimento em infraestrutura.

Cultura de privilégios

Privilegio eu defino como sendo a apropriação de recursos públicos para fins privados, por meios legais, sem que haja contrapartida de trabalho que justifique o valor extraído.

O Brasil está cheio de privilégios, isso é uma tradição longa. O livro trata dessas questões depois da Segunda Guerra,

mas são coisas que aconteceram em toda nossa história. Em geral eles levam ao aumento da despesa do governo ou à subtração de impostos que não são pagos, e isso termina gerando o déficit público. A poupança privada que seria usada para investimento vai financiar o déficit. O investimento desaparece. Isso leva à estagnação.

Essas crises são resolvidas com reformas, mas ao longo do tempo a gente vê a economia de privilégios atacar, e o jogo recomeça. Estamos de volta ao mesmo ciclo. É um processo que vem da nossa cultura e impede que o Brasil tenha crescimento sustentado ao longo do tempo. É uma praga, desenvolvida e aperfeiçoada aqui, e a gente precisa interromper esse processo.

Neoprogressistas

Eu identificaria como neoprogressista o primeiro mandato do ex-presidente Lula com o [Antonio] Palocci como ministro da Fazenda. O Brasil cresceu naquele período com disciplina macroeconômica, com justiça social.

Se você tiver um governo neoprogressista ou neopopulista, vai precisar dos oportunistas para construir maioria no Congresso. Mas as propostas que faço de colocar piso no superávit primário com punição se não for cumprido e impostos carimbados para investimento, o espaço para esses políticos oportunistas fica extremamente reduzido. Não podemos dar a esses políticos mecanismos para obtenção de privilégios. Você limita a opção de fazer déficit para se financiar.

É bom para quem tem

A causa da crise fiscal são os privilégios. Por exemplo, o volume de recursos de renúncias tributárias. É claro que quem tem os defende como se aquilo fosse bom para a sociedade. Em geral, não é verdade. Privilégio é bom para quem tem.

Esses grupos de interesse são bem organizados e vão dizer que o deles é bom para o nível de emprego, para o trabalhador, para a sociedade etc. Trabalhadores do setor público que têm salários acima da



O Flagelo da Economia de Privilégios: Brasil, 1947-2020: Crescimento, Crise Fiscal e Estagnação

Fernando de Holanda Barbosa, FGV Editora (228 págs.), R\$ 49,00 e R\$ 35,00 (ebook)

Aposentadorias

Isso é interrompido quando se fazem reformas. Até 1964, 1967, o imposto de Renda não era universal. Professores e jornalistas não pagavam. Havia privilégios que foram interrompidos. No final da década de 1970 e no início da de 1980, já havia outros. As reformas feitas no Plano Real acabaram com muitos deles. Mas depois se introduzem outros, como é o caso de novas renúncias tributárias feitas no governo Dilma [Rousseff].

Recentemente teve a questão da Previdência, pessoas se aposentavam com 45, 50 anos. Trabalhavam 25, 30 anos e ficavam aposentadas por 30, 40 anos. A reforma reduziu o privilégio na aposentadoria.

Fernando de Holanda Barbosa, 76

Graduado em economia e engenharia, doutor em economia pela Universidade de Chicago. Tem pós-doutorado pela Université Catholique de Louvain (Bélgica). É professor da EPGE (Escola Brasileira de Economia e Finanças da FGV). Foi secretário de Política Econômica no governo Itamar Franco

queles do setor privado vão dizer que são mal pagos. O Judiciário tem benesses que temos de reduzir. Não tem por que ter auxílio-moradia, férias de dois meses e coisas desse tipo. Não estou falando que todo trabalhador do setor público tem esses privilégios, mas uma parte importante tem.

A crise fiscal é um produto dessa cultura de privilégios. Toda vez que tem de ajustar, você ajusta no investimento. Não precisa que a população pobre e a classe média pague uma conta. Se reduzir os privilégios, certamente vai resolver a crise fiscal. E também vai fazer com que recursos surjam para investir em infraestrutura.

Aposentadorias

Isso é interrompido quando se fazem reformas. Até 1964, 1967, o imposto de Renda não era universal. Professores e jornalistas não pagavam. Havia privilégios que foram interrompidos. No final da década de 1970 e no início da de 1980, já havia outros. As reformas feitas no Plano Real acabaram com muitos deles. Mas depois se introduzem outros, como é o caso de novas renúncias tributárias feitas no governo Dilma [Rousseff].

Recentemente teve a questão da Previdência, pessoas se aposentavam com 45, 50 anos. Trabalhavam 25, 30 anos e ficavam aposentadas por 30, 40 anos. A reforma reduziu o privilégio na aposentadoria.

Tratamento de choque

Em uma crise fiscal do nosso tamanho, precisamos fazer isso com tratamento de choque. Vai ter de aumentar os impostos. Minha sugestão é que se diminua a renúncia tributária desses empresários que não estão pagando o que deveriam e de pessoas que também não estão pagando IR, como os PJs. Tem de ser um ajuste justo no sentido de não pagar a população mais pobre e fazer ela pagar para que outros tenham privilégios.

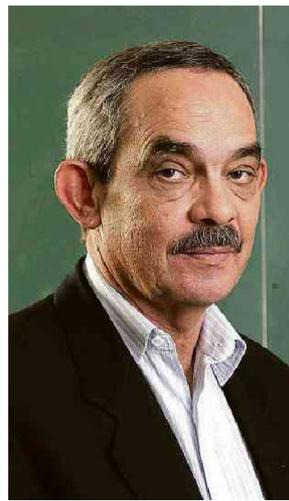
Se no primeiro ano de mandato arrumar a casa e acabar com a crise fiscal, o risco-país e a taxa de juros vão diminuir. O investimento vai voltar. Fazendo essa vinculação de impostos e criando um fundo de infraestrutura, o governo já começa a fazer projetos para puxar a economia. De 2014 para cá a gente não cresceu praticamente nada. Se fizer o ajuste imediato, vai ter condições de crescer.

Eleições

Neste ano de eleição, acho que o livro pode contribuir para o debate apontando caminhos. Temos de exigir dos candidatos e do próximo presidente prioridade para resolver a crise fiscal e atacar a estagnação.

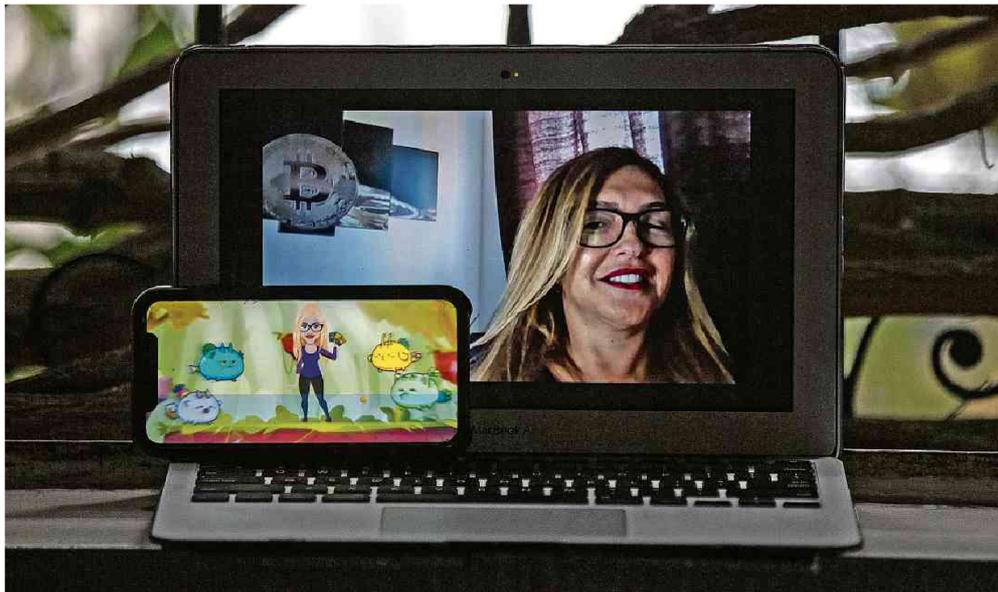
É difícil trazer essa pauta. Ajuste fiscal não dá voto. Agora, a realidade econômica do Brasil é que qualquer candidato que ganhe não tem outra saída. No primeiro ano, vai ter de fazer um ajuste fiscal forte. Ou vai manter o país do jeito que está, com estagnação, desemprego elevado, salários sem aumento, e o país vai ficar impossível de ser administrado. Quais as propostas para essas duas questões?

Neste ano eleitoral, temos de fazer essas perguntas. Se não resolvermos isso, só vamos andar para trás.



Divulgação

mercado



A contadora especializada em criptoativos Ana Paula Rabello é dona de uma propriedade virtual e se transformou, ela própria, em um NFT. *Marlene Bergamo/Folhapress*

Regras da Receita Federal

- Ganho com ativos digitais cujo total alienado no mês seja superior a R\$ 35 mil são tributados
- Alíquotas progressivas de 15% (sobre a parcela até R\$ 5 milhões) a 22,5%
- Recolher IR até o último dia útil do mês seguinte ao da transação
- Utilização de uma criptomoeda na aquisição de outra também está sujeita ao IR
- Criptoativos devem estar na declaração de bens e direitos do IRPF
- Prestar informação no sistema Coleta Nacional, no e-CAC, para operação com corretora no exterior ou sem intermediação de corretora (exchange de criptoativo)

Fonte: Receita Federal, "Perguntas e Respostas 2021 do IRPF" e Solução de Consulta 214/2021

De imóvel virtual a patrimônio em app, tributação no metaverso gera dúvidas

Receita Federal tributa lucro obtido com criptoativos como ganho de capital; entenda regras

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO Comprar e vender "imóveis" no metaverso. Acumular patrimônio em aplicativos de jogos. Contribuintes têm manifestado dúvidas sobre a tributação em operações nesses ambientes virtuais, que vão além da negociação de criptomoedas.

Atualmente, a Receita Federal possui uma regra uniforme para declaração e taxa-ção de ganho de capital com criptoativos, sejam eles moedas como o bitcoin ou direitos de propriedade exclusivos, as NFTs (sigla em inglês para tokens não fungíveis).

O lucro obtido com a alienação de criptoativos é tributado como ganho de capital, segundo alíquotas progressivas, quando o total vendido for superior ao limite de isenção mensal de R\$ 35 mil.

A regra vale para todas as pessoas com residência fiscal no Brasil, mesmo aquelas que operam por meio de corretoras e contas em outros países.

No final de 2021, em resposta à consulta de um contribuinte, o Fisco esdareceu que a tributação se dá também quando uma moeda virtual é utilizada na aquisição de outra criptomoeda, mesmo que não haja conversão do lucro para o real. A não conversão do bem ou direito alienado em moeda fiduciária não altera a incidência do Imposto de Renda sobre o ganho de capital oriundo da permuta, disse a Receita.

O mesmo vale para outros criptoativos, como "imóveis" virtuais que são adquiridos com moedas digitais, afirma o advogado Fernando Zilveti. Ele tem recebido dúvidas de clientes sobre o tratamento dado a NFTs e outros tipos de propriedade em metaversos (ambientes virtuais tridimensionais).

Há ainda questões relacionadas a ganhos obtidos em jogos por aplicativos, que nem sempre são tributados.

Atualmente, a pessoa residente no Brasil deve prestar informações à Receita sobre esses ativos e recolher o Imposto de Renda sobre ganho de capital para o Fisco nacional. Zilveti afirma que o entendimento das autoridades tribuárias aqui e no exterior pode mudar conforme esse mercado for se desenvolvendo.

"O problema será quando você pagar o imposto aqui e o fisco americano achar que tem de pagar lá, porque o 'imóvel' foi comprado e vendido segundo a lei americana", diz o advogado.

Dona de uma propriedade em um mundo virtual, a contadora especializada em criptoativos Ana Paula Rabello afirma que não se pode aplicar a bens digitais as mesmas vantagens tributárias e isenções que valem para imóveis reais.

"Quando a gente fala em metaverso, estamos falando de bens que existem por representação digital. Eu comprei um terreno no metaverso do Axie Infinity. Esse meu terreno não é físico. É um ativo digital, um token, uma NFT. Quando vendê-lo, vou tributar como sujeito a ganho de capital, alíquota progressiva", afirma.

"Ao vender um bem imóvel, você tem vantagens fiscais. Não pode ter os mesmos benefícios quando esse imóvel é uma NFT".

A própria Ana Paula, que é autora de um livro sobre tributação desses direitos, se tornou recentemente um token. Ou quase isso. O avatar utilizado em seu blog — uma ilustração da "loira do imposto" — foi inserido em uma imagem registrada na plataforma de negociação OpenSea. Iniciativa de um amigo, a criação da NFT foi uma brincadeira, sem objetivo comercial, afirma.

Para comprar uma propriedade em um mundo virtual é necessário utilizar moedas digitais. Se entre a aquisição da moeda ethereum, por exemplo, e seu uso na compra de um terreno em um metaverso a moeda se valorizar, o contribuinte precisa fazer um primeiro recolhimento de imposto — o ganho de capital superar o limite de isenção.

Ao vender a propriedade receberá novamente o ethereum. Se tiver lucro com a venda do terreno, pode ser tributado novamente, mesmo se não trocar a moeda virtual por reais, afirma Rabello.

Sabrina Lawder, líder de International Tax da consultoria Grant Thornton Brasil, afirma que cada país tem se adaptado às inovações no mundo virtual de uma maneira diferente.

Portugal, por exemplo, optou pela isenção ampla. A mai-



Ilustração Catarina Pignato

“Você ainda tem um desconhecimento dos pequenos investidores e dúvidas até das próprias exchanges [corretoras]. Você tem de pagar o ganho de capital mensalmente sobre as operações. E as pessoas não estão fazendo

Sabrina Lawder líder de International Tax da consultoria Grant Thornton Brasil

co-tributárias nesse sentido.”

A febre de comercialização de imóveis em ambientes virtuais ganhou força em 2021, principalmente depois que o Facebook mudou o nome da empresa para Meta e anunciou uma estratégia para se expandir no mercado de metaverso.

De acordo com o site Dapp, em uma única semana de dezembro foram vendidos terrenos virtuais avaliados em mais de US\$ 100 milhões (mais de R\$ 500 milhões) nos quatro principais ambientes do metaverso: The Sandbox, Decentraland, CryptoVoxels e Somnium Space.

Alguns governos também já estão de olho nesses ambientes. Em novembro, a ilha caribenha de Barbados anunciou o estabelecimento de uma representação diplomática na Decentraland.

Muitas obras de arte também estão sendo vendidas na forma de NFTs.

A especialista em Direito Tributário Ivana Marcon, sócia do escritório Baptista Luz Advogados, afirma que devem surgir discussões sobre competência de tributação em mundos virtuais com a evolução desse mercado.

Ela afirma que propriedades virtuais não podem ser consideradas imóveis para fins de isenção ou cobrança de imposto de transmissão do bem (ITBI). Por outro lado, também não se pode considerar que negócios em mundos virtuais estão fora do alcance do país de residência do contribuinte.

"Não é pelo fato de que a operação ocorre em um ambiente imaterial que você não pode tributar. Hoje, se você tiver ganho em uma venda de criptoativo, tem de pagar imposto sobre ganho de capital. O mesmo raciocínio vale para essas operações no metaverso."

Ela diz que esse entendimento pode mudar no futuro. "A gente sabe como a Receita entende o ambiente virtual, porque ela já deu a orientação para criptoativos. Acho que poderemos ter algumas particularidades para determinados bens, por exemplo, para imóveis. Vai ser considerado imóvel no metaverso ou não? Quando vender, vai poder cobrar ITBI? Tem uma série de discussões que estão começando a surgir."

DÚVIDAS DE CONTRIBUINTES SOBRE METAVERSO E CRIPTOMOEDAS

1 O contribuinte **comprou um terreno no metaverso** em 2021 por R\$ 600 mil e vendeu alguns meses depois por R\$ 15 milhões. Mesmo se ele recebeu em moeda virtual, a Receita Federal entende obrigatório reportar a transação e recolher o IRPF sobre o ganho de capital

2 O contribuinte **compra e vende bens em um jogo de realidade virtual** e chega ao final de 2021 com saldo positivo na conta virtual de R\$ 80 mil. Nessa hipótese, o contribuinte não pode trocar o dinheiro virtual por dinheiro real. Com isso, mesmo que tenha ganho, não será tributado

3 O contribuinte **tem um negócio digital em um jogo de realidade virtual**, que permite troca de bens por moeda real. Ao contrário do exemplo anterior, deve informar sua renda à Receita e recolher o imposto devido

Fonte: Zilveti Advogados

GLOSSÁRIO

NFTs
Sigla em inglês para tokens não fungíveis. Uma assinatura digital ou direito de propriedade exclusivo sobre um ativo virtual

Criptomoeda
Moedas digitais, como bitcoin, ethereum, litecoin, dash etc.

Imóveis virtuais
Um tipo de NFT. Não são considerados bens imateriais. Trata-se de um direito de propriedade sobre um ativo digital

Blockchain
Espécie de sistema verificador de transações descentralizado e independente de bancos centrais

Metaverso
Nome genérico dado a ambientes virtuais tridimensionais, como The Sandbox, Decentraland, CryptoVoxels, Axie Infinity e Somnium Space. O termo foi cunhado por Neal Stephenson na novela "Snow Crash", de 1992

mercado

Bomba fiscal no Congresso pode passar de R\$ 230 bilhões em 2022

Pressão por gastos e renúncias cresce diante de posição de Bolsonaro em pesquisas eleitorais

Idiana Tomazelli

BRASÍLIA O apetite da ala política do governo por medidas de apelo popular em ano eleitoral será um desafio para a equipe do ministro Paulo Guedes (Economia), que começa 2022 sob a pressão de uma bomba fiscal que pode passar dos R\$ 230 bilhões.

O primeiro grande teste é a PEC (proposta de emenda à Constituição) dos Combustíveis, que teve uma de suas versões batizada de kamikaze pelo time econômico, devido ao impacto potencial de mais de R\$ 100 bilhões em troca de uma redução incerta de centavos no preço nas bombas e na conta de luz.

A equipe de Guedes ainda negocia desoneração localizada apenas no diesel, ao custo de R\$ 17 bilhões. Mas permanece a pressão pelo avanço em paralelo de outras propostas relacionadas, como a instituição de subsídios para conter tarifas de ônibus urbano.

Além disso, a coleção de bombas a serem desarmadas no Congresso Nacional neste ano não se resume ao tema dos combustíveis. Com a retomada dos trabalhos legislativos, parlamentares voltaram à carga com projetos que aliviam dívidas de grandes empresas, ampliam isenções tributárias ou elevam gastos do governo.

Uma maior expansão fiscal, por meio de gastos ou renúncias de receitas, é considerada tendência natural no último ano de um governo e também foi observada em gestões anteriores.

No entanto, especialistas avaliam que a segunda colocação do presidente Jair Bolsonaro (PL) nas pesquisas de intenção de voto adiciona pressão para que o Palácio do Planalto seja mais conviente com os pedidos.

Segundo a última pesquisa do Datafolha, Bolsonaro está atrás do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na corrida presidencial.

Um dos projetos de maior risco para a equipe econômica é o que autoriza uma ampla renegociação de dívidas tributárias de médias e grandes empresas.

O texto do Refis aprovado no Senado centrava os maiores benefícios em companhias que enfrentaram dificuldades devido à Covid-19. No fim de 2021, a Câmara dos Deputados estendeu o alcance do programa até mesmo a em-



Paulo Guedes em Brasília; PEC dos Combustíveis e renegociação de dívidas de empresas estão na lista Ueslei Marcelino 17.dez.21/Reuters

presas que lucraram mais na pandemia.

Cálculos do governo apontam uma perda potencial de R\$ 92,1 bilhões só em 2022, caso o programa seja aprovado no formato previsto pela Câmara. O texto prevê descontos de até 90% em juros e multas e 100% em encargos, além da possibilidade de abater grandes volumes de crédito de prejuízo fiscal ou base de cálculo negativa da CSL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido).

O tamanho da fatura levou a equipe econômica a agir. No final de 2021, governistas conseguiram retirar o projeto de pauta.

Sob pressão de grandes empresas, a proposta deve ganhar força novamente. Há negociações em curso para que o texto entre na pauta das próximas sessões.

O relator, deputado André Fufuca (PP-MA), recém-empossado líder da legenda na Câmara, disse à Folha que vai conversar com lideranças a respeito do projeto na próxima semana. Ele evitou responder se fará mudanças no texto.

No Senado, uma das pressões no radar do governo é a correção da tabela do IRPF (Imposto de Renda da Pessoa Física). O senador Angelo Coronel (PSD-BA), que era relator da reforma do IR já aprova-

da na Câmara, desmembrou o tema da tabela e apresentou um projeto avulso.

A proposta do congressista é elevar a faixa de isenção a R\$ 3,300 mensais, o que custaria cerca de R\$ 35 bilhões. Hoje, a isenção vai até R\$ 1.903,98.

"Já que não vamos atender os R\$ 5,000 que o presidente na campanha alardeou, pelo menos um meio-termo, corrigindo pela inflação", argumenta Coronel.

Segundo o parlamentar, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), já sinalizou no colégio de líderes que pretende marcar uma semana de votação de matérias tributárias, com datas a serem definidas. A tentativa de Coronel será incluir o projeto da tabela do IRPF na pauta.

Há ainda um projeto de lei, relatado pelo líder do MDB no Senado, Eduardo Braga (AM), que busca instituir um repasse federal para bancar a gra-

tuidade de idosos nos ônibus urbanos.

Uma proposta semelhante chegou a ser incluída na PEC kamikaze, que recebeu a assinatura do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), filho do presidente. Mas o avanço da PEC está sendo combatido pela equipe econômica.

Na última quarta (9), Pacheco decidiu enviar o projeto de lei avulso sobre o subsídio aos ônibus diretamente ao plenário da Casa, sem passar por nenhuma comissão. O custo pode chegar a R\$ 5 bilhões.

O próprio governo também já deu sinal verde à derrubada de um veto de Bolsonaro para isentar empresas do setor de turismo e eventos do pagamento de tributos durante cinco anos. O restabelecimento da benesse deve gerar uma renúncia de R\$ 3,2 bilhões apenas em 2022.

O aval à derrubada foi anunciado publicamente por Flávio Bolsonaro em suas redes sociais. A apreciação do veto pode ocorrer na próxima quarta (16).

Outro veto que deve cair permitirá às empresas do Simples Nacional negociar suas dívidas, com impacto de cerca de R\$ 17 bilhão para os cofres federais.

Grande parte das investidas mira as receitas do governo — uma estratégia para evitar esbarhar no teto de gastos, regra fiscal prevista na Consti-

tuição e que limita as despesas, mas não disciplina as receitas do governo.

A equipe econômica, porém, vê os movimentos com bastante preocupação, pois precisa respeitar a meta fiscal, que autoriza um déficit de até R\$ 170,5 bilhões neste ano. A previsão atual do governo aponta um rombo de R\$ 79,3 bilhões, projeção que deve piorar caso haja corte de tributos sobre o diesel.

Guedes ainda quer reduzir o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), o que também impacta a receita.

Há ainda pressão pelo lado das despesas. O time do ministro da Economia segue em alerta para o risco de a concessão de reajustes para policiais acabar delatando uma pressão generalizada por aumentos ao funcionalismo.

Para o pesquisador Bruno Carazza, professor da Fundação Dom Cabral, o enfraquecimento da posição de Guedes e a segunda posição de Bolsonaro nas pesquisas de intenção de voto tornam o presidente mais suscetível às pressões em ano eleitoral.

"Em um ano de tentativa de reeleição, isso nunca aconteceu, o presidente não está liderando as pesquisas. Gera incentivo extra para que ele [Bolsonaro] libere mais dinheiro para tentar fazer a economia crescer, deixar o eleitor mais feliz", analisa o pesquisador.

Segundo Carazza, a possibilidade de vitória de Lula também tende a fortalecer candidatos de sua coalizão para cargos no Legislativo, o que pode levar a buscas aliados de Bolsonaro a buscarem mais recursos para suas bases. "Para segurar trações, o governo tem cedido a essas pressões", afirma.

O cientista político Rafael Cortez, da consultoria Tendências, avalia que o governo enfrenta dificuldades para gerar no eleitor uma sensação de confiança e ganho de bem-estar, apesar de iniciativas recentes, como a ampliação do Auxílio Brasil — sucessor do Bolsa Família, marca das gestões petistas.

"A fonte dessa incapacidade tem a ver com a falta de coordenação política. É como se houvesse dois governos, com uma equipe econômica cada vez mais isolada em relação ao projeto de reeleição", afirma. Para o especialista, há também falta de coordenação entre Câmara e Senado.

"Curiosamente, essa falta de coordenação pode ajudar no sentido de evitar um mal maior", diz Cortez, citando o exemplo da PEC dos Combustíveis, que perdeu força dando lugar a um projeto para desonerar apenas o diesel.

"No fundo, como a gente vive uma governabilidade perversa, quando um item é aprovado ele adiciona risco, não tira."

Bombas fiscais em ano eleitoral

Impacto de propostas em discussão no Congresso, em R\$ bi



R\$ 79,4 bilhões

é o déficit fiscal previsto pelo governo para 2022

R\$ 170,5 bilhões

é o rombo máximo permitido pela meta fiscal do ano

*Proposta da Câmara desonera tributos e custa entre R\$ 54 bi e R\$ 75 bi. Proposta do Senado inclui gastos adicionais com auxílio-diesel, auxílio-gás e subsídio a tarifas de ônibus, e seu impacto pode superar R\$ 100 bi. Fontes: Ministério da Economia, Congresso Nacional

Governo segura execução de emendas de relator e investimento

Idiana Tomazelli

BRASÍLIA O governo Jair Bolsonaro (PL) editou um decreto limitando a execução de emendas de relator, instrumento usado por parlamentares para irrigar seus redutos eleitorais, e despesas de custeio e investimentos nos três primeiros meses do ano.

A medida impõe uma espécie de controle na boca do caixa. Ela é necessária devido ao risco de crescimento de gastos obrigatórios, cuja recomposição precisará ser feita mediante cortes em outras áreas.

Para assegurar a viabilidade dessas reduções, o governo impede que os ministérios osempeño (primeira fase da despesa, quando é feito o compromisso com a compra ou a obra em questão) e o pagamento de todos os valores disponíveis no Orçamento de 2022.

O decreto assinado por Bol-

sonaro limita a execução a uma proporção de 1/18 da dotação disponível por mês até março. O ato foi publicado em edição extra do DOU (Diário Oficial da União) nesta sexta-feira (11). A medida atinge as chamadas despesas discricionárias, que incluem custeio, investimentos e também as emendas de relator e de comissão, distribuídas em grande parte a aliados do governo.

Caso haja necessidade, a Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento poderá aliviar a contenção e elevar essa proporção a 1/15, mediante aval prévio da Casa Civil.

As emendas impositivas individuais e de bancada, que são previstas na Constituição e têm divisão equânime entre parlamentares aliados e de oposição, estão blindadas da limitação temporária.

O Orçamento de 2022 reserva R\$ 16,5 bilhões para as emendas de relator, e a pro-

porção mensal regular, sem limitação, resultaria em uma execução de R\$ 4,125 bilhões até março. Mas o governo estipulou um valor menor, de R\$ 2,75 bilhões. A mesma lógica é observada nas demais despesas discricionárias. Elas somam R\$ 114 bilhões no Orçamento, mas apenas R\$ 19 bilhões ficarão disponíveis nos três primeiros meses do ano. Sem limitações, o valor seria de R\$ 28,5 bilhões.

O Ministério da Economia vai divulgar em 22 de março sua primeira avaliação do Orçamento. É neste documento que os técnicos do governo indicarão a necessidade de recompor despesas obrigatórias e cortar de outras áreas.

Como mostrou a Folha, o governo já mapeou a necessidade de ampliar em R\$ 3,1 bilhões os gastos com subsídios de programas como o Plano Safra, devido à alta dos juros. A fatura extra decorre do au-

mento significativo nas taxas de juros, que ampliou a despesa com a chamada equalização — o governo paga a diferença entre a taxa cobrada dos produtores, mais baixa, e o custo efetivo das instituições financeiras que emprestam o dinheiro.

Há ainda outras demandas repressadas, como a recomposição de R\$ 777,9 milhões do fundo eleitoral. Uma regra estipulada na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) prevê que o fundo deve ser de R\$ 5,74 bilhões — o maior da história, mas o Orçamento reservou apenas R\$ 4,96 bilhões.

O corte de 50% dos recursos de custeio do Ministério da Economia também deve tornar necessária alguma recomposição para a pasta. No início do ano, a necessidade era calculada em torno de R\$ 5 bilhões.

Segundo fontes da área econômica, o objetivo com o de-

creto é ser prudente na execução das despesas devido aos riscos de crescimento de gastos obrigatórios.

Na sanção do Orçamento, Bolsonaro já precisou fazer um veto de R\$ 3,2 bilhões para recompor despesas com pessoal que haviam sido subestimadas pelo Congresso Nacional. O corte atingiu principalmente o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e o Ministério da Educação, gerando desgaste político.

Na ocasião, as emendas de relator foram blindadas de qualquer corte. Agora, porém, a limitação da execução vem de encontro aos interesses dos parlamentares.

Em ano eleitoral, a expectativa de técnicos do Ministério da Economia é que haja pressão pelo empenho do maior volume possível de emendas ainda no primeiro semestre, para evitar as restrições eleitorais.

A avaliação encontra eco no Congresso Nacional, onde parlamentares da base contam com os recursos das emendas para aumentar suas chances de reeleição.

A lei eleitoral diz que, nos três meses que antecedem o pleito, é vedado realizar transferências voluntárias de recursos a estados e municípios. As emendas se enquadram nesse caso, segundo os técnicos.

Uma exceção é quando os recursos servem para garantir a execução de obra ou serviço já em andamento, com cronograma definido, ou para atender a situações de emergência ou calamidade pública.

Dessa forma, empenhos de novas despesas terão de ser feitos até 1º de julho ou após as eleições. Apesar disso, integrantes do Planalto afirmam que há interpretações divergentes e que alguns tipos de empenho poderiam ser feitos no período eleitoral.



Combustíveis Custo mais elevado

Petróleo volta a pressionar os preços

— Cotação do produto já avança 18% neste ano depois de ter subido 54% em 2021; a alta altera a perspectiva dos economistas para a inflação, diante do risco de conflito na Ucrânia

LUCIANA DYNIEWICZ

Depois de subir 54% em 2021 – o que resultou em uma alta de 47,5% no preço da gasolina no Brasil, tornando-se umas das principais fontes de pressão inflacionária –, o petróleo já avançou mais 18,2% neste começo de ano. Na sexta-feira, o barril atingiu US\$ 95 e, diante da ameaça da Rússia de invadir a Ucrânia, alguns economistas já falam da possibilidade de a cotação ultrapassar US\$ 120.

Importante produtor de petróleo, a Rússia poderia, em meio a uma guerra, interromper o fluxo do produto – o que elevaria a cotação da commodity. “Só a expectativa de inva-

são já causa uma pressão nos preços. Estamos revisando nossas projeções de petróleo para incorporar essa história toda. O viés é de alta”, diz a economista-chefe da Tendências Consultoria, Alessandra Ribeiro.

Com a expectativa de que haveria um aumento da oferta de petróleo na América do Norte e uma leve desaceleração na demanda, Alessandra projetava que o barril terminaria 2022 ao redor de US\$ 65. “Esse patamar daria um bom alívio para a inflação.” Inclusive, significaria uma queda de 16% na comparação com o valor registrado no fim de 2021. O cenário, no entanto, mudou mais uma vez, e o petróleo, seu efeito na inflação e na atividade voltaram a se tor-

Países buscam dar alívio

● **Japão**
Passou a subsidiar fornecedores de petróleo em janeiro e anunciou inspeções em postos de combustíveis para garantir que os preços não subam para o consumidor final

● **França**
Deu, no ano passado, um reembolso único de € 100 para cerca de 38 milhões de pessoas

● **Portugal**
Criou uma política de desconto por litro de gasolina

nar uma preocupação para governos de todo o mundo.

REVIRAVOLTAS. Há 22 meses, sobrava petróleo no mundo. Com a pandemia e países em lockdown, a demanda pelo produto despencou em 2020, os estoques ficaram abarrotados e, de repente, era preciso pagar para armazenar o óleo – o que fez o preço do WTI (tipo de petróleo produzido nos EUA) retrair. O barril do Brent (um petróleo mais leve e que serve como principal referência global) caiu na época para menos de US\$ 20 – a primeira vez desde 2001 –, e a cotação parecia longe de se tornar um problema.

A demanda, porém, voltou muito mais rápido do que se

previa, impulsionada por estímulos econômicos adotados por vários governos, e os países produtores não acompanharam o ritmo. Agora, quando se esperava uma acomodação, o preço voltou a disparar.

“Se houver um conflito, o céu é o limite (para a cotação). Caso não haja, provavelmente estamos perto do pico. A conclusão é de que, nos próximos meses, o preço ainda vai ser alto. Se não tiver guerra e o Banco Central dos EUA aumentar o juro, é possível que a demanda esfrie um pouco”, diz José Roberto Mendonça de Barros, sócio da MB Associados. ●

MEDIDAS PARA CONTER PREÇO DA GASOLINA PODEM TER O EFEITO OPÓSTO. PÁG. B2

É HOJE!

SUPER LEILÃO DE IMÓVEIS

GRANDES OPORTUNIDADES EM SÃO PAULO E NO ESPÍRITO SANTO

11 LOTES ENTRE TERRENOS, GALPÕES, IMÓVEIS INDUSTRIAIS E COMERCIAIS

SOMENTE ONLINE - DIA 14/02/22, ÀS 15h

Imóvel Comercial em Lorena/SP
Lance Inicial: R\$ 2.420.000

Imóvel Industrial em Mogi das Cruzes/SP
Lance Inicial: R\$ 20.600.000

Terreno em GUARULHOS/SP
Lance Inicial: R\$ 2.650.000

edp

SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

IMAGENS MERAMENTE ILUSTRATIVAS

APONTE A CÂMERA DO SEU CELULAR PARA O CÓDIGO AO LADO E ACESSO ESTE LEILÃO

PREÇO E OBTENÇÃO DE SERVIÇOS SODRÉ SANTORO SÃO SUJEITOS A VARIÁVEIS DE MERCADO. NÃO GARANTIMOS O RESULTADO DE PARTICIPAÇÃO.

pressreeder

O apodrecimento da indústria

ARTIGO

Luís Eduardo Assis

Economista, foi diretor de Política Monetária do Banco Central e professor de Economia da PUC-SP e da FGV-SP. E-mail: luiseduardoassis@gmail.com

A composição das exportações brasileiras ao longo do tempo ilustra bem a saga da nossa estagnação. Entre o ano 2000 e 2020, as vendas externas brasileiras cresceram 265%, mais do que a média mundial, que ficou em 181,5%. Mesmo com esse aumento, as exportações representam parcela relativamente pequena

do Produto Interno Bruto (PIB). No ranking do Banco Mundial, o Brasil apresenta uma participação das exportações sobre o PIB de apenas 14,1%, o que nos coloca entre a Nigéria e Comores, um pequeno país insular no Oceano Índico. Até aí, pouca novidade. Somos introspectivos. As exportações não importam muito.

A estrutura da pauta, contudo, revela alterações estruturais de vulto. Em 1997, a participação da indústria de transformação no total exportado era de 81%, com apenas 11% para a agropecuária e 6% para a indústria extrativa. Nos 12 meses terminados em janeiro de 2022, a participação da indústria de transformação tinha caído para 52%

O atual governo cultua a ideia de que a melhor política industrial é não ter política

do total, com 20,3% para a agropecuária e significativos 27% para a indústria extrativa. Isso significa que, na au-

sência de uma política econômica que estimule o crescimento de setores de maior valor agregado, estamos nos especializando em produtos mais simples, com baixa capacidade de gerar efeitos de encadeamento que deflagrem um processo de crescimento autoestimulante com efeitos cumulativos.

Tomando como referência a variação anualizada do PIB trimestral entre 2000 e 2021, a correlação entre a variação do PIB total e o PIB da agropecuária é de apenas 0,29, o mesmo número, coincidentemente, para a correlação com a indústria extrativa. Já a correlação com a indústria de transformação alcança 0,85. O Brasil é muito pesado e não pode ser carregado nas costas da

agropecuária e da mineração. Não há como crescer de forma acelerada se não tivermos uma indústria pujante.

Se os governos anteriores primaram pela escolha de uma política industrial que cessava apaniguados, o atual cultua a ideia de que a melhor política é não ter política. O resultado está aí. Uma indústria em frangalhos, sucateada, arruinada. A produção do ano passado foi menor que a de 2004. A queda nos últimos dez anos foi de 16%.

Resta torcer para que o próximo governo seja capaz de, refutando sinecuras e privilégios, levar adiante medidas que estimulem sua recuperação. O Brasil não irá para a frente enquanto a indústria for para trás. ●

Combustíveis Custo mais elevado

Medidas para conter o preço da gasolina podem ter o efeito contrário

Para economistas, corte de impostos e subsídios enfraquecem as contas públicas, o que tende a elevar o dólar, fazendo o combustível subir

LUCIANA DYNIEWICZ

A pouco mais de sete meses das eleições, a escalada do preço do petróleo se tornou problema central para o presidente Jair Bolsonaro. A ameaça de que a commodity faça a inflação disparar, após um 2021 em que os consumidores já viram seu poder de compra diminuir, fez o governo e o Congresso colocarem propostas na mesa consideradas, por grande parte dos analistas, populistas e contra-producentes.

Apesar de contrários às medidas, economistas concordam que o preço do petróleo ameaça a inflação e a atividade em um ano em que a economia enfrenta desafios. Do lado da inflação, a desvalorização do dólar (que começou o ano valendo R\$ 5,57 e fechou a semana em R\$ 5,24) ameniza a alta do petróleo. Mas a expectativa é de que, com a proximidade das eleições, esse efeito seja anulado – e a inflação suba ainda mais.

“Vemos um cenário de incertezas à frente. O câmbio pode ficar entre R\$ 5,50 e R\$ 5,60 quando o mercado precificar

Solução, fundo tem de ser criado quando o preço está baixo

Para José Roberto Mendonça de Barros, sócio da MB Associados, uma forma para driblar a alta do petróleo seria criar um fundo de estabilização. Com um imposto sobre as vendas da commodity, seriam obtidos recursos para usar quando a cotação ultrapassasse determinado patamar. Isso, porém, tem de ser feito quando o preço está baixo, explica.

“O problema é que, aqui, fica tudo para a última hora. Depois que a casa foi arrombada, é difícil fazer seguro. Ninguém se preparou para a situação atual. Se o petróleo chegar a US\$ 100, o governo está desarmado, e dar subsídio para quem não precisa é torrar dinheiro público”, diz. ●

que o próximo governo vai ter dificuldade fiscal. Aí, com o petróleo tateando os US\$ 100, haverá mais um elemento de pressão. Com isso, provavelmente, vamos ver a Petrobras subindo o preço do combustível”, diz Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados.

A economista-chefe do Banco Inter, Rafaela Vitória, desta-

ca que, apesar da alta do petróleo, a inflação não deve repetir em 2022 uma trajetória como a do ano passado, quando alcançou 10%. “Mesmo que o petróleo se aproxime de US\$ 100, o impacto será menor se comparado ao da alta do barril de US\$ 40 para US\$ 80”, diz. A economista, porém, reconhece que, para o consumidor, cujo poder de compra já se deteriorou em 2021, o efeito é considerável.

PRODUÇÃO. Para Rodolfo Margato, economista da XP, a consequência do petróleo nas altas será mais sentida na atividade econômica. Além de a alta na cotação reduzir o consumo – dado que a população terá uma renda disponível para compras menor –, prejudicará cadeias produtivas. “O custo de produção da indústria, principalmente logístico, vai aumentar. Em muitos casos, não será possível repassar ao consumidor. As empresas reduzirão margens e investimentos”, diz.

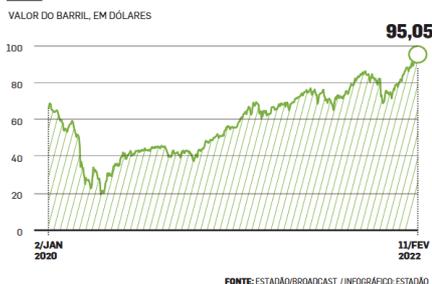
Para tentar aliviar a situação, o governo e o Congresso propõem reduzir impostos sobre combustíveis, dar auxílio-diesel a caminhoneiros, subsidiar o transporte público e aumentar o vale-gás para famílias de baixa renda. Dependendo do que for aprovado, o impacto fiscal dessas medidas pode chegar a R\$ 100 bilhões, valor superior ao orçamento do Auxílio Brasil, que é de R\$ 89 bilhões.



Risco fiscal deixa a gasolina ainda mais cara, afirma economista

TRAJETÓRIA ASCENDENTE

Petróleo subiu 392% desde que atingiu US\$ 19,33, o menor patamar da pandemia, em abril de 2020



FONTE: ESTADO/BROADCAST // INFOGRÁFICO: ESTADO

“Vamos abrir mão de uma arrecadação expressiva sem a mínima garantia de que vai ter um efeito para o consumidor, porque o preço é determinado pelo câmbio e pelo petróleo”, diz Alessandra Ribeiro, sócia da Tendências Consultoria.

Alessandra destaca que a proposta deteriora a situação fiscal, o que desvaloriza a moeda.

Com o real mais fraco, a gasolina fica mais cara na bomba, e a inflação, mais pressionada. Segundo cálculos da economista, a população já tem pago a conta de medidas que enfraquecem as contas públicas. “Se o real estivesse alinhado aos fundamentos, o preço da gasolina em 2021 teria sido, em média, 76 centavos mais barato”, diz. ●



Eleições 2022

Temas fiscais expõem divergência entre siglas que articulam federação

— Votações parlamentares indicam dificuldades para a nova modalidade de ‘fusão temporária’

GUSTAVO QUEIROZ
MARIANA HALLAL
LEVY TELES

O histórico de votação dos parlamentares de partidos que negociam a formação de federações na eleição deste ano indica potenciais dificuldades para a consolidação das “fusões temporárias” entre as legendas. Levantamento do **Estadão** sobre as principais votações desta legislatura mostra que, apesar de convergirem na orientação a seus quadros nos últimos três anos, a afinidade entre as bancadas de PT e PSB, PSDB e Cidadania e PSDB e MDB diminuiu em temas de ordem fiscal, monetária e previdenciária.

Em discussão avançada sobre uma federação com o PSB, o PT terá outros desafios além das disputas regionais para celebrar a união. Em pautas governistas como pacote anticrime, autonomia do Banco Central, reforma da Previdência e PEC dos Precatórios, os petistas atuaram em bloco em quase todas elas. Já o partido comandado por Carlos Siqueira teve mais dificuldade de convencer seus membros a votar de forma conjunta.

O PSDB, que busca um acordo com MDB e Cidadania, votou afinado com seus possíveis parceiros na maioria dos casos.

O tema que mais separou os tucanos dos demais partidos foi a PEC dos Precatórios. Enquanto deputados do PSDB formaram maioria para apoiar a proposta do governo, mais da metade das bancadas das outras duas siglas a rejeitaram.

REGRAS. Criado pelo Congresso no ano passado e regulamentado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o modelo da federação oferece às siglas pequenas a chance de escapar da cláusula de barreira, dispositivo que restringe a atuação de um partido que não alcançar determinado percentual de votos. Entre os exemplos estão PV e PCDoB, que querem se unir ao PT e ao PSB. A cláusula de desempenho tem por objetivo diminuir a fragmentação partidária e aumentar as condições de governabilidade do Executivo.

Para especialistas ouvidos pelo **Estadão**, o comportamento dos parlamentares no Congresso é relevante na definição de parcerias. Diferentemente das coligações, as legendas federações são obrigadas a atuar como um só partido nos próximos quatro anos, mantendo a postura programática. Os líderes não podem concorrer entre si nas disputas majoritárias e precisam driblar resistências internas às orientações partidárias. Parlamentares que divergirem

Para lembrar

● **Prazo ampliado**
Na quarta-feira passada, o Supremo aprovou a formação das federações e ampliou o prazo de registro das agremiações no TSE para o dia 31 de maio.

● **Questionamento**
A ação julgada no STF foi apresentada pelo PTB, que acusou o novo modelo de união de partidos de ser “recauchutagem” da coligação, proibida por lei desde 2017.

das orientações do colegiado podem sofrer sanções, inclusive expulsão.

Na prática, se divergências persistirem e os partidos insistirem em atuar de forma hegemônica, a federação pode se tornar inviável na próxima legislatura, observou o cientista político José Álvaro Moisés. Segundo ele, o que está em jogo é a disputa de poder interno da união, que terá influência nas votações, na distribuição dos recursos e na escolha dos candidatos. Para Moisés, sem experiências progressas para conhecer o comportamento dos partidos em uma federação, a forma com que as decisões serão to-

mas precisará se basear em um estatuto bem definido, com programa claro e uma postura democrática.

VOTAÇÕES. Um dos primeiros temas pautados pela gestão Bolsonaro, a reforma da Previdência se tornou um desafio para o PSB, que, apesar de fechar questão e obrigar posicionamento contrário de sua bancada, viu 33% dos parlamentares votarem com o governo – no PT, todos disseram “não” à proposta. A desobediência levou o PSB a aplicar punição severa a dez deputados: nove tiveram as atividades suspensas e um foi expulso.

No caminho contrário, em 2019, uma versão “desidratada” do pacote anticrime proposto pelo então ministro e hoje presidente do Podemos, Sérgio Moro, teve 408 votos favoráveis e apenas 9 contrários. Dos poucos dissidentes, três eram petistas. Já o PSB foi unânime em votar “sim”.

Quando o governo Bolsonaro resgatou, em 2021, um projeto de lei que daria autonomia ao Banco Central, o Cidadania votou em bloco pela aprovação, enquanto PSDB e MDB não conseguiram garantir fidelidade de todos os seus deputados. Em proporção parecida, uma minoria de ambos os partidos preferiu recusar a proposta. Entre os tucanos, Acácio Neves (MG) foi contra.

Na ocasião, o PSB voltou a rachar. Cerca de 37,9% de sua bancada votou pela aprovação do projeto e 3,4% se absteram. No PT, todos os deputados rejeitaram a proposta.

Já na discussão sobre a PEC dos Precatórios, as orientações partidárias congestionaram as negociações. Enquanto a oposição foi fiadora do governo, com votos valiosos do PSB para a aprovação no primeiro turno, MDB e Cidadania foram mais contrários que favoráveis à alteração na política fiscal. O PSDB diferiu dos possíveis aliados e votou majoritariamente a favor. ●

VOTAÇÕES

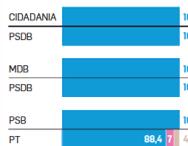
PT e PSB costumam convergir nas votações. Já entre PSDB e MDB e PSDB e Cidadania houve divergência na PEC dos Precatórios

estadaodigital.com.br

■ SIM ■ NÃO ■ ABSTENÇÃO

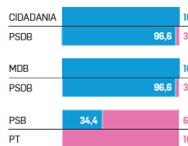
Pacote Anticrime

% DE VOTOS



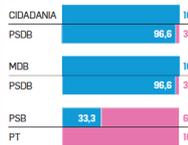
Reforma da Previdência (1º Turno)

% DE VOTOS



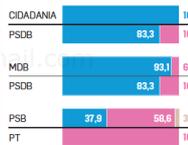
Reforma da Previdência (2º Turno)

% DE VOTOS



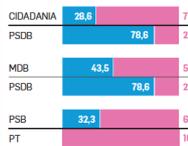
Autonomia do Banco Central

% DE VOTOS



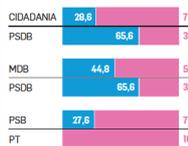
PEC dos Precatórios (1º Turno)

% DE VOTOS



PEC dos Precatórios (2º Turno)

% DE VOTOS



Novo prazo traz mais insegurança para filiados

ANÁLISE

HUMBERTO DANTAS

Reformas políticas no Brasil são açodadas, e representam um “posível” distante do “ideal”. O trio cláusula de desempenho, fim das coligações proporcionais e federação de partidos era defendido por parlamentares como um pacote para con-

ter a proliferação e coexistência exagerada de legendas. Mas isso era um conjunto, e cada medida foi adotada em instantes diferentes, sob exceções que desmobilizaram o objetivo original. Isso fragilizou intenções e desconfigurou os sistemas eleitoral e partidário.

A federação é o capítulo mais atual da trilogia. Pela decisão de 2021, partidos aqui não se coligam em uniões eleitorais, tampouco se fundem para sempre. Federações per-

mitem ação conjunta em aliança que pode até se separar num prazo de poucos anos. Sobre o instrumento, é óbvio, restam dúvidas.

Mas a decisão do STF trouxe mais insegurança para os filiados. Legendas como MDB, PSDB, PV, Cidadania, Podemos, PT, PSB, PCDoB, PV e União Brasil estudam federações distintas e, algumas, improváveis. O afinamento ganha incerteza diante do prazo limite às federações, tirando dos políticos a segurança para adesão às legendas. Enquanto o prazo para a aglutinação é fim de maio, o de filiados (em especial aqueles que querem ser candidatos) para mudar de sigla ou escolher a primeira le-

genda é início de abril.

Federação é uma associação de “médio prazo” que transcende a eleição. Como o processo pode exigir do político que escolha uma legenda e permitir à organização que estabeleça a posteriori uma associação assim? Uma federação reúne numa mesma organização pessoas ainda mais diferentes que correligionários de um mesmo partido. E o STF sugere que partidos possam mudar como quiserem, levando compulsoriamente seus membros, num contexto em que vontades pessoais nos tornam cada dia mais avessos aos próprios partidos. ●

COORDENADOR DA PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA DA FESP/SP

pressreorder

INFOGRÁFICO: ESTADÃO

NOTAS E INFORMAÇÕES

Dívidas familiares
no limite

Redução do nível de endividamento mostra que as famílias esgotaram a capacidade de tomar empréstimo

A decisão de contrair dívidas para antecipar o consumo ou aplicar no longo prazo, como na compra de um imóvel, é decisão que, em condições normais, denota confiança das famílias. Exigiria uma dose al-

tamente reforçada de otimismo, ou de ingenuidade, no entanto, interpretar como confiantes as famílias brasileiras que, com intensidade poucas vezes vistas no passado, buscam empréstimos.

A proporção de famílias com dívidas alcançou 76,1% em janeiro, de acordo com pesquisa da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). É um nível muito alto para os padrões normais. Um ano antes, estava em 66,5%. Diante dos problemas que o País enfrenta, seria irrealista atribuir esse nível a expectativas luminosas dos consumidores e da população em geral.

Baixo ritmo da economia – que, segundo as projeções dominantes, deve crescer menos de 0,40% neste ano –, desemprego alto, renda sob pressão e, agora, alta acentuada dos juros estão longe de formar um ambiente que instile confiança nas famílias. Esse conjunto, a que se acrescentam propostas que levam à deterioração das finanças públicas já abaladas pelos arranjos políticos do governo Bolsonaro para manter-se no poder, gera mais temor do que otimismo.

Boa parte das famílias recorreu a empréstimos para cobrir, com dívidas, despesas que sua renda regular não vinha cobrindo. Está-se observando uma pequena redução da proporção dos endividados. Em dezembro de 2021, a proporção de famílias endividadas era de 76,3%. Talvez haja novas quedas, mas o nível continuará alto. E, se não voltar a subir, é porque, segundo os responsáveis pela pesquisa, a capaci-

dade de endividamento das famílias se esgotou. Elas não têm como tomar novos empréstimos.

Sinais de dificuldades para honrar compromissos financeiros, agora mais onerosos com a alta dos juros, começaram a surgir em junho do ano passado, quando o percentual de famílias com contas ou dívidas em atraso, que caía desde o final de 2020, voltou a subir. Em janeiro de 2022, chegou a 26,6%, ante 24,8% um ano antes.

Outra indicação do aumento das dificuldades financeiras das famílias é o saldo das cadernetas de poupança. Se, de um lado, elevou os custos das dívidas, de outro, a alta dos juros reduziu os estímulos à aplicação em poupança, modalidade preferida por famílias de menor renda com alguma reserva financeira. Atualmente, com a taxa Selic em 10,75% ao ano, a poupança rende 6,17% (0,5% ao mês mais a taxa referencial, hoje fixada em zero).

A perda de atratividade é um fator poderoso para tirar dinheiro da poupança. Mas os saques de janeiro alcançaram o recorde histórico de R\$ 19,666 bilhões, a maior retirada desde 1995, quando o Banco Central iniciou essa contabilidade. Houve vários momentos em que a remuneração da poupança esteve muito abaixo da taxa básica do Banco Central, mas os saques nunca haviam alcançado essa proporção. Agora, há o desemprego e a renda em queda. Retiradas da poupança e contratação de dívidas estão cobrindo buracos nos orçamentos das famílias. ●

Tributos Desoneração

Economia quer atrelar
redução do IPI a corte
no tributo da gasolina

Ideia do ministério é que, quanto maior for o rombo com PECs dos Combustíveis, menor será o corte no imposto para a indústria

GUILHERME PIMENTA
EDUARDO RODRIGUES
BRASILIA

O Ministério da Economia quer atrelar a redução das alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), uma das principais demandas da indústria, ao tamanho da renúncia fiscal com a proposta que for aprovada para desonerar os combustíveis. Entre os integrantes da equipe econômica, segundo apurou o *Estado/Broadcast*, o sentimento é de que, apesar de se tratar de medidas diferentes, o espaço fiscal, hoje limitado, é o mesmo. Assim, não há brecha para perder receita nas duas pontas.

O corte do IPI, na visão dos membros da pasta, abrange a economia como um todo, ao contrário da desoneração dos combustíveis que, no limite, pode não ter o efeito esperado, pois o preço de gasolina, diesel e etanol depende também de outros fatores, principalmente os externos.

Quanto maior for o rombo fiscal com eventual aprovação de uma das duas PECs, menor será o corte no imposto para a indústria. Hoje, há duas propostas: a “PEC Kamikaze” no

Agradão à indústria
A redução de 30% do IPI causaria um impacto de R\$ 24 bilhões na arrecadação de tributos

Senado, com impacto fiscal estimado em R\$ 100 bilhões, e a PEC dos Combustíveis, da Câmara, que pode chegar a uma renúncia de R\$ 75 bilhões.

O governo estuda uma redução linear no IPI entre 15% e 30% em aceno à indústria em ano eleitoral. O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que o corte poderia chegar a 50%, mas depois chegou a falar em 25%. Agora, a equipe econômica já cogita ceder em apenas 10% no tributo, caso o Congresso aprove uma proposta com renúncia maior do que os R\$ 17 bilhões estimados com a

desoneração apenas do diesel.

A redução de 30% do IPI causaria um impacto de R\$ 24 bilhões na arrecadação de tributos, o que também diminuiria o repasse do imposto aos Estados, já que metade da arrecadação do IPI vai para o caixa dos governadores.

IMPACTO. Para membros da equipe de Guedes, as duas propostas hoje em tramitação no Congresso Nacional fragilizam a situação fiscal. Mas, apesar da resistência de Guedes e dos técnicos, o presidente Jair Bolsonaro defendeu na última quinta-feira, durante a live semanal, a aprovação da PEC dos Combustíveis com um impacto de R\$ 50 bilhões nas receitas federais.

Na avaliação do economista Fabio Terra, professor da UFABC, as duas medidas têm caráter eleitoral e impactam as contas públicas, já que terão reflexos na perda de receita. Ele concorda com a equipe econômica, entretanto, em relação ao efeito restrito de cada uma delas. “Se os preços do petróleo continuarem subindo, o máximo que a PEC implicará é fazer com que os combustíveis subam menos.”

Já no caso da redução do IPI, ele avalia que, se a desoneração incidir de forma vertical sobre todos os bens, pode se ter um impacto mais concreto. “Embora isso dependa muito mais da renda real dos brasileiros, que está em queda.” ●

PEC deve
aumentar o preço
dos combustíveis

ANÁLISE

VLADIMIR KÜHL TELES

Os combustíveis ficaram mais caros em resposta ao aumento do preço do petróleo (67,3% em 2021) e do câmbio.

Visando conter esse aumento, está em tramitação Proposta de Emenda Constitucional (PEC) dos Combustíveis que permite a redução de todos os tributos a combustíveis sem compensação fiscal. A PEC é um drile na Lei de Responsabilidade Fiscal. Não é à toa que esteja sendo chamada de PEC da Irresponsabilidade.

A sua aprovação indicaria a todos como é fácil desobedecer às regras fiscais, resultando em desvalorização do câmbio e pressão inflacionária.

A PEC permite zerar as alíquotas para combustíveis e energia elétrica, dobrar o valor do vale-gás e criar um vale-diesel. Nesse caso, o rombo passaria de R\$ 100 bilhões só no âmbito federal. O governo tem afirmado que só irá zerar as alíquotas para o diesel, mas a pressão para reduzir as demais será alta.

E o preço dos combustíveis? A redução direta seria de 6% no preço do diesel,

se for inteiramente repassado ao consumidor. Porém, o efeito indireto via câmbio seria de aumentar o preço mais que compensando os efeitos diretos. Foi o que aconteceu com a redução das alíquotas em 2018 e 2021.

Há alternativa? Sim, já foi aprovado na Câmara o Projeto de Lei Complementar (PLP) 11/2020, que ajusta a base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que amplifica o impacto do câmbio e do preço do petróleo sobre o preço final, pois varia com eles. Não é à toa que em 2021 houve um aumento de 23% da arrecadação do ICMS atrelado aos combustíveis.

Risco fiscal

Proposta é um drile na Lei de Responsabilidade Fiscal e está sendo chamada de PEC da Irresponsabilidade

O PLP 11/2020 torna a base de cálculo fixa a partir do preço de combustível do ano anterior. A perda de arrecadação estadual em 2022 será compensada em outros anos quando houver valorização do câmbio. A redução no preço seria de R\$ 0,20 por litro de gasolina e R\$ 0,15 de diesel em 2022 sem impactar o equilíbrio fiscal ou o câmbio. ●

PROFESSOR DA FGV, NA ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO, O ARTIGO EXPRESSA APENAS A OPINIÃO DO AUTOR

LANÇAMENTOS IMOBILIÁRIOS

www.embraesp.com.br
(11)3665-1590
(11)99913-5823
(11)99524-5823

IBC-Br Prévía do PIB

Economia cresce 4,5% em 2021, aponta indicador do Banco Central

Em contraste com a recuperação do ano passado, BC e mercado preveem desaceleração da atividade em 2022

THAÍS BARCELLOS
BRASÍLIA

O Índice de Atividade (IBC-Br) subiu 4,5% em 2021, após uma queda de 4,05% em 2020, ano do início da pandemia, informou o Banco Central (BC) ontem. Para este ano, no entanto, o BC e economistas do mercado preveem desaceleração em cenário de alta de juros, incertezas sobre as eleições e novas variantes da covid-19.

Uma espécie de "prévía do BC para o Produto Interno Bruto (PIB)", o IBC-Br serve como parâmetro para avaliar o ritmo da economia. De responsabilidade do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o PIB do ano passado será divulgado em 4 de março – a projeção atual do BC é de crescimento de 4,4%.

Os resultados do IBC-Br nem sempre mostraram proximidade com os dados oficiais do IBGE. O cálculo dos dois é um pouco diferente – o indicador do BC incorpora estimativas para a agropecuária, a indústria e o setor de serviços, além dos impostos, mas não considera o lado da demanda (incorporado no cálculo do PIB do IBGE).

A alta do IBC-Br em 2021 superou a projeção de 4,30% da pesquisa do *Projeções Broadcast*, cujas estimativas iam de

4,20% a 4,70%.

ALTOS E BAIXOS. Após o baque provocado pela pandemia, a atividade econômica teve altos e baixos em 2021. Nos primeiros meses, a segunda onda de covid-19 prejudicou principalmente o setor de serviços, mas o agronegócio permitiu bons resultados, beneficiado pela alta das commodities (produtos básicos, como grãos) e do dólar.

Depois, o avanço da vacinação possibilitou a retomada dos serviços, mas, na segunda metade do ano, a atividade perdeu força com a escalada da inflação e os problemas de insumos na indústria.

Em dezembro, o IBC-Br teve a segunda alta consecutiva, de 0,33%, na série já livre de influências sazonais. Em novembro, o aumento havia sido de 0,51% (dado revisado ontem). De novembro para dezembro, o índice de atividade calculado pelo BC passou de 139,27 pontos para 139,73 pontos na série dessazonalizada. Este é o maior nível desde fevereiro passado (141,05 pontos).

O resultado veio abaixo das estimativas do mercado financeiro, em sua maioria positiva em 0,60%, na pesquisa *Projeções Broadcast*, mas ficou dentro do intervalo das previsões,

ALTOS E BAIXOS

Evolução do IBC-Br desde o início da pandemia de covid-19



que iam de alta de 0,10% a avanço de 0,90%.

PROJEÇÃO PARA 2022. Para este ano, o BC projeta crescimento de 1% para o PIB, com desaceleração da atividade por conta de "surpresas negativas" em dados recentes e pelo aumento do risco fiscal, ou seja, de incertezas sobre gastos públicos em um ano eleitoral.

Para o mercado financeiro, o crescimento deste ano será menor ainda. A expectativa

dos analistas dos bancos, em pesquisa feita na semana passada com mais de 100 instituições, é de um crescimento de 0,30% para o PIB em 2022.

Segundo o economista-chefe da MBA Associados, Sergio Vale, os indicadores disponíveis sinalizam desaceleração já no início de 2022 e sustentam a estimativa de PIB estável (0,0%), com riscos para baixo. "Existe uma chance de PIB negativo, porque o elemento que podia ajudar com mais intensidade, a agropecuária, começa a enfrentar um cenário complexo, com perspectivas piores para as safras de soja, arroz e feijão", diz Vale.

O economista-chefe do Santander Asset, Eduardo Jarra, ainda trabalha com a projeção de alta de 0,5% do PIB este ano, mas com risco de ser menor.

Na visão do economista-chefe do Banco Alfa, Luis Otávio de Souza Leal, a melhora na atividade apurada em novembro e dezembro de 2021, na comparação com o primeiro mês do quarto trimestre, outubro, não deve alterar os planos do BC para o aumento dos juros. "Em algum momento no final do ano passado, a sensação era de que já estávamos em recessão. Agora, a sensação é de estagnação." ● COLABORARAM CÍCERO CO-TRIM e MARIANNA GUALTER

broadcast
energia

A melhor fonte de informações para sua tomada de decisão!

• Cobertura especializada • Indicadores e dados setoriais
• Análises de especialistas • Clima

FOTO: G. MONTENEGRO/ISTOCK/GETTY IMAGES; P. MONTENEGRO/ISTOCK/GETTY IMAGES; P. MONTENEGRO/ISTOCK/GETTY IMAGES; P. MONTENEGRO/ISTOCK/GETTY IMAGES; P. MONTENEGRO/ISTOCK/GETTY IMAGES; P. MONTENEGRO/ISTOCK/GETTY IMAGES; P. MONTENEGRO/ISTOCK/GETTY IMAGES; P. MONTENEGRO/ISTOCK/GETTY IMAGES; P. MONTENEGRO/ISTOCK/GETTY IMAGES; P. MONTENEGRO/ISTOCK/GETTY IMAGES

broadcast
energia

Accesse WWW.BROADCASTENERGIA.COM.BR
São Paulo: 11 3856.3500 | Outras localidades: 0800 011 3000
☎ 11 99399.3843

AE AGÊNCIA
ESTADO

P pressreeder

Setor automotivo tenta derrubar autuações fiscais

Receita Federal cobra Imposto de Importação e diferença do IPI sobre autopeças importadas do Paraguai

Por **Gilmara Santos** — De São Paulo

14/02/2022 05h02 · Atualizado há uma hora



Andréa Mascitto: nenhuma regra excluiu peças automotivas da isenção de II — Foto: Divulgação

Empresas do **setor automotivo** aguardam a análise da esfera administrativa sobre **autuações fiscais** milionárias aplicadas pela **Receita Federal**. Os autos de infração cobram **Imposto de Importação (II)** - com reflexo na carga tributária do **Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)** - que não teria sido pago sobre operações de importação de autopeças do **Paraguai** realizadas nos últimos cinco anos.

- **LEIA MAIS:**
- **Setor automotivo sofre duro golpe no Brasil e retrocede quase 20 anos**
- **Ações de fabricantes chinesas de veículos elétricos entram no radar do mercado**
- **Brasil e EUA discutem revisão de cotas para aço**

A depender do resultado das discussões administrativas, nascerá uma nova briga tributária no Judiciário. O Paraguai é o **15º maior vendedor** de autopeças para o Brasil. Ano passado, o país comprou R\$ 178.196.074 em autopeças daquele país, alta de **21,9%** na comparação com 2020, quando foram importados R\$ 146.221.729 em autopeças.

O imbróglio começou em 2019, quando a Receita passou a exigir o II e a diferença de IPI de autopeças importadas. O efeito do IPI é reflexo porque o Imposto de Importação integra a base de cálculo do IPI.

Desde a criação do **Mercosul**, em 1991, foram afastadas as barreiras alfandegárias entre os países que fazem parte do tratado e dado tratamento tributário diferenciado para as empresas dentro do bloco. Para isso, foi assinado em 1992, o Acordo de Complementação Econômica (ACE) nº 18, que previa a **alíquota zero** de Imposto de Importação no comércio entre esses países e as exceções para o benefício.

“Nenhum regramento excepcionou qualquer importação de itens para a indústria automotiva provenientes do Paraguai”, comenta a advogada Andréa Mascitto, do escritório Pinheiro Neto Advogados.

Dessa forma, apesar de não existir um acordo específico com o Paraguai, em relação ao setor de **autopeças**, contribuintes se valiam dos acordos assinados com Uruguai e Argentina (ACE nº 2 e 4, respectivamente) e das próprias regras do Mercosul para terem o benefício fiscal.

“Entre 1992 e 2019 empresas conseguiam fazer a importação utilizando as regras tarifárias desse acordo. Só que em 2019, foi publicada uma Notícia Siscomex [Sistema Integrado de Comércio Exterior] que dizia que as importações do setor automotivo no Mercosul só têm tratamento preferencial com Argentina e Uruguai”, explica o advogado Guilherme Mendes, do escritório Stocche Forbes Advogados.

“Por quase 30 anos, o setor usou o benefício e a Receita não questionou”, diz o advogado. “Isso [Notícia Siscomex] causou um alvoroço”, acrescenta.

A primeira manifestação da Receita ocorreu em junho de 2019, com a emissão da Notícia Siscomex 30. “Alertamos para o fato de que, assim como para o açúcar, para o setor automotivo não foi negociado um programa de liberalização comercial no âmbito do ACE nº 18, firmado em 1991 pelo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, o qual desgravou o imposto de importação para a quase totalidade dos produtos originários dos quatro países. Consequentemente, esses produtos não podem ser importados com a preferência tarifária desse acordo”, diz o documento.

Como havia dúvidas dentro da própria Receita, segundo Andréa, a Notícia Siscomex 30 foi suspensa alguns dias depois. A advogada afirma que uma nova Notícia Siscomex de nº 34/2019 manteve a aplicação da preferência tarifária para as importações do setor automotivo originárias do Paraguai.

“Informamos que está em estudo na RFB o alcance do disposto no artigo 13 do ACE 18, firmado em 1991 pelo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Enquanto não concluído o referido estudo, fica suspensa a orientação firmada na Notícia Siscomex nº 30/2019”, publicou a Receita.

O Brasil começou, então, a negociar um acordo bilateral com o Paraguai, que foi finalizado em setembro de 2020 (ACE nº 74). Com isso, os importadores de autopeças ficaram oficialmente isentos do II.

Advogados explicam que a Receita, no entanto, passou a cobrar o recolhimento dos impostos referentes a período anterior ao acordo específico com o Paraguai. A partir do segundo semestre de 2021, o órgão passou a autuar as importadoras e exigir o II e a diferença de IPI, além de multa e juros, de 2016 a 2020.

O tributarista Guilherme Mendes conta que um dos seus clientes recebeu autuação de **R\$ 28 milhões**. Por enquanto, os questionamentos ocorrem na esfera administrativa. Mas os contribuintes poderão acionar o Judiciário se não conseguirem derrubar os autos de infração.

Além do automotivo, outros segmentos podem ser afetados, ainda que indiretamente, segundo o advogado Eduardo Bitello, do escritório Marpa Gestão Tributária. “Como é que pode, depois de 30 anos, essa mudança? Isso fere a segurança jurídica não só desse setor, mas de qualquer setor que se relaciona com o Mercosul, porque pode gerar um precedente preocupante”, avalia.

Douglas Lopes, sócio de consultoria tributária e líder para o setor automotivo da Deloitte, explica que a alíquota do II varia conforme o produto. Mas, diz ele, a tributação do setor de autopeças, somando II e IPI, varia de **10% a 20%** do valor do produto.

Essa carga tributária em um momento que é desafiador para o setor automotivo, em razão da falta de matéria-prima, pesa ainda mais, de acordo com a advogada Carolina Ramos, CLO da LAW 360. “Tanto que o mercado não tem carro para entregar. Se a indústria tiver que arcar com o acerto deste débito vai comprometer muito as empresas”, considera.

Procurada, a Receita Federal disse, por meio da sua assessoria de imprensa, que não iria se manifestar.

Área econômica enfrenta guerra e vê faltar R\$ 7 bi para gastos já previstos

Ministério da Economia já traçou um limite informal para o déficit fiscal; estimado em 0,8% do PIB este ano, ele não poderá avançar para além de 1,2% do PIB

Por Lu Aiko Otta — De Brasília

14/02/2022 05h00 · Atualizado há 5 horas

Enquanto fervilham no Congresso Nacional e no Planalto planos para aumentar os gastos federais em busca de votos, a área econômica se vê numa “guerra de guerrilha” para conduzir o Orçamento e já vê no horizonte a necessidade de contingenciar (bloquear) gastos. Uma estimativa preliminar aponta que, no momento, estão faltando perto de R\$ 7 bilhões para cobrir as despesas já previstas.

A decisão sobre o contingenciamento será divulgada no final de março. Após o provável bloqueio de algumas despesas, verbas serão remanejadas dentro da peça orçamentária. Sem isso, algumas pastas vão ficar sem dinheiro para o básico.

A situação mais dramática é a do Ministério da Economia, que sofreu corte de R\$ 5 bilhões. O dinheiro acaba no mês de maio. Se não for feito um reforço, faltarão recursos para pagar organismos internacionais, aumentar capital de bancos e outras despesas.

Na Previdência Social, o dinheiro para o funcionamento da máquina dura até junho ou julho.

Há também pressão de outras pastas que precisam iniciar projetos em parceria com municípios com urgência. A lei eleitoral proíbe que convênios novos comecem a partir de julho.

Esse quadro não leva em consideração os projetos ainda em discussão, como a desoneração dos combustíveis. O custo da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) apelidada pela equipe econômica de “kamikaze”, em análise no Senado, ultrapassa os R\$ 100 bilhões.

O novo Refis, em análise na Câmara, pode trazer impacto de aproximadamente R\$ 90 bilhões, disse fonte. É outro projeto no radar de riscos da área econômica.

As pressões políticas por mais gastos ou corte em tributos são diárias e partem também do entorno do presidente Jair Bolsonaro, comenta-se nos bastidores. Por isso, alguma piora nas contas públicas é tida como inevitável.

O time do ministro da Economia, Paulo Guedes, traçou um limite informal para expandir as despesas em 2022: o déficit fiscal, estimado em 0,8% do Produto Interno Bruto (PIB) este ano, não poderá avançar para além de 1,2% do PIB. É o mesmo nível obtido em 2019. Dessa forma, Bolsonaro entregará as contas públicas em situação melhor do que encontrou, apesar da pandemia. Em 2018, o déficit foi de 1,7% do PIB.

É esse limite informal que vai dizer, por exemplo, se o governo terá ou não condições de cortar as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Dependerá do desfecho da discussão dos combustíveis, disse Guedes aos integrantes da Coalizão Indústria na última sexta-feira. Se o corte de impostos ficar só no diesel, o IPI poderá ser reduzido.

O buraco de R\$ 7 bilhões decorre em parte do aumento dos juros. Há programas de governo que servem para suavizar a alta dos juros ao tomador, como é o caso do crédito rural, e o gasto deles aumentou.

A alta da inflação também explica essa insuficiência. Há contratos com fornecedores do governo que são indexados, explicou um técnico.

Há ainda a necessidade de recompor verbas que não tinham como ser cortadas mas foram, como é o caso do Ministério da Economia.

Como já mostrou o **Valor**, o crédito à exportação com uso do Fundo Garantidor das Exportações (FGE) está suspenso por falta de recursos.

Na sexta-feira, o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais (Sindifisco) divulgou uma carta aberta na qual diz que o corte de R\$ 1,2 bilhão na Receita Federal prejudicará a arrecadação de tributos sobre folha salarial, que são de R\$ 553 bilhões.

Dos R\$ 7 bilhões insuficientes, R\$ 2,9 bilhões são para a Agricultura. Desses, R\$ 800 milhões são para o lançamento do plano-safra 22/23, em junho. Faltam também recursos para a equalização de juros e para cobrir perdas com secas e enchentes.

A equipe econômica avalia se é possível cobrir a parte da Agricultura relacionada à seca com recursos de crédito extraordinário. Para isso, no entanto, é preciso caracterizar que a despesa é urgente e imprevista. Há dúvidas nesse ponto.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Pen drive barato de 2 terabytes impressiona em testes, confira nossa análise

PEN DRIVE

LINK PATROCINADO

Cirurgião revela: os 3 alimentos que você precisa evitar

ALFANUTRE

LINK PATROCINADO

Todos com mais de 40 anos precisam conhecer esse óculos ajustável

FOCUS+

LINK PATROCINADO

Beba isto antes de dormir, veja a gordura do seu corpo derreter loucamente

DR. RAFAEL FREITAS

LINK PATROCINADO

Nunca mais gastei fortunas em óculos de grau (e nem você deveria)

ORTIXPRO

LINK PATROCINADO

Depilador a laser remove pelos instantaneamente. Sua pele perfeita e sem irritações.

LASER DEPIL™

Amcham vê incertezas em pleito e questão fiscal

Temas são apontados em pesquisa da entidade como os de maior potencial de dificuldade para 2023

Por Marcelo Osakabe — De São Paulo

14/02/2022 05h01 · Atualizado há 5 horas

A incerteza sobre qual plataforma política irá vencer as eleições de 2022 e o risco de piora do quadro fiscal brasileiro são as principais preocupações de empresários que participaram de uma pesquisa realizada pela Amcham Brasil em janeiro. No levantamento junto a 648 executivos de mais de 16 cidades do país, os dois primeiros temas foram citados por, respectivamente, 62% e 26% dos respondentes. A pandemia da covid-19 aparece num distante terceiro lugar, com 12% das menções.

Segundo a presidente da Amcham, Deborah Veitas, o resultado indica aos candidatos que concorrerão a cargos do Executivo nacional e estadual que temas os empresários irão querer ouvir respostas durante a campanha deste ano.

“Os candidatos, quando apresentarem seus programas de governo, serão avaliados em relação ao seu compromisso fiscal e com a aprovação de reformas, em especial a tributária e a administrativa”, diz Deborah. “Além disso, serão questionados sobre programas que reduzem Custo Brasil, dão apoio à transformação tecnológica que as empresas têm que passar e como vão ser fator de atração de investimento ou de maior inserção do Brasil na economia global nos próximos anos.”

No levantamento, os representantes do setor privado também citaram, entre as preocupações para 2022, o receio com a dinâmica da inflação (64%), a dificuldade de aprovação das reformas (38%) e as flutuações de câmbio (38%).

O foco do empresariado sobre a reforma tributária fica evidente também quando foram questionados sobre quais propostas gostariam de ver caminhar em 2022. No Senado, a resposta de 85% foi a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 110/2019. Na Câmara, 84% escolheram a PEC 45/2019, ambas sobre o mesmo tema.

Além da clara preocupação com o compromisso fiscal e econômico e com as reformas, “um ponto que me chamou a atenção foi que 35% dos entrevistados disseram que querem ver a recuperação da credibilidade internacional”, pontuou Deborah.

A Amcham também questionou quais seriam as expressões que os empresários menos gostariam de ver associadas à imagem do Brasil a partir de 2022. Entre as principais respostas, estão a incerteza política (69%), a complexidade tributária e a corrupção (40% cada), a insegurança (36%) e o Custo Brasil (32%).

Na pesquisa de 2021, a demora na vacinação nacional (40%) foi apontada como um dos principais fatores que poderiam influenciar negativamente na retomada da economia, atrás apenas da falta de mobilização política em torno da agenda de reformas (71%). Desta vez, no entanto, a crise da covid-19, agora sob o formato da variante ômicron, aparece ocupar um espaço menor entre o rol das preocupações do setor privado.

Questionados sobre como a pandemia irá afetar seu plano de negócios para este ano, 33% dos entrevistados afirmou entender que o impacto será limitado ao primeiro trimestre, postergando a retomada do trabalho presencial ou das operações físicas do negócio. Outros 32% afirmaram que ainda é cedo para saber se será preciso ajustar o plano de voo para 2022.

A sondagem foi feita entre 13 e 27 de janeiro. Dos entrevistados, 49% eram diretores-executivos, vice-presidentes ou diretores de sua empresa. Outros 28% eram gerentes executivo e 23%, supervisores ou coordenadores.

LINK PATROCINADO

Cirurgião revela: os 3 alimentos que você precisa evitar

ALFANUTRE

LINK PATROCINADO

90 dias para começar a pagar!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Pen drive barato de 2 terabytes impressiona em testes, confira nossa análise

PEN DRIVE

LINK PATROCINADO

Todos com mais de 40 anos precisam conhecer esse óculos ajustável

FOCUS+

LINK PATROCINADO

Beba isto antes de dormir, veja a gordura do seu corpo derreter loucamente

DR. RAFAEL FREITAS

LINK PATROCINADO

Nunca mais gastei fortunas em óculos de grau (e nem você deveria)

ORTIXPRO

Enzo Celulari sobre estilo de vida sustentável: "Deixei de consumir diversas marcas de moda e beleza"

UM SÓ PLANETA

Volta do Fusca? "Clone" elétrico chinês é registrado no Brasil

UM SÓ PLANETA

Jayne Matarazzo se muda para o campo com a família: "Oportunidade incrível"

UM SÓ PLANETA

Ver comentários

Mais do Valor Econômico



XP Asset lança fundo da American Century Investments focado em small caps globais

É o primeiro fundo internacional da American Century Investments, gestora americana de 64 anos, no Brasil

14/02/2022 09:58 — Em Finanças